



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ICI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

IVANA APARECIDA LINS GESTEIRA

**OS ESPAÇOS CONVENCIONAIS E ALTERNATIVOS DE
LEITURA**

Salvador
2006

IVANA APARECIDA LINS GESTEIRA

**OS ESPAÇOS CONVENCIONAIS E ALTERNATIVOS DE
LEITURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Kátia de Carvalho

Salvador
2006

Gesteira, Ivana Aparecida Lins
Os espaços convencionais e alternativos de leitura.
Salvador. – Salvador. I.A.L. Gesteira, 2005.
149 f.

Orientador: Professora Kátia de Carvalho
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de
Ciência da Informação, 2005

1. Leitura. 2. Bibliotecas Públicas. 3. Espaços de Leitura – Salvador. I
Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. II
Carvalho, Kátia de. III Título.

CDD : 027.4

TERMO DE APROVAÇÃO

IVANA APARECIDA LINS GESTEIRA

ESPAÇOS CONVENCIONAIS E ALTERNATIVOS DE LEITURA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia

Salvador, novembro de 2005.

Ângela Barreto
Doutora em Comunicação
Universidade de São Paulo

Heleusa Figueira Câmara
Doutora em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Kátia de Carvalho
Doutora em Comunicação e Informação
Universidade Federal Rio de Janeiro

Aos meus dois filhos, Lucas e Vinicius, verdadeiros companheiros, grandes sonhadores e leitores e, como a mãe, acreditam na força da palavra.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof^a. Kátia Carvalho (Ôri)¹, pessoa singular, iluminada e sábia, com quem, acredito, todos nós só temos o que aprender.

Aos coordenadores dos Espaços Alternativos de Leitura, por saberem e fazerem a hora.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – POSICI –, pelo aprofundamento do conhecimento e, em especial, a atenção da prof^a Helena Pereira, Luciana Terra e Neide.

Às professoras Aida Varela, Nanci Odone e GraçaTeixeira do ICI.

À UESB, pelos 13 anos de luta, ensinamentos, oportunidades, amigos e, sobretudo, por ter me apresentado a Heleusa e o Proler.

À UNEB, pelo abrigo cordial e a compreensão.

À Faculdade Juvêncio Terra, pelo aprendizado que tem proporcionado.

À minha mãe, Vanda, pelas orações e a firmeza de uma grande mulher.

Aos meus dois irmãos, por manterem viva a memória da caminhada familiar.

Aos meus amigos Jô, Angélica, Carlane, Jack, Leleu, e Chico, pelas leituras e conversas colaborativas.

Aos colegas da Pós-graduação.

Ao grande camarada Patrício, por ter acreditado nos meus sonhos e com o “pé no chão” ter me ajudado a ser guerreira.

A Humberto Heráclito, pela orientação inicial.

Se a linguagem serve para bloquear – e disto ninguém duvida – também serve para romper o bloqueio

Wanderley Geraldi, 1984

RESUMO

Espaços Alternativos de Leitura visa a abordar a questão da leitura como instrumento capaz de contribuir para que os sujeitos tenham a consciência democrática e permaneçam ativos no mundo do trabalho da atual sociedade. O objetivo principal é apresentar um estudo sobre o acesso à informação discutindo questões relativas à disseminação da informação, o papel da biblioteca pública e às redes humanas de leitura. O acesso à informação e ao conhecimento pelas classes sociais menos privilegiadas, através da utilização dos espaços públicos de leitura. Por meio de um estudo exploratório, investiga-se o papel da biblioteca pública, como sendo um espaço convencional de leitura e que não vem atendendo aos seus objetivos primordiais, que é o de contribuir para a compreensão do mundo e ampliação dos horizontes que fortalecem a cidadania, por meio da ação cultural, cedendo espaço para o atendimento aos leitores advindos da rede básica de ensino, que buscam a pesquisa escolar. São estudados os Espaços Alternativos de Leitura – EALs que surgem e se legitimam nas comunidades carentes para dar conta do escasso número de bibliotecas públicas, e que se caracterizam, na sua organização e estruturação, em formato de redes colaborativas ou solidárias. Os resultados apresentados destacam o mapeamento dos Espaços Alternativos de Leitura existentes na cidade do Salvador. Realiza-se um levantamento que identifica 12 desses espaços de leitura, divididos aqui em dois tipos, físicos ou virtuais, e uma investigação no intuito de conferir maior visibilidade e compreensão na sua origem, estrutura e funcionamento.

Palavras-chave: : Espaços de Leitura. Leitura – disseminação da informação. Bibliotecas públicas.

ABSTRACT

Conventional and Alternative spaces of Lecture approach the subject of lecture and its environments. This text presents a study about the information access, arguing the matter of information and knowledge dissemination, the functions of the public library and the civic networks of lecture nowadays. Also approaches the information and knowledge achievement by the less privileged ones through the use of the public spaces of lecture. Throughout an exploratory study, the position of the public library is investigated, as being a conventional space of lecture and why it is not working as it was supposed to be – its primordial objectives: work in order to create a new reader-public through cultural action – and instead of promoting the lecture practices, it attends the demand of students and school research precisely. On the other side, there are the Alternative Spaces of Lecture – ASLs, which emerge inside the communities to fulfill the need and the void of public libraries. Their organization and structure is based on the civic or solidary network. The results register the mapping of existing the Alternative Spaces of Lecture in the city of Salvador and its features, registering the existence of 11 physical spaces and a virtual network-based one (non physical).

Keywords: Lecture Spaces. Lecture – information dissemination. Public Library.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interseção entre autor, leitor, texto e leitura	28
Figura 2 – Mapa do Ensino Fundamental Regular: Percentual de alunos atendidos em escolas com bibliotecas, energia elétrica e laboratório, 2001.	55
Figura 3 – Gráfico 1: Percentual das pessoas que gostam de ler visando à distração	59
Figura 4 – Ciclo Informacional	72
Figura 5 – Mapa de distribuição espacial dos EALs e bibliotecas públicas em funcionamento	100
Figura 6 – Gráfico 2: Acervos dos EALs	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos mais usados de emoticons	42
Quadro 2 – Dados evolutivos de hábitos de leitura	58
Quadro 3 – Exemplos de serviços e produtos das bibliotecas digitais	80
Quadro 4 – Estrutura organizacional da biblioteca e a estrutura organizacional dos EALs	98
Quadro 5 – Relação dos EALs pesquisados	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP	Biblioteca Pública
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CSLL	Câmara Setorial do Livro e Leitura
EAL	Espaço Alternativo de Leitura
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INAF	Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INL	Instituto Nacional do Livro
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNLL	Política Nacional Para o Livro e Leitura
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
RITS	Rede de Informação do Terceiro Setor
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	18
1.2 PROBLEMA	19
1.3 PREMISSAS	19
1.4 OBJETIVOS	20
1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA	20
1.6 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	21
1.7 REFERENCIAL TEÓRICO	22
1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO	25
2 LEITURA E SUA INSERÇÃO SOCIAL	
2.1 TIPOS DE LEITURA	30
2.1.1 Leitura como prática	30
2.1.2 Leitura como técnica	32
2.1.3 Leitura como forma de gestualidade	32
2.1.4 Leitura como forma de sabedoria	33
2.1.5 Leitura como método	34
2.1.6 Leitura como atividade voluntária	34
2.1.7 Leitura como prática social	34
2.2 A EVOLUÇÃO DA PRÁTICA LEITORA	35
2.3 TENDÊNCIAS NAS PRÁTICAS DE LEITURA	40
2.4 MODOS DE LER	43
3 LEITURA NO BRASIL	50
3.1 DADOS ESTATÍSTICOS E PERSPECTIVAS SOBRE A LEITURA NO BRASIL	57
3.2 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: MEIOS DE ACESSO À LEITURA	61
3.3 LER, DISSEMINAR INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	70
4 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE LEITURA: A BIBLIOTECA PÚBLICA	74
4.1 PRIMÓRDIOS	74
4.2 O PAPEL DA BIBLIOTECA PÚBLICA NO CENÁRIO BRASILEIRO	81
5 REDES HUMANAS: NOVAS ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO	88
6 ESPAÇOS DE LEITURA	
6.1 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS	94

6.2 NOVOS ESPAÇOS	96
6.3 MAPEAMENTO	100
6.4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS	100
6.4.1 EAL-T: Modelo Tradicional	102
6.4.1.1 EAL 1 – <i>Prometeu itinerante e Betty Coelho</i>	103
6.4.1.2 EAL 2 – <i>Léo Braeckmans</i>	105
6.4.1.3 EAL 3 – <i>Biblioteca Jorge Amado</i>	106
6.4.1.4 EAL 4 – <i>Bairiri</i>	108
6.4.1.5 EAL 5 – <i>Prof. Milton Santos</i>	109
6.4.1.6 EAL 6 – <i>Paulo Freire</i>	109
6.4.1.7 EAL 7 – <i>Sete de Abril</i>	111
6.4.1.8 EAL 8 – <i>Quilombo do Beirú</i>	112
6.4.1.9 EAL 9 – <i>Quilombo Cecília</i>	113
6.4.1.10 EAL 10 – <i>Vanda Angélica</i>	114
6.4.1.11 EAL 11 – <i>Brotas</i>	116
6.4.2 EAL-D: Desterritorializado	116
6.5 CONCLUSÕES	119
7 A VOZ DOS LEITORES	124
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES	143
ANEXOS	153

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema leitura se deu alguns anos depois da conclusão do curso de bacharelado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA – ocorrido no ano de 1984.

Até então, a leitura parecia ser um meio singular de conduzir pessoas para algum lugar do passado ou do futuro, ou ainda, um instrumento de informação, sem, no entanto, compreendê-la como uma forma de emancipação de sujeitos e possibilidade de transformação social.

Percebe-se que a amplitude do fazer bibliotecário poderia ir além do processamento técnico e do atendimento ao usuário, quando, em janeiro de 1992, foi conhecida a proposta do seminário piloto do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER –, realizado no *campus* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB –, na cidade de Vitória da Conquista, revelando novas perspectivas no campo da leitura para o bibliotecário.

O PROLER, um programa criado na Fundação Biblioteca Nacional – FBN –, tem por objetivo promover ações que operacionalizem princípios de uma política que sugere reflexões sobre as práticas desenvolvidas em torno da leitura, reunindo esforços nacionais em favor da constituição de uma sociedade leitora.

No início, o PROLER/UESB esteve sob a coordenação da professora Heleusa Câmara, Vice-reitora da UESB na ocasião, que, após visitar a FBN, no final dos anos 80, motivou a equipe do programa a implantá-lo na região sudoeste da Bahia, com a justificativa de que o problema da leitura, o mesmo em qualquer estado do país, poderia viabilizar o vóo inicial do projeto em qualquer cidade brasileira.

Os recursos da Universidade e das parcerias estabelecidas entre as prefeituras das cidades onde a UESB possui unidade viabilizaram a implantação do programa. Deste modo, Jequié, Itapetinga e Vitória da Conquista empreenderam os primeiros passos do PROLER no Brasil.

A cada ano o programa se solidificava na região, ampliando o número de prefeituras parceiras. Associando-se aos políticos, os educadores envolvem-se nos

ideais propostos pelo PROLER para promover a leitura nos mais diversos espaços sociais.

No mês de julho de 1992 aconteceu o primeiro Seminário na UESB, Módulo Zero do PROLER, cujo tema foi *Linguagem, sociedade, cidadania, leitor – mundo*. Esse evento teve por objetivo a sensibilização dos participantes. A partir deste Seminário houve engajamento os professores na “militância” pela promoção da leitura nas cidades do sudoeste baiano.

Entre os anos de 1992 e 1996 o PROLER criou na UESB comitês nos seus três *campi*, em parceria com as prefeituras dessas cidades e, a partir de então, multiplicam-se ações em prol da leitura. Os seminários de leitura ampliaram as parcerias nesta região chegando a vinte e duas prefeituras parceiras.

Neste seminário na UESB assistiu-se a educadores discutindo questões da leitura, por meio de um viés teórico e lúdico, e constatou-se que os especialistas na área passaram a se preocupar com a biblioteca, desejosos de colocá-la em destaque para a formação da cidadania.

Na cidade de Jequié, a autora trabalhou na UESB, como bibliotecária, coordenando o comitê do PROLER por 6 anos, entre 1996 e 2002. Nessa militância pela leitura destaca-se que a UESB permitiu que a coordenação de um projeto de extensão estivesse a cargo de um servidor técnico-administrativo, com formação específica em biblioteconomia, uma prática não muito comum nas universidades brasileiras.

Por meio dos projetos de ações de leitura, o PROLER / UESB *campus* de Jequié pode trazer especialistas envolvidos na área da leitura para ministrarem cursos, oficinas e palestras, tornando possível compartilhar a realidade de um país com problemas gravíssimos no campo da educação. Ações em prol da leitura foram empreendidas na região, a exemplo da reabertura de bibliotecas escolares que estavam fechadas; envolvimento de profissionais da área da saúde no programa e também a realização de um programa de rádio para promover a leitura.

Porém, o mais importante nesse percurso, é a constatação da importância do bibliotecário como educador e mediador da informação e do conhecimento. Um papel importante na construção da cidadania e, no entanto, não é considerado pela academia. No currículo de graduação do bibliotecário a leitura vista pela premissa da cidadania é pouco contemplada.

Os relatos dos membros do comitê do PROLER em Jequié evidenciam que pessoas que não gostavam de ler encontraram prazer na leitura, e professores que descobriram outras formas de tratar o tema leitura em suas aulas tornaram-nas mais estimulantes. Tais resultados fazem parte da monografia de conclusão do curso de Especialização em Leitura: teoria e prática, realizado na UESB, entre 1997 e 1999, intitulada *Marcas da Leitura que o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) tem inscrito: a experiência do programa no município de Jequié*.

Atualmente, o PROLER /UESB permanece realizando ações de leitura nas cidades de Vitória da Conquista e Itapetinga, já na cidade de Jequié os projetos nessa área passaram a ser realizados pelo projeto *Estação da Leitura UESB*.

No ano de 2003 surgiram novos projetos pessoais, dentre eles, o de ampliar os conhecimentos profissionais e acadêmicos. Assim, a aprovação no curso de mestrado em Ciência da Informação oferecido pela UFBA veio a contribuir com os anseios anteriores, abrindo novos horizontes para a construção intelectual.

Por meio desse curso foi vislumbrada a possibilidade de estudar e refletir sobre a sociedade atual e vincular a esse tema o discurso da democratização da informação, questionando a dificuldade do acesso dos iletrados a esse novo mundo. Nesse sentido, estudar as questões que envolvem a leitura se torna um desafio, em virtude da influência tecnológica que permeia essa sociedade da informação. Assim, discutir uma questão tão antiga, como é o acesso ao mundo letrado, e ainda não resolvida, é um tema muito relevante.

Acredita-se que o exercício da convivência só será possível quando os cidadãos tiverem o conhecimento dos seus direitos e deveres, enquanto membros da comunidade planetária e que a habilidade em leitura no Brasil não chega para todos, assim como a cidadania. Desse modo, cidadania e leitura se complementam e estimulam um debate mais aprofundado.

Frente a essa questão destaca-se o ambiente da pesquisa; o espaço urbano com os serviços de comunicação e processamento de informação, como os grandes responsáveis pela geração de emprego e renda, afetando a circulação dos bens.

Através de novos contornos geográficos surgem as novas cidades e comunidades que, por meio das infovias, multiplicam-se em limites desconhecidos. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista a existência da cidade real: um lugar

constituído por bairros, avenidas, prédios, lares, e seus habitantes afetados pela revolução da pós-modernidade, mantendo com ela uma relação dialética de lugar e não-lugar, de bem e mal-estar, o que sugere a seguinte reflexão:

O progresso permite reintroduzir uma proporção sempre maior de detritos nos circuitos da gestão e transforma os próprios déficits (na saúde, na seguridade social) em meio de densificar as redes da ordem [...] Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade. (CERTEAU, 1990, p.173-174)

A gestão de uma cidade pressupõe organização das pessoas através das redes de comunicação, setores e serviços, que demandam ações administrativas por parte do poder público, nem sempre aparelhado o suficiente para atender aos propósitos de evitar o caos urbano, visível aos seus habitantes.

Por outro lado, existe a cidade que ninguém vê, mas que é resultado da soma das ações de cada morador, que em sua residência recebe, processa, produz informações e consome produtos.

O ambiente doméstico privado e o público na *polis* contemporânea encontra-se em mudança de paradigmas, o espaço de trabalho ou estudo, desterritorializa-se, dando vez a um novo conceito de vida urbana.

O conceito de lugar e não-lugar de Marc Augé (2002) compõe esse cenário pós-moderno. Os espaços de convivência afetiva como família, trabalho, escola, estão se tornando lugares de isolamento, de não interação entre os pares, de falta de afetividade.

A televisão, o computador, a concorrência e a falta de segurança têm afastado as pessoas umas das outras, e fazendo do seu lugar (casa, sala de aula, e trabalho) um não-lugar. Os não-lugares são aqueles espaços onde se atua na sociedade, realizando ações semelhantes aos outros, sem, contudo, constituir uma relação afetiva com o outro, como a exemplo de espaços como *shopping center*, estação de trem de ônibus e bancos e outros. A cidade contemporânea se desdobra no multiculturalismo e seu funcionamento ocorre, em grande escala, através das redes, no entanto, a cada cruzamento dessas redes novas informações são produzidas e novamente processadas pelos seus atores sociais em um movimento infinito.

Ao se retirar a cortina que cobre o cenário urbano, aparentemente ordeiro, diferenças de toda a espécie revelam-se configuradas nos lugares com menor ou maior inquietação.

Nesse sentido, a leitura crítica se constitui em uma via importante a ser trilhada, e os militantes dessa causa devem estar atentos às novas tecnologias, associando-as ao fazer social, nunca as priorizando, a fim de agregar, cada mais, os sujeitos às ações positivas e libertadoras, das suas condições precárias.

O cenário da *polis* atual expõe as dependências e inter-relações entre os sistemas de informação, os meios de comunicação e o uso da informação, reforçando a premissa de que saber ler e interpretar o que foi lido é requisito indispensável cobrado aos atores sociais.

Por isso, é que se destaca a importância da leitura nesse universo que lança mão de sofisticadas tecnologias, e, ao mesmo tempo, não suprime o uso da escrita-leitura e, por conseguinte, depende de um fator denominado disseminação da informação para se retro-alimentar para o devir.

O processo de disseminar informações está ligado a duas questões, a primeira é que a informação não pára de ser produzida em escala acelerada no mundo, e a segunda é de que disseminar informação é criar estratégias de se comunicar como o outro, é interagir com a sociedade, em um processo de retro-alimentação entre conteúdo, suporte e tecnologias.

As ações no campo da disseminação da informação podem promover uma intervenção mais efetiva na sociedade de modo que o acesso à informação deixe de ser mais um mito para constituir-se em realidade. Assim, em uma perspectiva otimista em relação à informação e cidadania, acredita-se que:

[...] a informação seja organizada para ser disseminada e aproveitada (ou consumida, como querem alguns). Ao ser assimilada, que contribua para transformar (para melhor) o ser humano e o seu entorno, mesmo em pequeníssima medida. [...] Vive-se num mundo conturbado por graves problemas e a informação disseminada, nesse contexto pode gerar alguma mudança para torná-lo melhor. (BARROS, 2003).

É possível encontrar o elo entre o papel dos bibliotecários e das bibliotecas, e operar-se o necessário realce no emaranhado mundo do

conhecimento, onde a informação e a leitura estão por trás, aguardando os meios e mãos para a sua disponibilização do coletivo e do individual.

Portanto, neste trabalho, será defendida a idéia de que a leitura é importante para a construção do sujeito crítico e que promove a inclusão social e, nesse sentido, a biblioteca tem um importante papel, sobretudo, porque a leitura flui e brota em todos os seus ambientes.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se por explorar um fenômeno verificado no campo da disseminação da informação através do livro e da leitura na atual sociedade, que é o surgimento de novos espaços de leitura, sejam físicos ou desterritorializados.

No Brasil, a discussão em torno da leitura é instrumento de constantes debates entre os educadores e a sociedade e, de modo geral, o assunto aparece quando dados relacionados ao desempenho dos alunos frente à leitura são divulgados pela imprensa. Dentro da estrutura do ensino do país cabe à escola ensinar a ler, no entanto, o ensino efetivo da leitura na escola, de acordo com dados oficiais, relacionados ao fraco desempenho dos jovens brasileiros e a leitura, pode ser interpretado pela ausência na escola de um método de ensino que promova a leitura através do exercício crítico do texto.

Paulo Freire (1982, p.22) defende a tese de uma educação contextualizada ao universo do sujeito, e afirma “que a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, demonstrando que o aprendizado está associado a outros fatores, além da sala de aula, entretanto, a escola é o ambiente que institucionaliza a leitura, e, ao mesmo tempo, esta leitura deve estar bem próxima da realidade de cada leitor:

A escola transformou-se na principal agência responsável pelo ensino do registro verbal da cultura. Em outras palavras, o acesso à leitura significa ter acesso à escola e nela obter as habilidades e os conhecimentos necessários à participação no mundo da escrita [...] por outro lado, como a escola modernamente, não é um organismo independente da sociedade, então as perguntas pertinentes à promoção da leitura (quem lê, o que lê, por que lê, de que forma lê, onde aplicar o que foi lido, etc...) ficam subordinadas a objetivos sociais mais amplos, definidos pela política educacional em vigor. (SILVA, 1993)

Ao refletir sobre as instituições públicas e seus respectivos papéis na questão da leitura e a utilização dos espaços públicos para o seu acesso, tem-se a Biblioteca Pública (BP) como o ambiente construído com este fim. No entanto, a falta de bibliotecas nas escolas converteu o objetivo central das Bibliotecas Públicas, que é o de prover a leitura pública em múltiplos suportes, em espaços para os estudantes realizarem pesquisas escolares.

Diante do exposto, esta pesquisa torna-se relevante socialmente porque explora um fenômeno que vem crescendo, na cidade do Salvador, e sinaliza para a motivação que as pessoas têm para a leitura.

1.2 O PROBLEMA

O acesso à informação e ao conhecimento pelo leitor contemporâneo, face às práticas de leitura da atual sociedade que utiliza os espaços convencionais e os espaços alternativos de leitura – EAL –, é o foco a ser desenvolvido.

Para a discussão do tema de forma contextualizada, a pesquisa de campo se concentrou na cidade do Salvador, ao investigar possíveis espaços alternativos de leitura existentes na cidade, a fim de visualizar a abrangência das alternativas criadas com relação aos ambientes de leitura pública em Salvador; em seguida aprofundando-se o estudo sobre as redes comunicacionais desterritorializadas onde se promove leitura na capital baiana.

Em Salvador, o número de bibliotecas públicas é muito inferior proporcionalmente ao número de habitantes. Sabe-se também que essas bibliotecas públicas estão concentradas na zona central da cidade e que o funcionamento da BP obedece a um modelo hierárquico. Por outro lado, pode-se verificar que espaços alternativos de leitura se estabelecem em bairros periféricos da cidade e são iniciativas da comunidade local.

As questões que instigam a investigação procedem das experiências de programas alternativos de leitura, que em formato de redes são procurados por leitores/usuários movidos, sumariamente, pelo desejo espontâneo da leitura, assim como conhecer esses leitores, seus hábitos, suas preferências e o caminho percorrido para que tais iniciativas se concretizem.

Buscando compreender de que forma se dá o acesso das pessoas aos espaços alternativos de leitura, duas indagações centrais podem ser apresentadas: **Como se formam os Espaços Alternativos de Leitura – EAL – e quais os leitores que os freqüentam?**

1.3 PREMISSAS

Partindo do pressuposto de que os EALs estão sendo criados por meio de iniciativas populares que buscam ter acesso à informação, é possível investigar as seguintes questões:

- Leitores buscam Espaços Alternativos de Leitura – EALs – por serem ambientes informais, com estrutura em forma de rede e por usufruírem maior liberdade no trânsito do ambiente e na escolha do que se quer ler;
- As Bibliotecas Públicas – BPs – são burocráticas, com estrutura sistêmica, o que dificulta o acesso ao acervo;
- Os EALs se formam como simulação do modelo de biblioteca e a freqüência se deve a busca de atendimento à pesquisa escolar.

1.4 OBJETIVOS

Geral

Realizar um estudo sobre o acesso à informação, em espaços formais e informais de leitura, discutindo questões relativas à disseminação da informação, às noções de biblioteca e às redes humanas.

Específicos

- Relacionar as bibliotecas públicas em Salvador;
- Identificar os espaços formais de leitura e sua problemática;
- Identificar e mapear os espaços alternativos de leitura em Salvador;
- Identificar modelos e tendências alternativas de acesso à leitura na cidade do Salvador;

- Reconhecer ambientes de leitura – sejam eles formais, como a biblioteca pública ou ambiente não-convencional, como espaço alternativo – que se estruturam no paradigma da sociedade da informação.

1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA

O universo para a realização da pesquisa se circunscreve à cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. Para traçar o paralelo entre as BPs e os EALs é importante destacar que se consideram bibliotecas públicas as bibliotecas criadas e mantidas pelo governo estadual ou municipal. As bibliotecas especializadas que o governo federal, estadual ou municipal mantém, não são conceituadas como bibliotecas públicas, mas sim bibliotecas que permitem o acesso ao público. Outras bibliotecas mantidas por Organização do Terceiro Setor, também não se estruturam como bibliotecas públicas, porque não dependem dos recursos do Estado.

1.6 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A singularidade de cada pesquisa conduz ao desenvolvimento de um método próprio, embora ocorra a utilização de técnicas e processos investigativos frente à realidade já referendados por outras áreas como as Ciências Sociais, a Psicologia e a Ciência da Informação. Neste caso, o trabalho utiliza procedimentos investigativos para realizar uma pesquisa exploratória, visando a novas situações, ou novos fenômenos, pois os espaços alternativos de leitura pouco foram estudados, não havendo muita literatura sobre este tema.

A abordagem teórica está associada à questão sociológica, resultando em um trabalho que revisa a literatura na área da leitura, de modo geral e contemporâneo, sempre buscando o viés do quadro brasileiro, frente às discussões.

As fases que compõem esta dissertação são as seguintes:

- Definição do tema – momento inicial ao trabalho, em que pesou bastante a relação da autora e a sua atuação profissional frente à inquietação provocada pela militância na área da leitura;

- Pesquisa bibliográfica – antecede e acompanha todo o desenvolvimento do trabalho;
- Problematização do tema – quando o tema começa a ganhar um contorno teórico e científico;
- Configuração das hipóteses – para limitação das abordagens do tema e ambiente estudado, buscando vislumbrar respostas ao problema;
- Pesquisa de campo – para explorar o tema e a comunidade envolvida, a pesquisa de campo se desenvolve em:
 - Entrevista;
 - Questionário aberto;
 - Questionário fechado.

Este trabalho propôs descrever como ocorre a utilização dos espaços formais e alternativos de leitura, registrou atitudes de leitores, a forma de abordagem de busca de suas necessidades e os motivos que os levaram a escolher um ambiente de leitura em detrimento do outro. Para reconhecer esses ambientes, a pesquisa descritiva teve como objetivo revisitar as questões da leitura e as nuances que afloram desse contexto.

A coleta de informação pela pesquisa de campo entre os EALs favoreceu a indicação de outras localizações e permitiu o mapeamento dos Espaços Alternativos de Leitura existentes na cidade. Esta coleta se baseou em estudos entre os responsáveis dos EALs para registrar suas pretensões diante da criação de um EAL.

Na etapa seguinte foi realizada a avaliação dos questionários e entrevistas para conhecer as categorias de EAL, visando a atender as hipóteses levantadas na pesquisa.

1.7 REFERENCIAL TEÓRICO

O ato de ler de forma crítica é importante para que o sujeito se torne capaz de participar da sociedade, exercendo a sua cidadania. É importante compreender que a leitura é um exercício permanente do homem, e através dela o mundo se amplia. Contudo, a leitura do texto escrito não é extensiva a todos em todas as

classes sociais, sabendo-se que nas classes populares o acesso ao mundo letrado se restringe em conteúdos e em espaços.

A conquista da leitura se configura em oportunidades que, certamente, o analfabeto não terá, principalmente tratando-se do mercado de trabalho. Os princípios subjacentes à leitura carregam consigo o *status* de decifrar do mundo, ou seja, a aproximação entre um leitor e outro (cidadão com cidadão) e suas descobertas, os desafios e os exames dos riscos que cada vez mais podem ser percebidos na convivência social.

Para Martins (1982 p.22), o conceito de leitura está ligado à decifração da escrita, sua aprendizagem. No entanto, liga-se por tradição ao processo de formação global do indivíduo, a sua capacitação para o convívio e atuação social, política, econômica e cultural.

Ler pressupõe a realização de um processo que envolve as nossas sensibilidades, Martins (1982, p.32) discorre sobre o assunto destacando que nossos órgãos do sentido, ao serem acionados por elementos textuais, promovem a criação das imagens, idéias, significados e filiações ou ligações entre o texto que está sendo lido e outros lidos anteriormente.

Para a elaboração deste trabalho toma-se o conceito de leitura de Martins, complementando-o com outras contribuições significativas que permeiam o eixo central: a leitura.

No que tange à discussão sobre a formação do leitor – que se introduz na vida dos sujeitos, de modo geral, na infância, por meio da escola, da família e da biblioteca – verifica-se a falta de sintonia entre essas três instituições, e a ausência de políticas públicas resulta em poucos avanços no campo da leitura. Este debate encontra-se ancorado nas idéias de Carvalho (1999) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – que, de forma teórica, propõem como a leitura deve ser tratada na escola brasileira de ensino básico.

A *estética da recepção*, teoria literária que procura compreender como ocorre a interpretação de texto, partindo da observação do local da produção – o autor e a trajetória – e do contexto até chegar ao leitor, é importante para que se perceba como se constroem e se estabelecem as comunidades leitoras.

Nesse sentido, Iser (1996) contribui com seus estudos sobre as comunidades e os repertórios dos leitores, e através de uma concepção

fenomenológica de mundo trata de descrever, compreender e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção e que são destacados no momento em que se debate a respeito do leitor e seu contexto para a compreensão da leitura.

Segundo Iser (1996), o entendimento da leitura é o resultado da relação entre autor-texto-leitor, destacando o tempo-espço e as relações intersubjetivas, como contexto que contribui para a interpretação que advém de um processo de leitura porque a estrutura do texto possui um aspecto duplo: ela é verbal e afetiva ao mesmo tempo.

O pensamento de Roland Barthes (1987) colabora com a discussão por meio das concepções *dos modos de ler* que o autor divide em sete categorias: a leitura como prática, ler é uma técnica, ler é uma forma de gestualidade, a leitura como forma de sabedoria, ler é um método, a leitura como atividade voluntária e ler como prática social. Esses *modos de ler* circunscrevem a leitura na vida do sujeito destacando-se que ler é um ato solitário na medida em que cada indivíduo realiza a *sua* própria leitura, isolando-se do mundo; ao mesmo tempo ler é um ato solidário, porque é partilhado (YUNES, 2002 p. 36).

Pode-se compreender o fato de ser a leitura atividade compartilhada e compartilhável que possui objetivos. Lê-se para alguma coisa: manter-se informado, ampliar conhecimentos, lazer, ou pelo prazer estético. A leitura se efetiva quando se consegue atribuir significado ao escrito, o que depende diretamente das informações que o indivíduo já possui sobre o mundo, ou seja, o seu estoque simbólico.

As idéias de Chartier contribuem na reflexão sobre a inserção da leitura na sociedade. *Discurso sobre a leitura* (1995), *A aventura do livro* (1999), *A ordem dos livros* (1994) apresentam a evolução das práticas leitoras ao longo dos anos, a exemplos das abordagens sobre as leituras em voz alta, partilhadas nos saraus e arenas e que avançam para as práticas silenciosas de ler nos recantos dos lares e movimentos dos olhos. O autor trata, ainda, dos suportes das leituras e as formas de ler, desde o rolo do papiro até a tela do computador e a postura de cada leitor frente a esses suportes.

Ao tratar sobre biblioteca pública e seu papel, o aporte teórico procede do ensaísta canadense Manguel (1997), que debate questões ligadas à história da biblioteca e a leitura; J.B. Ventura (2002), autor português que estuda a BP dentro do conceito de *esfera pública* de Habermas, apontando para a acessibilidade do

público a esses ambientes, aprofundando o olhar das ciências sociais sobre a BP; Emir Suaiden (1980; 2000), que através dos seus estudos na área da BP no Brasil, aborda temáticas sobre o impacto social da informação e o uso das bibliotecas; Milanesi (1986) discute a questão da BP com uma visão crítica sobre o papel do bibliotecário; Almeida Júnior (2003) faz abordagens sobre o serviço de referência nas BP, preocupando-se com a atitude passiva e reprodutora que tem caracterizado este equipamento social nos últimos anos e, dessa forma, contribui para a discussão quando tratamos sobre o papel da BP na atualidade.

Quanto às redes colaborativas, o trabalho se consubstancia em Castells (1999) e seus estudos sobre as novas tecnologias que se estabelecem via redes e promovem a globalização do planeta; Mance (2003), que discute sobre as redes solidárias e seu poder de atuação nos campos da economia, política e cultura, como uma filosofia de libertação das classes menos favorecidas; Villasante (2002), que aborda a participação voluntária da sociedade para criar alternativas à falta de políticas públicas do Estado no atendimento às suas necessidades básicas. As redes solidárias que se caracterizam pela forte presença da população local são estudadas para fundamentar o olhar sobre o surgimento dos espaços alternativos de leitura; Marteleto (2001, 2004), que estuda sobre o conceito de rede social e a forma como elas surgem frente aos determinismos institucionais; em consulta à Rede de Informação do Terceiro Setor – RITS –, através do seu site na Internet apresenta conceitos relacionados à rede, projetos bem sucedidos e artigos de especialistas sobre o tema redes sociais.

São consultados dados oficiais do IBGE e outras instituições confiáveis que realizam pesquisa sobre educação e cultura no Brasil, de forma a ilustrar o quadro sobre leitura e bibliotecas neste país.

Os estudos sobre alfabetização, letramento e a *information literacy* que ganham maior destaque nas discussões acadêmicas e políticas nos últimos anos estão amparados pelos estudos de Tfouni (2004) e Magda Soares (2003). Estas autoras discutem questões ligadas à realidade brasileira que também estão sendo levados em conta neste trabalho: analfabetismo e analfabetismo funcional.

1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO

Sendo a leitura o tema dessa dissertação, foi necessário discorrer os assuntos co-relacionados de forma a completar a observação, o ambiente, o tema, as alternativas que vêm sendo identificadas no seio da sociedade. Dessa forma, este trabalho está estruturado em sete capítulos.

No primeiro capítulo, a introdução retrata a motivação pelo tema, evidenciando a militância na área e a relação com a sociedade contemporânea, seguido da justificativa, problema, hipóteses, objetivos, delimitação do tema, estratégias metodológicas, referencial teórico e estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, questões relativas à leitura e a sua importância para a sociedade contemporânea, com destaque em tipos de leitura referenciados por Roland Barthes para entender como a leitura se efetiva no sujeito; discute-se a evolução da prática leitora e os modos de ler que se modificam e se adequam às mudanças que ocorrem nos suportes informacionais, desde o rolo de papiro até a tela.

No terceiro capítulo, o tema central é a leitura no Brasil, os espaços de leitura, a exemplo da escola e da biblioteca e da família. A questão do letramento e alfabetização discutidas como fatores de inclusão dos sujeitos ao mundo da leitura e a face da disseminação da informação para ampliar conhecimento humano.

No quarto capítulo, a discussão sobre os espaços tradicionais de leitura destaca as bibliotecas públicas, seus primórdios, abordando a BP à luz do manifesto da UNESCO, e como ela se insere na sociedade; a biblioteca pública no Brasil, seus problemas e perspectivas.

No quinto capítulo, conceitos sobre um tema que tem sido debatido na atualidade, que são redes sociais, como as camadas populares se estruturam em forma de rede em busca de alternativas para o acesso aos bens públicos. Os espaços desterritorializados de leitura como um modelo de organização em rede.

No sexto capítulo, os EALs estudados, seu mapeamento, os modelos e tendências, a análise dos dados da pesquisa de campo, um modelo de um EAL que realmente incentiva a leitura entre seus membros. Em seguida discutem-se os resultados.

No sétimo capítulo realizam-se as considerações finais e a contribuição do trabalho para ampliar a discussão em torno da leitura associada à biblioteca.

Finalmente, as referências bibliográficas que deram apoio à pesquisa e que contemplam as questões relativas à leitura, às bibliotecas e às redes sociais colaborativas, desterritorializadas ou não.

2 A LEITURA E INSERÇÃO SOCIAL

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou totalmente - o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores [...] Do rolo do códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler.

Roger Chartier, 1999)

A leitura tem valor significativo na manutenção da sociedade civilizada sob uma ordem interativa, e seu entendimento pressupõe uma ação que promove mudanças; a sua aquisição, aparentemente simples, pode ocorrer de forma lenta e dolorosa.

Esta ressaltar pretende colocar como a produção da leitura se insere no mundo civilizado: o ato de ler se efetiva a partir da presença de um leitor que dará significado ao texto produzido. Um processo mais complexo entre emissor e receptor que pode ir além – desde as condições do leitor aos problemas do contexto.

Ao buscar do grego o pleno sentido de *ler* como sendo *legei* tem-se colher, recolher, juntar, que, em latim, transforma-se em *lego*, *legis*, *legere* – juntar horizontalmente as coisas com o olhar. No entanto, os latinos usavam *interpretare* para significar *ler*, um ler com sentido mais verticalizado, como sair de um plano para outro, de forma transcendente (CALDIN, 2003, p.1). Nesse sentido, o ato de ler está além do que é dado pelo texto. Formar uma idéia a partir do recolhimento das partes, tanto do que se apresenta no texto, quanto no que se tem de repertório, pode-se dizer que é o encontro com a compreensão das coisas.

O processo de leitura adquire um caráter vivo e dramático, envolvendo o leitor em uma ação produtiva na construção do sentido. Como entender essa ação participativa que se desenrola entre o texto e o leitor? O encontro entre os dois, texto e leitor, corresponde ao confronto do sujeito com uma experiência alheia, e o texto representa um efeito possível que mobiliza as habilidades, percepção e imaginação do leitor. Esses efeitos e respostas não são propriedades nem do texto, nem do leitor, mas ocorrem no espaço de interface, ou seja, o campo da recepção, que se manifesta durante o processo de leitura (ISER, 1996, p. 49).

Um texto, enquanto tal, apenas oferece diversos *aspectos esquematizados*, pistas, sinais, portanto, necessita de outros elementos para a realização efetiva de uma leitura:

Diante de um texto é possível o leitor encontrar dois pólos que podem ser chamados de pólo artístico e estético. O pólo artístico designa o texto criado pelo autor e o estético a concretização produzida pelo leitor. (ISER, 1996, p. 50).

Levando-se em conta a atitude do leitor em dar significado às palavras do autor, Iser (1996, p.73) sugere o conceito de *leitor implícito*, uma estrutura de texto que antecipa a presença do receptor. É possível destacar que há um entrecruzamento entre o produtor, informação e consumidor, conforme Figura 1:

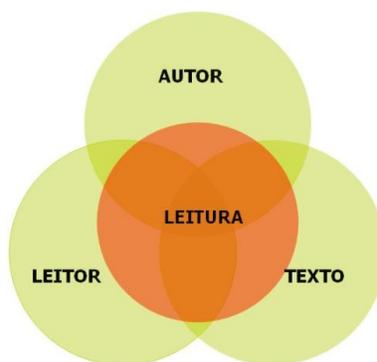


Figura 1 – Intersecção entre leitor, autor, texto e leitura
Fonte: Autora

A conquista do direito de saber ler com habilidade e de forma crítica se configura como meio transmissor de informação. Segundo Caldin (2003), “a leitura se configura como um meio de aquisição do que se passa ao redor do homem. A leitura é, portanto, um ato social, e como tal, uma questão política” .

A sociedade fenícia, ao criar o alfabeto, que mais tarde foi desenvolvido pelos arameus, gregos e latinos, permitiu que os homens delineassem uma nova rota a seguir, e por meio da escrita, e, conseqüentemente, da leitura, o homem pôde absorver informações e conhecimentos em ação contínua emancipatória, conhecida como aprendizagem.

É possível defender a idéia de que a leitura faz parte do mundo, requerendo para seu estabelecimento os mais distintos saberes, além da habilidade de decifração de sinais, promovendo saberes novos na interação texto-leitor. Nesse sentido, se fortalece o discurso e a bandeira de que a leitura deve alcançar a todos, embora esta questão pouco faça parte da agenda do Estado, principalmente nos países emergentes, como o Brasil, por não existir uma efetiva política pública de incentivo à formação do leitor:

Compreender a mensagem compreender-se na mensagem, compreender-se pela mensagem – eis aí os três propósitos fundamentais da leitura, que em muito ultrapassam quaisquer aspectos utilitaristas, ou meramente “livrescos” da comunicação leitor-textos. Ler é, em ultima instância, não só uma ponte para a tomada de consciência, mas também o modo de existir no qual o indivíduo compreende e interpreta a expressão registrada pela escrita e passa a compreender-se no mundo. (SILVA, 1981 p. 45).

Associa-se ao conceito de leitura a questão da linguagem como elo entre as coisas e o sujeito; e da escrita, uma prática social que, através de signos,

relaciona a identidade de uma nação, ou seja, a língua e o seu registro são singulares a cada país.

É possível pensar que o domínio da escrita pode unificar e ao mesmo tempo separar os cidadãos de um país por existir alfabetizados e não alfabetizados, constituindo-se uma relação de dominadores e dominados e, dessa forma, questionar a igualdade de oportunidades. Assim, o direito a ter a sua marca, a sua assinatura, constitui-se em uma emancipação para o sujeito e etapa importante para a conquista de direitos.

É importante destacar que até o século XIX o acesso à leitura se manteve como privilégio de uma minoria; já no século XX a leitura se expande como um direito, embora ainda não alcance grande parte das pessoas, o que provoca uma disparidade social e cultural.

As mudanças que, aparentemente, estão aceleradas, vêm se transformando especialmente nos últimos vinte anos, e requerem da sociedade respostas rápidas para o atendimento das demandas sociais. Apesar das novas tecnologias introduzidas para facilitar o cotidiano das pessoas, tais avanços são relativos, não se percebe mudanças sociais e econômicas pontuais.

A leitura assume um caráter distinto, segundo as expectativas, necessidades, interesses, conteúdos do texto e os conhecimentos prévios de cada leitor. Nesse sentido, Iser (1996) destaca a relação entre leitor-leitura mediante uma articulação interativa, não se trata de um estudo do leitor de forma histórica, mas de um papel inscrito no ato da leitura. Essa atitude do leitor frente ao texto é uma ação física, mobiliza órgãos do sentido para promover a ligação e elos entre os referenciais de mundo existentes na memória do indivíduo.

Ler o mundo, segundo Paulo Freire (1982), aponta para uma dimensão semiótica da leitura, pois ela não está ligada apenas à linguagem verbal graficamente codificada, e o domínio do processo leitura-escrita depende da leitura do mundo que os indivíduos venham realizando, ao formalizar-se o domínio do código gráfico da língua materna (YUNES, 1994, p.12). O ato de ler produz sentidos e significados no leitor. É um elemento importante para a construção do sujeito, estando inserido no sistema de comunicação e sendo seu maior suporte. Sendo assim, a leitura deve ser caracterizada como um projeto humano e social, pois se

concretiza uma proposta pensada pelo *ser-no-mundo* e essa questão remete a uma construção de políticas públicas voltadas para essa área (SILVA,1998).

2.1 TIPOS DE LEITURA

Para Roland Barthes (1987), a palavra leitura remete para além de um conceito, ou seja, para um conjunto de práticas difusas. Há, segundo o autor, assunto que não se pode tratar com método, sendo necessário usar o golpe de vista, abrir entradas na palavra, ocupá-la por meio de sondagens sucessivas e diversas, segurar fios ao mesmo tempo, tecendo a leitura (BARTHES, 1987, p. 185).

Para refletir sobre o tema leitura, o pensamento de Barthes e as categorias por ele tratadas é importante elaborar um quadro conceitual sobre o tema. Barthes (1987) apresenta sete categorias de leitura: ler como prática, como uma técnica, como uma forma de gestualidade, como forma de sabedoria, como um método, como atividade voluntária e como uma prática social.

2.1.1 Leitura como prática

A leitura como *prática*, segundo o autor, historicamente e socialmente continua a ser um conjunto de práticas codificadas, que não se esgotam no deciframento dos sinais, contudo ler um texto escrito é antes de tudo decifrar sinais, porque a escrita é signo.

O ato de ler é um exercício particular e, embora, existam vários códigos lingüísticos no mundo, a singularidade não está apenas na linguagem, mas no leitor que participa com uma aptidão que não depende, necessariamente, de sua capacidade de decifrar sinais e dar sentido a eles, compreendê-los. A leitura vai além do texto e depende do aporte informacional de cada leitor. A universalidade do ato de ler, conforme Zilberman (1993, p. 11), provém do fato de que todo indivíduo está intrinsecamente capacitado a ele, a partir de estímulos da sociedade e da vigência de códigos que se transmitem, preferencialmente, por intermédio de um alfabeto. E, historicamente, a alfabetização se insere na sociedade a partir do século XVIII, ocasião em que a leitura se revela como um fenômeno delimitado e circunscrito a um modelo de sociedade que se valeu dela para sua expansão.

É importante colocar que a multidisciplinaridade pode ser observada em abordagens em torno da leitura, pois diversas facetas que se revelam, segundo a área do conhecimento. Cada autor que se debruça para desenvolver suas pesquisas, pode ter como objeto de observação a sociologia, a história, a semiologia, a religião, a fenomenologia, a psicanálise ou a filosofia.

Para cada uma dessas abordagens há um olhar, que é lançado em função da relação do leitor com o texto. É uma relação que se compõe de um sujeito-leitor produtor de sentidos, que interage com determinado texto povoado de sentidos, escrito por outro sujeito-autor, também produtor de sentidos.

Essa já citada relação entre autor-texto e leitura é tratada por Iser (1996, p.32) ao assumir que um texto é, antes, um modelo de indicações estruturadas para a imaginação do leitor, ou seja, sempre o texto dependerá de significados assimilados por seus leitores e a cada nova leitura, novas marcas serão empreendidas por esses leitores.

Um texto não existe isolado no mundo, ele está destinado a um leitor ideal, ou leitor modelo, que abrirá a página do livro ou acessará uma página da Internet na busca por suprir interesses próprios. Há de se compreender que o leitor está inserido em um mundo descrito e apresentado em tempo-espaço-idéias, o que dará singularidade nos resultados de cada leitura praticada, portanto, ler é uma ação particular e contextualizada.

É relevante registrar que há uma relação dialógica entre *texto*, *leitor* e *contexto*, que dará sentido e significado ao que foi escrito ou registrado pelo *autor* de uma obra, que por sua vez escreve para um leitor implícito.

2.1.2 Leitura como técnica

Uma segunda categoria apresentada por Barthes é a que afirma que *ler é uma técnica*. Uma técnica de decodificação, sendo os signos inscritos conforme seus códigos (escritas, músicas, diagramas). Há de se recorrer a uma técnica para transformar o que está apresentado sob a forma de códigos em um significado.

2.1.3 Leitura como forma de gestualidade

Ler também é uma forma de gestualidade, nessa categoria pode-se refletir que muitas vezes é possível encontrar dificuldades para discorrer sobre um fato na forma escrita, porque os gestos falam mais do que as palavras. Os gestos formam uma linguagem, e nessa linguagem se formulam as palavras na mente do receptor da mensagem. Nesse sentido, é importante remeter-se à diversidade de culturas existentes no mundo, lembrando que há uma parcela da população que interage com o mundo por meio de gestos e sinais. A gestualidade é um tema extenso e contemporâneo, principalmente porque é dito que se vive a era da imagem, e o corpo é presença física, reconhecidamente um produtor de sentidos. É possível, por exemplo, lembrar que a dança é uma arte de linguagem corporal que se comunica com o mundo e produz leituras e significados.

Barthes (1987), ainda dentro da sua abordagem sobre gestualidade, acrescenta que ler faz parte de uma determinada situação do corpo, lê-se deitado, de pé, sentado, em silêncio. Para cada atividade em que a leitura esteja a serviço do seu leitor, uma postura física diferente poderá ser assumida.

Marcadamente, o século XIX foi culturalmente caracterizado pela leitura em voz alta como forma de aglutinar a família e mobilizá-la na convivência em grupo e na sociedade, e só a partir do século XX é que a leitura se constitui como uma ação silenciosa:

Ler em voz alta, para os outros ou para si mesmo, ler em grupos, ler por obrigação de trabalho ou por prazer são atos que não desaparecem com a revolução da leitura no silêncio e na intimidade. (CHARTIER, 1991, p. 114).

Porém, antes disso, entre os séculos XVI e XVIII, houve um momento na história da humanidade que se aflora a intimidade com o texto escrito. Imaginou-se que algumas modalidades de leitura poderiam desaparecer a partir da introdução desta nova prática de leitura, a leitura silenciosa. Esta preocupação é lembrada para reafirmar que da mesma forma como a leitura em voz alta já foi considerada a forma mais adequada de ler, em outros tempos, foi considerada uma forma imprópria de ler.

Vale lembrar que no jogo de inclusão e exclusão sociais, segundo Dauster (1994, p. 59), são formados leitores que partilham diferentemente da prática da leitura silenciosa, até porque seu domínio implica o acesso, o manuseio, a

intimidade com o objeto livro. Portanto, ler em voz alta deve fazer parte do ritual de passagem para a leitura silenciosa.

Cabe ainda, dentro da questão do gesto e da leitura, lembrar dos atores em suas leituras em voz alta apreendendo o texto e em seguida realizando a corporificação do texto. E o que dizer dos poetas e das leituras de poesias? Assim, o escrito se transforma em corpo, alma e gestos.

Os gestos formam uma linguagem e nessa linguagem se formulam as palavras na mente do receptor da mensagem. Nesse sentido, é importante remeter-se à diversidade de culturas existentes no mundo, lembrando que há uma parcela da população que interage com o mundo através de gestos e sinais. São os deficientes auditivos que, através de uma linguagem própria, aqui no Brasil denominada de *libras* (linguagem brasileira de sinais) se comunica com as pessoas que conseguem decifrar o referido código.

A gestualidade é um tema extenso e contemporâneo, principalmente porque se vive a era da imagem, e o corpo é reconhecidamente um produtor de sentidos.

2.1.4 Leitura como forma de sabedoria

Na quarta categoria Barthes (1987) trata da *leitura como forma de sabedoria*, o que traz ao centro da discussão o pensamento de que a leitura é aprendizado espiritual. Através da leitura se ampliam os conhecimentos. A sabedoria a que Barthes se refere à questão religiosa, a sabedoria sobre os escritos da bíblia, do alcorão, da igreja.

2.1.5 Leitura como método

Ler é um método. Nessa categoria, a leitura pode ser considerada como uma produtora de conhecimento. Ler realizando pontes e filiações entre os textos; ler e produzir conhecimentos a partir do texto lido. É a leitura que depois de processada, se transforma novamente em texto escrito.

Neste âmbito, os leitores adquirem o *status* de letrados, os intelectuais no sentido da elitização da leitura. O leitor, nesta categoria, está em busca da neutralidade axiológica para fazer suas inferências no universo pesquisado. Apresenta um caráter reflexivo e com dinâmica traçada em métodos de estudo que contribuam para a construção de um *corpus* conforme suas referências.

A leitura, como já foi dito anteriormente, não é estanque, é um processo dialético, e cada categoria que aqui se apresenta para discussão, está dialogando com as demais. A leitura vista como método também inclui ter sensibilidade e está aderida ao seu leitor.

2.1.6 Leitura como atividade voluntária

A *leitura como uma atividade voluntária* é a leitura por prazer. Barthes coloca que, como uma atividade voluntária, desenvolvida sem espírito de troca, de sem lhe exigir rendimentos, o leitor consegue se entregar pelo prazer.

Esta categoria sugere a idéia de que a leitura é coexistência entre a obra de arte, que pode e deve ser lida; em seguida a leitura traz consigo o processo de interpretação. Ler por prazer seja o texto que for. Ler como experiência estética.

2.17 Leitura como prática social

A última categoria introduzida por Barthes entende a *leitura como uma prática social*. Este item foi deixado por último nesta classificação por refletir e se identificar com a idéia fundamental de leitura para esta dissertação, acesso à informação, ou seja, através da leitura o indivíduo pode exercer a cidadania.

Sendo assim, pode-se afirmar que a leitura não se efetiva em ações isoladas, nem mesmo lineares, mas sim em função da complexa reação em cadeia, sentimentos, desejos, especulações na bagagem de conhecimentos armazenados, motivações, análises e críticas do leitor.

Frente a esta questão, surgem os desafios que se apresentam pelas políticas públicas, as ações dos mediadores da leitura, se colocadas em termos de globalização, sem se dar conta das diferenças e especificidades da sociedade complexa e heterogênea. Daí a leitura como prática social ser a soma de ações no

âmbito das organizações sociais para conquistar espaços frente aos avanços do presente.

A leitura é uma experiência e pode estar submetida a diversas variáveis que devem ser verificadas ao tentar teorizá-la. O saber ler permanece na sociedade como um indicador dos incluídos e excluídos do mundo letrado. A escrita-leitura associa-se ao poder da informação.

A visão sobre a produção histórica e historiográfica da leitura e do livro remonta a uma discussão em torno da leitura, e pensar a leitura é refletir sobre o quadro dos leitores e a cadeia que envolve a produção e consumo do ato de ler. A forma de conceber a leitura deve contemplar a sua história cultural e da literatura, identificar os editores, escritores, livreiros, bibliófilos, bibliotecários, professores, mulheres e outros praticantes e usuários da cultura letrada de ontem e de hoje. O olhar lançado sobre as pessoas que vivem a história da leitura de forma ativa focaliza como as redes de leitura se organizam, quais as estratégias de produção e nesse contexto a distribuição.

2.2 EVOLUÇÃO DA PRÁTICA LEITORA

A preocupação pelo estudo sistematizado da leitura teve início nos Estados Unidos durante a grande crise econômica dos anos 1930. A base desse contexto é o cenário sociológico e sob a denominação de *sociologia da leitura*. As pesquisas sobre a difusão da leitura e os seus efeitos sobre o leitor reuniam, na mesma direção, as ações de vários profissionais literatos, educadores, bibliotecários, pedagogos, dentre outros (DUMONT, 2002).

Os primórdios da leitura se remetem ao aparecimento das primeiras escritas analíticas há cerca de 5000 anos, o que assinala uma nova etapa na busca incessante em torno do objeto fundador do registro da memória: a escrita. Primeiro na Mesopotâmia, com a gravação dos signos cuneiformes em placas ou tábuas de argila. Em seguida, tem-se a descoberta do papiro no Egito, e sua utilização massiva para a escrita, promovendo a origem do comércio do livro e o surgimento das primeiras bibliotecas. (VENTURA, 2002, p. 48). A circulação dos textos escritos, por volta do século VI a.C., quase sempre com destinação expressa do possível leitor, pois leitores, na época, eram raros.

A questão do livro e da leitura na antiguidade é trazida por Chartier (1999, p. 24), que fala da forma como se liam os livros, uma vez que a forma primitiva destes não têm nada de semelhante com o formato atual. A forma estética dos livros acompanha a evolução humana, assim como também a forma de ler vem se modificando, com o passar do tempo:

Este livro é um rolo, uma longa faixa de papiro ou de pergaminho que o leitor deve segurar com as duas mãos para poder desenrolá-la. Ele faz aparecer trechos distribuídos em colunas. Assim, um autor não pode escrever ao mesmo tempo que lê. Ou bem ele lê, e suas duas mãos são mobilizadas para segurar o rolo, e neste caso ele só pode ditar a um escriba suas reflexões, notas [...] Ou ele escreve durante sua leitura, mas então ele necessariamente fechou o rolo e não lê mais (CHARTIER, 1999, p.24).

Destaca-se a complicada operação da produção de uma obra literária nos séculos que antecedem o advento da imprensa, pois, segundo Chartier, é possível imaginar os autores ditando seus textos e dando ênfase à voz, de forma empostada e firme, não sendo mais um atributo solicitado ao autor contemporâneo em função dos avanços tecnológicos.

O texto escrito funciona como uma partitura preenchida com notação musical. Este texto para ser entendido depende da interpretação acústica, é preciso usar a voz, e não apenas os olhos. Assim ocorre com o texto: não apenas olhá-lo para decifrar o signo, a leitura está longe de poder significar repouso e meditação porque se aproximava de uma atividade pesada e exaustiva porque necessita do exercício da compreensão.

Os progressos medievais, no campo da alfabetização e da escrita, apontam que a situação cultural dos países europeus, no fim da Idade Média, continua sendo uma incógnita, e, sem dúvida, seria inexato supor que em toda parte ela se caracteriza por uma fraca alfabetização e um monopólio dos clérigos sobre a cultura escrita. (CHARTIER, 1991, p. 122).

Tendo em vista a dificuldade existente para se ter acesso ao mundo alfabetizado e letrado, o leitor enfrentou, ao longo dos tempos, outros obstáculos como a censura imposta pela igreja, pelos regimes ditatoriais e, principalmente, pelo atraso cultural que assola os países periféricos do Ocidente, incluindo a Europa. No entanto, é possível encontrar cidades, que no final do século XIV e início do século XV, onde os moradores lêem e escrevem, como é o caso de Flandres e algumas

idades italianas. Nessas regiões, há registros de textos sobre os afrescos ou os quadros da igreja; as altas porcentagens de assinaturas, da ordem de 70%, encontradas nos recibos de todo tipo, confiados aos guarda-livros e nos hospitais de Saint-Omer.

A partir do aparecimento das universidades, um novo mercado leitor surge estimulando a produção de livros científicos. O manuseio das obras científicas pelos pesquisadores torna possível o exame das relações entre teoria e prática e a ampliação da produção estética no campo da arte, em relação ao aprimoramento das ilustrações e no campo da evolução da escrita, com a simplificação dos estilos.

A idéia de um livro com páginas, numeração, índice, capa, liberta o leitor para escrever ao mesmo tempo em que lê, operação impossível de ser realizada para quem segurava o rolo do pergaminho. Com o crescente acesso ao mundo da leitura e da escrita, surge um novo modo de ler que é a leitura silenciosa:

Mais difundida, a capacidade de ler acarreta novas práticas entre os séculos XVI e XVIII, Philippe Áries designou claramente a mais inédita: a leitura na intimidade de um espaço subtraído à comunidade, que permite a reflexão solitária. Essa “privatização” da prática da leitura é incontestavelmente uma das principais evoluções culturais da modernidade. Assim, precisamos identificar as condições que a possibilitaram. A primeira refere-se a difusão de uma nova habilidade: a que permite ao indivíduo ler sem ter de oralizar o texto, em voz alta ou baixa. Na verdade, só essa maneira de ler pode subtrair o leitor ao controle da comunidade quando lê num espaço coletivo. (CHARTIER, 1991, p.126)

A leitura passa, então, a ser uma prática mais reservada e rápida que toca o leitor no seu íntimo, abre horizontes inéditos, transformando radicalmente o trabalho intelectual que, por sua vez, alcança novos horizontes com a revolução da imprensa.

A arte de imprimir era vista como “uma profissão maldita” por permitir a divulgação e a livre circulação das idéias que, até então, se mantinham sob o controle da igreja e da nobreza, que não se conformam com a possibilidade da perda do controle da produção do conhecimento, implementando a censura através do Santo Ofício (CARVALHO, 1999, p. 31):

As instruções reais sobre a circulação de livros eram bastante restritivas e a *Pragmática* explicitou esses princípios. Entre as matérias a recomendação de que não comercializassem, introduzissem ou conservassem obras proibidas pelo Santo Ofício em qualquer língua era acompanhada da ameaça de condenação sob pena de morte ou confisco

dos bens, e instruía para a queima de livros já existente (CARVALHO, 1999, p. 51).

O livro como instrumento de disseminação de idéias que sempre esteve sob o controle da igreja, viu-se, nesse novo momento da história, na eminência de fugir de tal dominação, afinal, a produção manuscrita se dava nos bastidores da igreja. A resposta foi severa e a liberação de um livro para a leitura coletiva fica subjugada à censura, sob pena de alguns autores serem julgados malditos e condenados à morte.

Contudo, Chartier (1991) não atribui transformações intelectuais ou afetivas resultantes de uma nova maneira de ler – seja o objeto lido manuscrito ou impresso – porque, segundo ele, “a revolução da escrita já ocorreu, mas é recente nos meios laico e apenas parcial, pois deixa de fora os numerosos leitores que não são virtuosos da escrita” (CHARTIER, 1991, p. 128).

No século XVIII o iluminismo propõe *Iluminar a mente através do conhecimento*. Nos livros e nos periódicos que surgem nessa época, o saber pode ser guardado, distribuído e acumulado. O saber se transforma em conhecimento. O conhecimento impresso e divulgado no papel altera a noção de tempo. Não é mais necessária uma vida para aprender. Basta ler. A leitura economiza anos de vivência. É a racionalização da aprendizagem. Este é o pensamento e o comportamento que sucede à invenção da imprensa.

Diante de um novo paradigma que abandona o teocentrismo para valorizar o antropocentrismo, e cujo corolário é o homem como o centro da razão e responsável pela produção do conhecimento. Frente a esse novo mundo informacional que se desvela, dois pensadores da época, Denis Diderot e Jean D'Alembert, criam a Enciclopédia, depreendida com um novo suporte para agregar, sistematizar e difundir o conhecimento produzido.

Diderot e D'Alembert, juntamente com a colaboração de outras vinte personalidades, são os responsáveis por essa iniciativa que, segundo Carvalho (1999, p.26) ressalta, da maneira como foi organizada, reflete o interesse do homem em sistematizar os limites do conhecimento humano, que supõe uma leitura fragmentada e hipertextualizada.

Porém, essa poderosa fonte de disseminação da informação, em formato de papel, necessita de atualizações freqüentes. Os editores das enciclopédias se

vêm obrigados a lançar, anualmente no mercado, os chamados “livros do ano” para manter atualizada a coleção. Isso encarece o custo para o usuário que pretende manter sua coleção também atualizada.

Com relação à hipertextualização dos textos, esse conceito é muito associado ao texto pesquisado na Internet. No entanto, a enciclopédia, os dicionários, as obras de referência e os acervos das bibliotecas são exemplos de hipertextualização.

Fazemos leituras hipertextuais não apenas na Internet. A pesquisa na biblioteca na qual através de uma referência se chega a outras variadas também é uma leitura hipertextual, assim como também a leitura de uma enciclopédia, em cada novo item remete-nos a outros complementares. (FERNANDES; PORTUGAL, 2002).

Em que pese o suporte, a enciclopédia na atualidade, editada em cd-rom, tem uma adequação perfeita em suporte eletrônico, por isso algumas, como a Britânica, não possuem a edição impressa, justamente pela facilidade de atualização.

O suporte livro permanece como o principal elemento de acesso ao universo da leitura, embora na atualidade a leitura possa se realizar também em outros suportes. É importante não perder de vista que a leitura ocorre na pluralidade dos suportes e que um novo suporte não supera o outro. Lê-se no suporte livro de papel, no écran do computador, em um filme, uma tela pictórica, em uma música ou um *vídeo-clip* e, antes de tudo, lê-se o mundo.

Duas tendências continuam convivendo nesse universo de produção de textos e informações, o registro físico e o virtual. Ambos exigem dos leitores a desenvoltura, a compreensão, a interpretação. Em aproximadamente dois séculos de escolarização de leitura, o mundo civilizado não aceita conviver com iletrados.

A hipertextualização nos formatos digitais convive com os livros e periódicos dentro das bibliotecas, centros de pesquisas e mais recentemente nas residências.

2.3 TENDÊNCIAS NAS PRÁTICAS DE LEITURA

Na atualidade sabe-se que antes de uma criança aprender a ler, já vê televisão, o que permite afirmar que a sociedade que se estabelece está associada

à oralidade. Entretanto, a cultura continua a depender dos livros ou, no mínimo, dos textos que se lê na tela, e isto quer dizer da escrita (SCHWANITZ, 2004, p. 453). Logo, o excesso do uso da oralidade pode vir a se constituir em um problema para o leitor, que encontrará dificuldade em concentrar-se no texto escrito.

O leitor da televisão ou telespectador utiliza, simultaneamente, a audição e a visão. Cada uma delas em uma multiplicidade de sentidos e direções. A audição possui uma forma de apreensão que tende a ser mais concentrada e reflexiva, a visão é mais dispersa e mais emotiva.

Para a leitura de livros corresponde o homem mais concentrado, analítico e racional. Já no caso dos meios de comunicação eletrônicos corresponde o habitante da aldeia global: emotivo e multisensorial. (REIMÃO, 1999, p.13). A magia de uma tela apresenta na forma oral e visual as situações quase reais, ou simuladas. A televisão é um veículo de comunicação oral, mas a sua base é escrita. Este espaço que a leitura ocupa na sociedade pode se deslocar de um suporte informacional para outro, porém não se vislumbra em um grande período histórico que a dependência comunicacional da sociedade com o texto escrito seja deixado de lado, e os mais diversos suportes de leitura estão passando por transformação, tanto na forma de apresentação dos textos, como na recepção dos mesmos:

A leitura na tela não é uma leitura coletiva, mas os significados que advêm dela o são porque compartilhamos socialmente. [...]. A TV já surgiu tendo uma característica coletiva: era assistida em grupos, especialmente no grupo familiar. Mesmo assim, era entendida como sendo apropriada pelos sujeitos individualmente como se o fato de estarem juntos assistindo não repercutisse em sua leitura. [...] A imagem /mensagem da TV também passa hoje por essa desterritorialização. Ela não tem mais fronteiras rígidas e circula por vários lugares, é modificada pelos diferentes canais /fontes de emissão, tem diferentes apropriações de acordo com o contexto e o local de sua veiculação (FERNANDES; PORTUGAL, 2002).

É comum associar os avanços tecnológicos ao ócio, uma vez que a técnica visa a promover o maior conforto. No caso das tecnologias de informação e comunicação, o primeiro exemplo desse ócio na recepção de conteúdos e mensagens encontra-se na televisão, tanto por conta dos recursos audiovisuais quanto pelo controle remoto, que proporciona ao telespectador a possibilidade de mudar instantaneamente de canal, passando de um filme a um debate, de um jogo ao telejornal sem ao menos se mover. Assim, de maneira prática, a ação de assistir

a um programa na TV se repete a todo instante, de forma vertiginosa se multiplicam as imagens, os sons e os textos. Desse tipo de prática nascem, na desordem não programada do vídeo, novos espetáculos individuais feitos de pedaços não-homogêneos justapostos entre si.

Nesse sentido, é importante refletir sobre as palavras que na contemporaneidade ampliam seus significados e outras que surgem para dar significado ao mundo que se introduz via rede de comunicação. Tem-se o correio eletrônico, o *site* ou sítio, a *home page*, dentre outras novas palavras ou antigas com novos significados.

Nesse contexto, pode-se verificar o nascimento do *zapping* – instrumento individual de consumo e de criação audiovisual novo. Através dele, o consumidor da cultura midiático acostumou-se a receber uma mensagem feita de fragmentos sem homogeneidade e vista racional e tradicionalmente destituída de “sentido”, todavia, trata-se de uma mensagem que requer um mínimo de atenção para ser seguida, e um máximo de tensão e participação lúdica para ser criada.

O texto ganha nos últimos 30 anos uma possibilidade de “virtualização”, isto é, de veiculação em suportes digitais tornando-se possível elencar uma série de palavras que ganham novos significados, assumem sentidos metafóricos na sociedade da informação: para correio, algo que não é correio, página, para algo que não é página, e sítio (*site*) para algo que não é sítio, que se configura também como não-lugar. (BEIGUELMAN, 2003, p.158).

Também é muito freqüente encontrar nesse universo contemporâneo, os *emoticons* (Instant Messenger), elementos gráficos que expressam emoções, ou seja, formas visuais de expressar seus sentimentos quando somente palavras não são suficientes. Os *emoticons* são usados, em geral, nas mensagens trocadas entre amigos. Alguns desses *emoticons* estão listados, a seguir, no Quadro 1.

:-) ou :)	Sorriso	:-P ou :p	Mostrando a língua
:-O ou :o	Surpreso	:-(ou :(Triste
;-) ou ;)	Piscando	:'(Chorando

:-S ou :s	Confuso	:-\$ ou :\$	Envergonhado
:- ou :	Desapontado	:-@ ou :@	Bravo
:-#	Guardando segredo	8-)	Virando os olhos
:-*	Contando um segredo	-)	Sonolento
<:o)	Festeiro	[]s	Abraços
}s	Beijos	+o(Nauseado

Quadro 1 – Tipos mais usados de *emoticons*

Fonte: BARBOSA. Revista *Linguagem e Discurso* v. 5, n.1, 2004.

Essa forma de comunicação na Internet é cada vez mais freqüente. Os jovens, principalmente, redigem seus textos, tratando dos mais variados assuntos, utilizando letras e outros símbolos que resgatam os hieróglifos da antiguidade. Portanto, essa prática baseada na mídia é exatamente o oposto da leitura tradicional, linear, progressiva, na medida em que está próxima de uma leitura transversal, interrompida, ora lenta, ora rápida.

O registro eletrônico da informação é um lugar da história dos registros informacionais que permite lançar um olhar para o passado e verificar as passagens dos suportes: do papiro para os pergaminhos, dos rolos para o *códex* e *volumen*, do incunábulo para o ecrã. Nesse mesmo contexto encontram-se os manuscritos, os impressos e os digitalizados. Enfim, uma longa história para um longo percurso do homem e o registro da sua memória.

A representação eletrônica do livro transforma os modos de ler e de manipular o texto: o leitor pode submeter os textos a várias operações, tais como cópias, deslocamentos, recomposições e incluir suas próprias marcas no texto, tornando-se co-autor.

2.4 MODOS DE LER

Transforma-se, radicalmente, a morfologia e matéria dos suportes onde se desenvolve a leitura e a escrita. E o livro reencontra-se submerso por uma metatextualidade que se estende, progressivamente, ao conjunto dos modos de representação do mundo, ao conjunto das mídias, como referencia insubstituível, independente da sua essência física. (VENTURA, 2002, p. 49).

A partir de um breve olhar sobre a história do livro percebe-se o quanto o livro sofre metamorfose nas suas formas, técnicas de reprodução da escrita e das estruturas de criação, decodificação e recepção textual.

A forma de produzir conhecimento está em mutação e um dos suportes de maior disseminação do conhecimento, o livro, também passa por mudanças e, conseqüentemente, os modos de ler também se ampliam. Acrescenta-se ao sistema tradicional de leitura, outras formas de ler em bases eletrônicas que vão incorporando novos formatos de expressar idéias. Ler na tela é um modo diferente de ler no papel, este novo leitor tende a ser mais ativo porque é possível movimentar o texto de forma múltipla.

O conceito de livro evolui sugerindo um novo paradigma, no qual o processo e a prática da leitura é mais importante do que o objeto em si. E nesse sentido, Barthes (1987) destaca que a leitura não é um conceito, e sim, um conjunto de práticas culturais, sociais, históricas.

As práticas leitoras podem ser realizadas de diferentes formas. Pode-se, por exemplo: ler em voz alta, com um livro; ler as previsões dos signos para o próximo ano, solitariamente, em grupo; participar de uma seção de contadores de história, no jardim da biblioteca. Mas há a leitura no recolhimento do lar, momento em que o leitor recosta-se na cama e lê textos lúdicos ou informativo. Todas essas ações apontam para práticas leitoras realizadas a partir do texto impresso e, agora, novos modos sobre o ato de ler se inserem na sociedade. O computador e a tela sugerem novos modos de ler:

A leitura pode ser entendida como uma longa tradição das tecnologias da escrita e da sua comunicação que do *volumen* ao *códex*, do manuscrito ao impresso e, finalmente, do impresso ao digital, tem suportado a textualidade, servindo de interface entre o escritor e o leitor, condicionando diferentes práticas de imposição, recepção e apropriação de sentidos, determinando modos de sociabilidade e constituição de diferentes esferas de leitura – íntima, privada, coletiva, pública – e de deferentes modalidades de leitura – “intensiva” ou “extensiva” – de acordo com as circunstâncias e os lugares da sua efetuação. (VENTURA, 2002, p. 50-1)

O autor, ao falar sobre a passagem do códex ao ecrã, levanta o seguinte questionamento: e hoje? Cinco séculos após Gutenberg, as práticas instituídas pela chamada ordem do livro impresso tendem a submergir nas vagas da sociedade da informação, dando lugar a codificações ainda difusas, mas que anunciam novos modos de apropriação dos sentidos impostos pelas modernas mídias e geram novas práticas de leitura cujas implicações culturais, cognitivas e políticas ainda são imprevisíveis.

Essa imprevisibilidade que permeia a atual sociedade aponta para que na era digital ocorra uma ruptura epistemológica sem precedentes, inaugurando uma nova modalidade de relação do sujeito com o objeto, palpável ou não, que mediatiza a textualidade.

A revolução do texto eletrônico será ela também uma revolução da leitura. Ler sobre uma tela não é ler um códex. Se abre possibilidades novas e imensas, a representação eletrônica dos textos modifica totalmente a sua condição: ela substitui a materialidade do livro pela imaterialidade de textos em lugar específico. (CHARTIER, 1997, p. 101)

Os textos estáticos, no suporte papel, por exemplo, convivem com as mensagens em movimento produzidas por sujeitos reais ou processos eletrônicos. As novas práticas de leitura e os novos leitores devem conviver com essa verdadeira revolução dos comportamentos culturais, estando preparados para a renovação constante dos modos de ler, pois esse é o mote da contemporaneidade.

O objeto impresso permite ao leitor ocupar alguns espaços para inserir suas marcas, de forma limitada, a exemplo de contracapa, folhas deixadas em branco, margem texto. Já no caso do texto eletrônico ocorre a mesma coisa, mas de forma ampliada. Não somente o leitor pode submeter os textos a múltiplas operações, ele pode anotá-lo, copiá-lo, deslocá-lo, mas ir além: pode tornar seu co-autor. (CHARTIER, 1987 p. 103).

Contudo, não se pode perder de vista que para a leitura de um romance e ensaios (o que se supõe uma leitura contínua) é preciso contar com aquele formato do livro tradicional, que se pode carregá-lo para todo lugar, colocá-lo sobre a mesa, levá-lo para a cama ou para o ônibus. No caso do computador, essa ação é mais complicada, e Chartier (2003) bem lembra o prejuízo causado por um computador ou um *e-book* ao cair no chão, ao contrário do livro.

Em suma, pela análise aqui apresentada é fato que a forma tradicional de ler, convive com outras possibilidades de leitura e, nesse novo contexto, o leitor continua a buscar o seu texto, a informação.

Mas qual é a configuração desse novo leitor? Primeiramente, é possível levantar que ele se comporta com uma disposição do corpo totalmente livre e individual, além de recusar quase todos os suportes normais da operação de leitura: a mesa, o assento, o tampo da mesa.

O novo *modus legendi* compreende também uma nova relação física intensa e direta com o livro, o qual é fortemente manipulado, amassado, dobrado, carregado junto ao corpo, e dele toma posse através do uso intensivo, prolongado e violento, que é típico de uma relação, não tanto de leitura e de aprendizagem, quanto de consumo. O novo modo de ler influi no papel social e na presença do livro na sociedade contemporânea.

De forma lírica, o escritor argentino Jorge Luis Borges destaca em seu conto *O livro de areia* a relação tátil do leitor com o livro da seguinte forma:

Compreendi que o livro era monstruoso. De nada me serviu considerar que não menos monstruoso era eu, que o percebia com olhos e o apalpava com dez dedos com unhas. Senti que era um objeto do pesadelo, uma coisa obscena que infamava e corrompia a realidade. (BORGES, 1999, p.82).

Deve-se lembrar que há uma diferença na manipulação de livros adquiridos e emprestados, no entanto, em ambos os casos, é comum que o leitor se sinta cometendo um pecado, ou outra falta grave quando rabisca ou destaca trechos em livros impressos, o que, segundo Ribeiro (2004, p.3), é um sentimento que advém da educação histórica e cultural, segundo a qual livros devem ser mantidos e conservados com respeito, intactos para o próximo leitor. Este comportamento perde o sentido no paradigma contemporâneo e, principalmente, através da Internet.

O estágio atual da relação leitura/suportes parece se caracterizar por fortes sintomas de desagregação da “ordem da leitura”, própria da cultura escrita ocidental seja no plano do repertório ou no plano das práticas de uso e de conservação.

Pelo que se pode observar, as mais diversas práticas de leitura que se apresentam na atualidade promovem um fenômeno diversificado e uma prática

desprovida de regras que se contrapõe aos *mass-media* eletrônicos e, particularmente, à televisão, que tende a uniformizar-se em nível mundial e a tratar de forma igual o público, não importando a que cultura ele pertença. Na verdade, o futuro da leitura e o do ato de ler, até aqui delineado, pode ser considerado um fenômeno de sinal positivo, extenso e complexo que deverá consolidar-se e afirmar-se em um futuro bastante próximo.

Portanto, a revolução tecnológica tem contribuído para a aceleração da disseminação da informação e, através da transferência do suporte físico para o digital, conceitos como o da hipertextualidade ganha força através de nova roupagem.

A questão do hipertexto destaca-se na atualidade, porque o hipertexto é algo que através da Internet se instala e facilita a construção de novos textos por cada leitor. Cada *site* permite transpor o texto que ali se lê, e ao clicar em certas palavras abrem-se janelas para novos textos.

É importante destacar que cada página da rede eletrônica permite a interferência de vários autores, como é o caso dos *designers*, dos projetistas gráficos, programadores, autores do conteúdo do texto. O percurso textual é tecido de maneira original e singular pelo leitor cibernético e cada uma das páginas da rede é construída por vários autores. A leitura na tela, embora acusada de fria e impessoal, tem reservado espaços à interferência do leitor, de forma que se realiza um contato ativo, interconectado por fios elétricos, como é o caso dos *blogs* e os *sites*:

O *blogs* são sistemas simples de publicação de textos e imagens, assíncronos como os *e-mail*, porém, de acesso irrestrito. Inicialmente, foram tratados como suporte preferencial para a escrita de adolescentes, em explícita comparação com os diários. Guardavam, de fato, certa semelhança com os antigos cadernos de anotações diárias, uma vez que seus autores eram levados pelo mesmo tipo de estímulo para escrever: contar histórias do dia-a-dia, fazer comentários pessoais. No entanto, os *blogs* não eram trancados, e nem sigilosos, muito pelo contrário (RIBEIRO, 2004, p.6).

Após o primeiro momento, os *blogs* foram encontrando espaço entre profissionais das mais diversas áreas, como os jornalistas e escritores, que passam o sistema para publicação de notícias, experimentações literárias e fóruns de opinião.

Os *blogs* dispõem de uma janela *pop-up* em que o leitor pode fazer comentário sobre o texto publicado, tornando-se parte de uma comunidade que lê, comenta e reescreve. (RIBEIRO, 2004, p. 7).

Este leitor/freqüentador dos *blogs* interfere no texto principal e deixa seus comentários registrados, concordando ou não com o autor e deixa aberto o espaço para que outros leitores interfiram no texto através de seus comentários. Nesse contexto, a leitura deixa de ser estática e passiva, se transformando em um evento dinâmico:

O autor do *blog* passa a ter necessidade dos comentários, assim como perde a autoria absoluta do texto e admite co-autores que o ajudam, inclusive, a repensar sua atividade. A relação entre leitor e texto se amplia; leitor e autor são mediados por uma fina camada de tempo e tecnologia; leitor e margens da página voltam a se encontrar, numa demonstração de recursividade de hábitos de tecnologia. (RIBEIRO, 2004, p. 7).

A possibilidade de diálogo entre autor e leitor, mediada pelo texto eletrônico, permite a reunião de vozes e olhares, subverte a ordem estabelecida até então e constrói através de muitas mãos uma nova relação com o conhecimento.

Essa reflexão revela a relação direta que existe entre o ato de ler, entre o mundo e a língua. Para que se garanta a solidez dessa relação, é necessário desenvolver o domínio do aspecto mecânico da leitura, a percepção, o reconhecimento e a compreensão do código escrito, tarefas normalmente de responsabilidade da escola.

Ressalta-se que a leitura de textos não se processa na simples decifração do código, mas sim no momento em que o documento escrito servir de instrumento para o ato de ler como exercício de compreensão do mundo e de si mesmo.

Entendida desta forma, a leitura de textos escritos está em sintonia com a leitura entendida no seu sentido mais amplo, na medida em que auxilia o ser a estar “com o mundo”, diferenciando-se uma da outra apenas pelo tipo de linguagem e pelos instrumentos utilizados.

As possibilidades que a leitura traz para o indivíduo são de ordem:

- Pessoal: ao se considerar o enriquecimento cultural, o acesso ao saber acumulado e o prazer/lazer que propicia;
- Econômico-social: ao se observar a maior chance de qualificação profissional e ascensão social;

- Política: ao se pensar que o indivíduo crítico e atuante, cidadão emancipado, é um indivíduo que lê o seu mundo.

Pela importância e pelo quanto a leitura representa de possibilidades e emancipação, o domínio da capacidade de ler é necessário e deve ser encarado como um direito do homem. Ao conquistar esse direito e ao exercê-lo, o sujeito estará liberto da alienação e melhor preparado para ser emancipado.

A leitura torna-se, assim, um instrumento necessário para a compreensão do progresso da ciência e da tecnologia que se processa em ritmo acelerado.

Diante desse fato, conclui-se que a leitura adquire um novo significado: é instrumento da auto-educação como forma de acompanhar o acelerado desenvolvimento da tecnologia na contemporaneidade e de propiciar a ação do homem sobre o mundo, transformando-o com o seu conhecimento.

O ensaísta canadense Alberto Manguel (1997, p.234), ao mostrar a importância da palavra escrita como a principal ferramenta para compreender o mundo, afirma que, mesmo nessa época em que predominam as imagens, a leitura é ainda o mecanismo que mais possibilita a reflexão e a interpretação.

O estudo sobre o significado do leitor na contemporaneidade, de como ele, por meio da história, se constituiu, a mudança nos conceitos sobre leitor sofreu mudanças ao longo dos tempos acompanhados das transformações que influenciaram a própria história da leitura.

Para que um leitor, ao se deparar com um determinado texto possa compreendê-lo alguns estágios de formação sensorial, emocional e racional já devem ter sido consolidados no seu cognitivo, esses níveis de leitura são importantes para a formação de um leitor crítico:

O que o leitor vê no texto depende do seu nível de competência. Um conhecimento mais amplo permite ao leitor encontrar no texto mais do que encontraria um leitor inexperiente, facultando-lhe ao mesmo tempo excluir os sentidos autorizados do próprio texto (MARTINS, 1986).

A evolução dos estudos em torno do leitor passa a levar em conta a sua preferência, percebendo nele um ser ativo que pode interferir no processo de produção do texto.

Ao focalizar ações do leitor contemporâneo, busca-se registrar testemunhos, relatos e comportamentos que podem revelar normas de avaliação destes leitores, e, desse modo, apontar referências para o que Iser (1994) denomina de uma “história social do gosto do leitor”.

Na realidade brasileira, a situação é mais complexa porque os resultados relacionados ao acesso à informação não apontam grandes avanços e revelam distorções.

3 A LEITURA NO BRASIL

O texto não é pretexto para nada. Ou melhor, não deve ser. Um texto existe apenas na medida em que se constitui ponto de encontro entre sujeitos: o que escreve e o que lê; escritor e leitor, reunidos pelo ato radicalmente solitário da leitura, contrapartida do igualmente solitário ato da escritura.

(Marisa Lajolo, 1993)

Em todas as sociedades letradas, aprender a ler tem algo de iniciação, de passagem ritualizada para fora de um estado de dependência e comunicação rudimentar (MANGUEL, 1997, p. 89)

Imagine-se um leitor, sentado confortavelmente num canto silencioso, arejado e bem iluminado, de livro à mão, olhar fixo na página, no ato mesmo da leitura. Nesse quadro, um processo de extrema complexidade está em andamento. Os símbolos gráficos desenhados no papel estão sendo confrontados com o repertório de símbolos gráficos que estão armazenados na memória do leitor. (ARAÚJO, 1994, p.131).

Aprender a decifrar o código escrito é uma etapa que todos os seres humanos do mundo civilizado e contemporâneo são teoricamente introduzidos, haja vista que a apropriação da linguagem escrita é uma tarefa que prescinde, de modo geral, o acesso ao sistema educacional. No entanto, estar alfabetizado não significa, como será visto na sessão seguinte, estar inserido no mundo da leitura, é preciso se apropriar do letramento.

A discussão do tema leitura trafega por diversas áreas do conhecimento: leitura é tema de estudo na área da lingüística, da sociologia, da antropologia, da pedagogia, da psicologia; entretanto, deve-se reconhecer que a questão da leitura se ancora em três pilares básicos da nossa sociedade: a escola, a biblioteca e a família:

A escola, que ensina a ler, a biblioteca que é o espaço de exercício da leitura e a família que contribui criando um ambiente favorável. Entretanto, as duas primeiras instâncias se recentem de políticas públicas articuladoras cuja visão é equivocada e fragmentada, dissociando o papel da biblioteca do objetivo da escola em uma fase da vida importante para desenvolver o hábito de ler. (CARVALHO, 1999^a, p.31).

Portanto, o acesso ao mundo da leitura depende de muitos fatos que devem estar associados para que atinja cada vez mais um maior número de pessoas. Cabe ao Estado um papel importante de articulador e fomentador da idéia de se construir um país de leitores, de indivíduos críticos, enfim, sujeitos questionadores.

A iniciação da criança no mundo da leitura deve ocorrer na escola, na sala de aula e também na biblioteca escolar (supostamente presente em todas as escolas públicas), portanto, de responsabilidade do Ministério da Educação – MEC – e das secretarias estaduais e municipais de educação. As bibliotecas públicas, por outro lado, estão subordinadas ao Ministério da Cultura (MinC), embora observa-se que não há agenda comum ou propostas e políticas convergentes no campo da leitura, pelo contrário, as agendas são opostas: enquanto esta é compreendida pelo MinC como prática de sociabilidade e lazer, o MEC vê nas bibliotecas um instrumento de formação educacional.

A sociedade se ressentida profundamente porque não há um diálogo estabelecido entre os dois ministérios no sentido de traçar uma política para essas bibliotecas, respeitando as suas especificidades. E o acesso ao livro e à leitura fica à espera de ações que contemplem o encontro das instâncias políticas capazes de modificar o quadro atual.

Bamberger (1987), em sua obra intitulada *Como incentivar o hábito da leitura*, expõe razões pelas quais certos países apresentam desempenho melhor no que diz respeito ao gosto de ler do que outros. As justificativas de Bamberger foram divididas da seguinte forma por Suaiden (2000, p.1):

- A posição do livro na escala de valores no país, ou seja, o livro deve estar presente nos grandes planos nacionais e, conseqüentemente, incluído nos devidos orçamentos;
- A tradição cultural;
- As oportunidades de leitura;
- O papel representado pelos livros nas escolas e no sistema educativo.

Sabe-se que o Brasil está muito distante de incluir o livro como um bem precioso em suas escalas de valores sociais, assim como não há tradição cultural

em torno da leitura e, sobretudo, na família; e na escola, a questão leitura não possui um direcionamento eficaz:

Todo bom leitor é um bom aprendiz [...] e esse fato é importante para o êxito tanto na escola quanto na vida ulterior, quando precisamos estar preparados para nos adaptarmos a novas circunstâncias. Os livros modernos que não são de ficção constituem uma excelente ajuda nesse sentido. (BAMBERGER, 1987, p. 10).

Na escola brasileira, a leitura tem demonstrado que não é uma prática prazerosa e a sua atual estrutura dificilmente promove o surgimento de novos leitores:

[...] existe uma verdadeira *lei-dura*, isto é, em termos de um conjunto de restrições agudas que impede a fruição da leitura do livro por milhões de leitores em potencial [...] Neste contexto, torna-se muito fácil encontrar pessoas que não têm acesso à informação, aos diversos referenciais inscritos em deferentes tipos de livros. (SILVA, 1995, p.24).

Embora nas duas últimas décadas a prática pedagógica tenha buscado redirecionar o ensino da leitura com base no texto literário, ainda não se pôde verificar significativas alterações nos resultados dos índices oficiais que avaliam a questão da leitura no Brasil.

É provável que a escola, preocupada unicamente em ensinar a decodificar sinais, tenha sobrepujado o prazer e a fruição por compreender a leitura a partir de um viés funcionalista, distante do despertar o gosto por essa prática, diminuindo ainda mais a freqüência às bibliotecas e ao volume de leitura de cada indivíduo.

Nesse sentido, este trabalho destaca a escolha do termo “gosto pela leitura” ao invés de “hábito de ler”:

É verdade que ocorrem fissuras neste monólito discursivo, e um deles é o debate sobre a dicotomia “hábito ou gosto”, visto o primeiro como marcado por concepções associacionistas de reflexão (a menção aos hábitos de higiene, é então, trazida para um paralelo), enquanto o segundo é representado como algo mais íntimo, arraigado na sensibilidade, na intimidade do sujeito. De certa maneira, “gosto” vence a batalha e, em livros mais recentes, “hábito” deixa de ser um signo tão citado. (SILVEIRA, 2001, p.112-13).

O gosto pela leitura se insere no currículo da escola aos poucos, e o discurso oficial já introduz mudanças na sua estrutura, conforme observado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs –, elaborados pelo MEC no intuito de atuar como guia curricular para o ensino fundamental e básico brasileiro.

No módulo destinado ao ensino da Língua Portuguesa, no volume do ensino de 1ª a 4ª série, a leitura é tratada de forma ampliada, trazendo os discursos mais avançados sobre o tema:

Para aprender a ler, portanto, é preciso interagir com a diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que os já leitores fazem deles e participar de atos de leitura de fato; é preciso negociar o conhecimento que já se tem e o que é apresentado pelo texto, o que está atrás e diante dos olhos, recebendo incentivo e ajuda de leitores experientes (PCN, 1997).

Da mesma forma pode-se observar o tratamento dado à leitura nos PCNs da 5ª à 8ª série, onde, embora, a abordagem se aprofunde, destacando-se ações como a seleção dos textos e a oralidade, sabe-se que o fazer ainda remonta a uma leitura para nota:

Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada [...] Acreditando que a aprendizagem da língua oral, por se dar no espaço doméstico, não é tarefa da escola, as situações de ensino vêm utilizando a modalidade oral da linguagem unicamente como instrumento para permitir o tratamento dos diversos conteúdos. (PCN, 1997).

Para completar a breve ilustração, apresentam-se a seguir as competências e habilidades a serem desenvolvidas em Língua Portuguesa no ensino médio, sugeridas pelos PCNs:

- Considerar a Língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social;
- Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção/recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação de idéias e escolhas);

- Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal;
- Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

É preciso, todavia, reforçar que ainda se percebe uma disparidade entre o que se propõe e aquilo que efetivamente se implementa, o que talvez se explica pelo distanciamento existente entre a esfera de governo e a sociedade civil, e, por conseqüência, ao baixo apelo e engajamento que tais políticas e programas provocam. Ao traçar políticas voltadas para a transformação social e melhoria dos serviços fundamentais, a exemplo da educação, é necessário que, além dos dirigentes, haja um apoio civil que suplante o eixo escola-família.

É válido reforçar também que o acesso à leitura pelas classes populares representa adquirir uma grande cota de capital simbólico, seja porque confere maior liberdade ao sujeito ou porque o prepara para atender um mercado de trabalho exigente, conforme indica Soares:

Cabe refletir sobre os objetivos da aquisição e do desenvolvimento da leitura na, escola freqüentada pelas classes populares. Pesquisas têm demonstrado que, para essas classes, a leitura se apresenta como uma necessidade problemática: ela é vista como uma qualificação necessária para atender ao modo de produção das sociedades contemporâneas e para responder às exigências da cultura dominante. (SOARES, 1995, p. 48)

Ler para conseguir um trabalho, se deslocar, ou para entender documentos e não ser enganado foram algumas das respostas encontradas em uma pesquisa realizada por Magda Soares (1995, p. 48-9) e relatada em artigo. A pesquisa desenvolvida por meio da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – pretendia apontar o significado da aquisição da leitura entre alunos e seus pais tanto pertencentes às camadas populares quanto às abastadas.

A autora afirma que em oposição aos menos privilegiados, os entrevistados pertencentes às elites compreendem que a leitura é uma importante forma de lazer, que é importante para conhecer outros lugares e outros povos e para socializar-se.

A *lei-dura* da leitura praticada no Brasil pode ser facilmente assimilada ao lembrar-se de uma outra questão ligada à formação do leitor que está inserida na escola, que é a biblioteca escolar:

[...] constituem-se funções da biblioteca escolar desempenhar um papel educativo (apoio no desenvolvimento das atividades curriculares), um papel político (democraticamente possibilitar a todos os alunos o acesso aos livros) um papel cultural (depositária dos conteúdos da cultura) e um papel social (centro de lazer da comunidade escolar). (CALDIN, 2003, p.8).

Entretanto, aquilo que se constata no funcionamento da biblioteca escolar brasileira, de modo geral, está consideravelmente aquém dessa proposição. Silva (1995, p. 13) destaca que nas poucas escolas onde há instalada uma biblioteca, esta é assimilada como um lugar de castigo ou para a mera cópia denominada de “pesquisa escolar”. Porém, esta afirmativa entra em contradição com dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Ao tratar apresentar censitárias sobre a biblioteca escolar, o INEP (2001) mostra os seguintes resultados (Figura 2):

A biblioteca é um recurso pedagógico disponível para a maioria dos estudantes que freqüentam a educação básica. No ensino médio, 84,3% dos 8,4 milhões de alunos estudam em instituições com biblioteca. No ensino fundamental, esse índice é de 55,6% entre os 35,3 milhões de matriculados. (INEP, 2001).

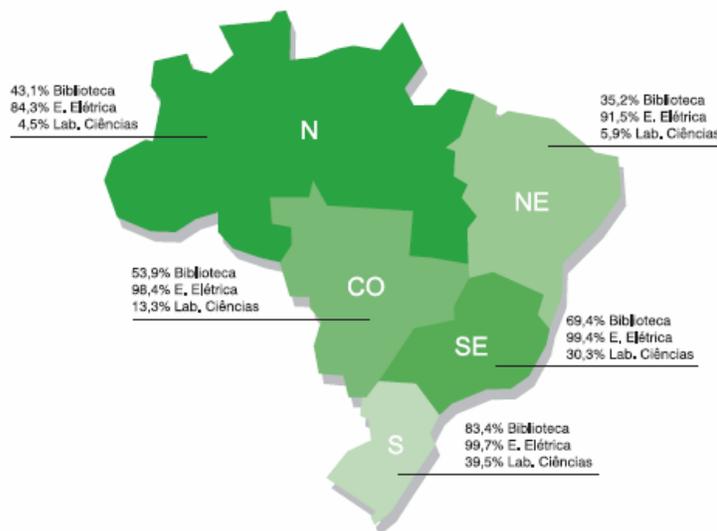


Figura 2 – Mapa do Ensino Fundamental Regular: Percentual de alunos atendidos em escolas com bibliotecas, energia elétrica e laboratório, 2001.
Fonte: MEC/INEP

Os dados oficiais contradizem a realidade conhecida sobre a existência de bibliotecas escolares. A maioria das escolas brasileiras não possui bibliotecas, sendo essa uma das maiores razões pelas quais as bibliotecas públicas têm desvirtuado suas funções fundamentais que é de promover ações culturais.

Infere-se que tais resultados estejam baseados nas salas existentes em cada escola, que nos projetos arquitetônicos seriam destinados às bibliotecas, ou ainda, aqueles armários fechados lotados de livros, doados pelo governo, que também se costuma denominar nas escolas de biblioteca.

SILVA (1995, p.11), na introdução do seu livro *Miséria da biblioteca escolar*, destaca o silêncio como a palavra que melhor se enquadra para retratar a biblioteca escolar brasileira. Neste sentido, silenciam as autoridades, ignoram-na os pesquisadores, calam-se os professores, omitem-se os bibliotecários:

[...] no Brasil, a biblioteca escolar é concebida como dispensável para o processo de educação formal, o que representa um perverso equívoco diante das reduzidas taxas de escolarização mínima obrigatória que ainda nos acompanham e das elevadas taxas de analfabetismo que teimam em permanecer entre nós, constituindo-se, elas mesmas, em forte obstáculo ao uso de bibliotecas. (SILVA, 1995, p. 35).

Nesse sentido, a biblioteca pública, na sua origem, se destina a atender a população em geral, sem discriminação, e termina por se desviar por se desviar de sua função, comprometendo toda uma cadeia cultural que se estrutura, tecnicamente, em torno deste tipo de biblioteca.

O acesso à leitura dever ser estimulado, primordialmente, na infância e na adolescência. Mas, como se pode constatar, a escola não tem formado leitores e por sua vez a prática de leitura não é estimulada pela biblioteca. A leitura não é prioridade nem na escola nem na biblioteca. E a família, como está na estrutura dessa construção pela sociedade leitora?:

Se a escola e a biblioteca não estão associadas, com esse objetivo, resta o papel da família, representada, principalmente, pela mulher. A mulher vem exercendo a função de orientadora da prole. Entretanto, é complexa esta

situação, considerando que nem sempre essas mães de família são preparadas para esta função, por falta de maturidade intelectual, por falta de tempo ou por ter que se dedicar ao trabalho para garantir a sobrevivência da família. [...] A própria história da educação feminina demonstra essa fragilidade. Deste modo, a família delega esse papel à escola que dificilmente o incorpora. Sem a presença da biblioteca responsável pela disseminação e uso do texto, o quadro se torna mais grave. (CARVALHO, 1999^a, p. 31).

Nas classes populares constata-se que a mulher, cada vez menos, permanece em casa, cuidando do lar, e mesmo as que ficam, na maioria das vezes, não possuem formação escolar o suficiente para acompanhar seus filhos no deveres escolares, e pouco podem contribuir para o incentivo à leitura da sua prole:

A criança burguesa é separada socialmente; recebe seu próprio espaço de atuação – a escola – isolando-se do mundo dos adultos. A criança proletária, por outro lado, muito embora estando inserida no contexto escolar, tem acesso às ruas e sua formação é mesclada, constituindo em uma educação formal e informal.[...] Contudo a educação oferecida direciona-se à classe mais favorecida. O contexto social vigente prepara a criança burguesa para assumir funções de direção e a criança proletária para desempenhar seu papel de comandada. (CALDIN, 2003, p. 5).

Esta abordagem em torno da leitura, a partir do viés sociológico e antropológico, ressalta que o pouco acesso ao livro e à leitura é uma falha no processo de socialização do indivíduo. Mais uma vez, vem à tona a questão do discurso político, diferente da prática.

No campo do texto lúdico é importante destacar que a leitura pode levar o leitor a um mundo idealizado, sem, contudo, alienar o sujeito. A literatura permite que as pessoas vivenciem situações que causam estranheza, simpatia, antipatia, alegria, tristeza e possibilita que o sujeito confronte-se a si e também seus outros *eus*, se reconhecendo ou se estranhando. É um exercício da imaginação.

3.1 DADOS ESTATÍSTICOS E PERSPECTIVAS SOBRE A LEITURA NO BRASIL

No Brasil, dados oficiais sobre a leitura apontam índices nada animadores para a inclusão do país na dita sociedade da informação. Os dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – INAF – 2003, publicado sob a iniciativa do Instituto Montenegro – Ação Social, uma organização sem fins lucrativos, vinculada

ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE – e da ONG Ação Educativa, com sede na cidade de São Paulo.

O INAF 2003 verificou as habilidades da população brasileira por meio da aplicação de um teste de leitura com tarefas relacionadas a contextos cotidianos. O teste acompanhado de questionário sobre práticas de leitura e outros hábitos culturais foi aplicado a uma amostra representativa da população brasileira com idade entre 15 e 64 anos, durante o mês de julho daquele ano.

Um estudo deste, ao ser divulgado, chama a atenção, principalmente dos responsáveis por traçar e executar as políticas públicas na área da educação e cultura no Brasil.

O INAF 2003 apresenta informações (Quadro 2) onde se pode observar a evolução de hábitos de leitura no país. Investigou hábitos de leitura de jornais, revistas, livros e uso de computador, além de uma série de práticas do dia-a-dia que envolvem leitura e escrita, tais como fazer uma lista de compras, verificar vencimento de um produto que vai comprar, escrever cartas:

EVOLUTIVO DE HÁBITOS DE LEITURA (%)										
	TOTAL		ANALFA-BETO		NÍVEL 1		NÍVEL 2		NÍVEL 3	
	2001	2003	2001	2003	2001	2003	2001	2001	2001	2003
Gosta de ler para se distrair ou passar o tempo (muito/um pouco)	67	65	17	11	61	62	75	69	82	81
Costuma ler livros (ainda que de vez em quando)	79	75	16	15	72	67	91	82	96	92
Costuma ler revistas (pelo menos uma vez por semana)	30	30	4	1	19	15	31	31	51	53
Costuma ler jornais (pelo menos uma vez por semana)	37	32	5	3	25	21	42	33	58	53

Quadro 2 – Dados evolutivos de hábito de leitura
Fonte: INAF 2003

Em sua análise, sobre o evolutivo de hábitos de leitura, o INAF aponta que as mulheres gostam mais de ler do que os homens:

Gosto pela leitura: 35% das mulheres afirmam gostar de ler para se distrair, contra 20% dos homens. Entre pessoas com ensino médio completo ou mais, a diferença é de 53% a 32% a favor das mulheres. A mãe é indicada por 41% dos entrevistados como estando entre as duas pessoas que mais influenciaram o gosto pela leitura; professores ou professoras são indicados por 36% e o pai por 24%. A influência do pai no gosto pela leitura é mais freqüente entre os homens, que os mencionam em 29% dos casos, contra 21% entre as mulheres. (INAF, 2003, p.9).

A tarefa de apresentar a leitura aos filhos continua a ser desempenhada pela mulher, embora a nova dinâmica social atribua à figura feminina muitas outras atribuições além de cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos.

No que diz respeito à leitura como distração o INAF 2003 tem-se:

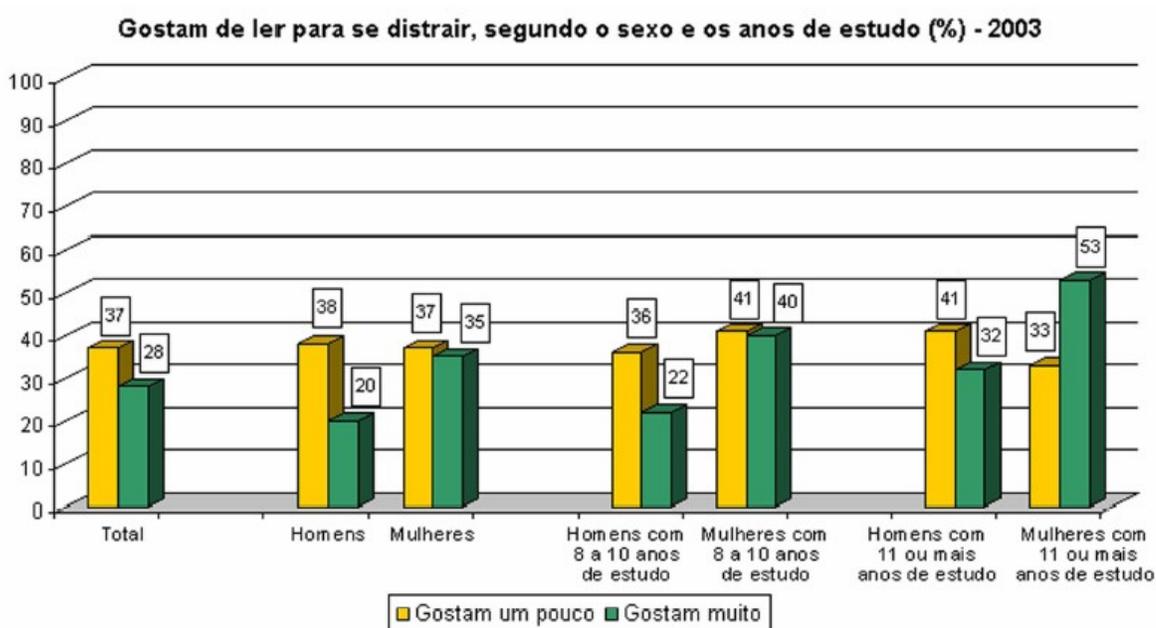


Figura 3 – Gráfico 1: Percentual das pessoas que gostam de ler visando a distração
Fonte: INAF 2003.

Ao comentar os dados apresentados, o INAF 2003 ressalta que 81% das mulheres afirmam que costumam ler livros, ainda que de vez em quando, contra 8% dos homens. Entre pessoas com 8 a 10 anos de estudo, a diferença é de 94%.

Ainda quanto à leitura, no caso específico do Brasil, há o esforço em formatar uma Política Nacional Para o Livro e Leitura – PNLL –, cujas ações prevêm implantar bibliotecas públicas em municípios brasileiros que não dispõem dessas instalações, possibilitando o acesso da população à informação e ao conhecimento e o seu enriquecimento intelectual, zerando o número de municípios sem biblioteca pública, apoiando e dinamizando as já

existentes, fazendo com que funcionem como centros geradores de cultura (FOME DE LIVRO, 2005).

Podem-se destacar, em face desta questão, algumas das principais ações realizadas ou propostas pelo atual governo, que tem mandato entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007:

- Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro e da Leitura – PNLL – e pretende assegurar dentre outras coisas o assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; promover e incentivar o hábito da leitura e instalar e ampliar no país livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;
- Inclusão do tema Leitura na agenda nacional;
- Instituição do ano de 2.005 como o ano Ibero-americano da Leitura;
- Criação da Câmara Setorial do Livro e Leitura;
- Instituição da Política Nacional do Livro, Leitura;
- Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL – 2005/07 que pretende democratizar o acesso ao livro e a outras formas de leitura e fortalecer a biblioteca pública e a escola na formação de leitores e incluir espaços não convencionais.

Através de videoconferências o Ministério da Cultura busca democratizar a discussão da criação da Câmara Setorial do Livro e Leitura – CSLL –, pois as mesmas ocorrem por regiões geográficas brasileiras. O objetivo das videoconferências é apresentação e debate a proposta de funcionamento da CSLL que será formulada a partir de um amplo processo de debates e consultas em todo o país, e posterior encaminhamento da escolha dos nomes da lista dos nomes que representará cada região brasileira.

Não obstante, esses passos não garantem, *a priori*, que o Brasil se torne um país de leitores, principalmente pela dependência de recursos financeiros e humanos qualificados para implementar as políticas e da falta de perspectiva de auto-sustentabilidade. Este é o ponto em que normalmente as políticas públicas voltadas para a educação, saúde e cultura se desmaterializam para a maioria da população. E nesse momento recorrer-se a um ciclo já discutido neste trabalho para

se incluir o país no mundo competitivo, na sociedade da informação e do conhecimento é necessário à participação civil. Para que esta participação cidadã se efetive é importante saber escolher e lutar por seus direitos.

Assim se reforça que o ser humano é responsável por sua tarefa de estar em constante busca de conhecimento e de transformação, lembrando que homem não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade (FREIRE, 1983, p.39).

Portanto, a capacidade humana de realizar inferências está associada à possibilidade de que cada sujeito tem em realizar interpretações. Infelizmente, no Brasil, o número de pessoas que chegam a esse patamar é muito inferior ao desejável, e embora muitos brasileiros a cada ano sejam alfabetizados muitos não avançam para o estágio do letramento.

3.2 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: MEIOS DE ACESSO À LEITURA

Para compreender o ponto de partida do debate aqui estabelecido sobre a leitura, é importante lembrar que a leitura está inserida nas vidas humanas de forma processual.

No mundo ocidental, a criança passa da oralidade para a escrita e esta passagem denomina-se alfabetização; a aquisição da leitura está associada ao letramento, um passo adiante e mais complexo que muitas pessoas não alcançam. É o estágio em que se lê criticamente.

É cada vez mais requisitado pela sociedade, o domínio e as habilidades de leitura e escrita como pré-requisito para uma participação efetiva e competente das pessoas nas práticas sociais e profissionais que se desenvolvem no mundo da língua escrita, ou seja, que regula a vida civilizada. Assim, as práticas sociais de leitura e de escrita assumem a natureza de problema relevante no contexto da constatação de que a população, embora alfabetizada, não domina a habilidade de leitura e de escrita necessárias.

A definição a respeito do que é analfabetismo entra em cena nas últimas décadas, passando por revisões significativas a respeito do seu conceito e da sua prática. Em 1958, a UNESCO define como alfabetizada uma pessoa capaz de ler e escrever um enunciado simples, relacionado à sua vida diária.

Vinte anos depois, a UNESCO sugere a adoção dos conceitos de analfabetismo e alfabetismo funcional. É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo por toda a sua vida.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, seguindo recomendações da UNESCO, passa na década de 90, a divulgar os índices de analfabetismo funcional, tomando como base não a auto-avaliação dos respondentes, mas o número de séries escolares concluídas. Pelo critério adotado, são analfabetos funcionais as pessoas com menos de 4 anos de escolaridade. (INAF, 2003, p. 4).

A atualização constante do conhecimento por parte dos sujeitos é uma realidade que não pode ser ignorada. Neste contexto, o *e-learning* se apresenta como poderosa ferramenta para contribuir para a aprendizagem de forma dinâmica e que pretende promover o desenvolvimento de competências da educação existentes nos programas de governo para o novo milênio.

Através dos recursos multimídia se pretende facilitar a interação e a cooperação entre os aprendizes, propiciando o cumprimento das metas propostas para o processo de educação acadêmica e no âmbito da instituição que fornece o serviço a custos inferiores aos de outras metodologias.

Tecnicamente, o *e-learning* é o ensino realizado através de meios eletrônicos. É basicamente um sistema hospedado no servidor da empresa que vai transmitir, através da Internet ou Intranet, informações e instruções aos alunos visando a agregar conhecimento específico:

O sistema pode substituir total ou parcialmente, o que é mais comum, o instrutor, na condução do processo de ensino. No *e-learning*, as etapas de ensino são pré-programadas, divididas em módulos e são utilizados diversos recursos como o e-mail, textos e imagens digitalizadas, sala de bate-papo, links para fontes externas de informações, vídeos e teleconferências, entre outras. O treinamento com o *e-learning* pode ser montado pela própria empresa ou por qualquer dos fornecedores desse tipo de solução já existentes no mercado. (FELIPINI, 2003).

Destaca-se que o *e-learning* não veio para substituir o ensino tradicional, da mesma forma que a Internet não substituiu a Tv que, por sua vez, não fez

desaparecer o rádio. O *e-learning* é uma nova ferramenta que com o advento da Internet torna-se possível de ser utilizado nos dias atuais. (FELIPINI, 2003).

Um outro conceito que ganha grande importância na atual sociedade é o de *information literacy* e possui um significado que vai além da soma dos significados isolados de *information* e de *literacy* (DUDZIAK, 2003, p.1).

A American Library Association – ALA –, em documento preparado por um grupo de bibliotecários e de educadores, apresenta um conceito muito difundido sobre *information literacy*:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação... Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela." (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION – PRESIDENTIAL COMMITTEE ON INFORMATION LITERACY, 1989, p.1).

A educação, a saúde e a cultura estão relegadas em segundo plano nos países emergentes. Santos (2002, p.32) afirma que nessas regiões, a sociedade civil do terceiro setor, das organizações solidárias, das organizações não-governamentais e dos movimentos sociais estão criando alternativas ao modelo de sociedade civil neoliberal, que por ter o mercado como sua principal preocupação as ações sociais ficam comprometidas, provocando no campo da educação, por exemplo, uma legião de pessoas analfabetas e excluídas do mercado de trabalho.

Quanto à organização social, imaginava-se ainda no início da década de 1980 e de meados da década de 1990 que fosse possível, por conta de aprimoramentos técnicos e da convergência global que por ele é provocada, incidir, ou melhor, agir de maneira mais eficaz sobre as situações de desigualdade. A Internet, nesse contexto, aparece como trunfo no “combate” às mazelas e aos problemas sociais como a fome, o analfabetismo e a “exclusão social”. Contudo, em menos de 20 anos este discurso, aparentemente hegemônico, se reconfigura e admite que as tecnologias e a globalização não implicam instantaneamente em desenvolvimento: ainda se verificam altos índices de iletrados nos países emergentes, e os problemas sociais que outrora estavam por se resolver,

relacionados à saúde, seguridade, segurança e oportunidades se intensificam. Isso porque não cabe às ferramentas – como a Internet, por exemplo – por si só, equacionar desigualdades sociais, na verdade, a solução prescinde de um engajamento coletivo.

Já no campo do letramento, os países periféricos apresentam um quadro preocupante, conforme aponta o relatório do Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA – programa de avaliação comparada e tem como finalidade principal avaliar o desempenho de alunos de 15 anos de idade em diversos países, produz indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais.

O PISA é desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE –, com sede em Paris, havendo em cada país participante uma coordenação nacional. No Brasil, o PISA é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

O mais recente estudo do PISA, divulgado pelo INEP em junho de 2003, avaliou 250 mil adolescentes com 15 anos de idade em 41 países, na maioria membros da OCDE (30 nações que são membros e os demais são convidados). A América Latina esteve representada pelo Brasil, Uruguai e México. Nessa edição do PISA foi avaliado o desempenho dos jovens em leitura e matemática.

O resultado desta avaliação apontou um fraco desempenho dos alunos brasileiros. No campo da leitura eles estiveram classificados no nível 1 – parâmetro estabelecido pela UNESCO para identificar os estudantes que não conseguem fazer interpretação de pequenas frases lidas.

No Brasil, conforme dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2003), o número de analfabetos em 2002 era de 14,6 milhões de pessoas ou 11,8% da população a partir de 15 anos de idade. A UNESCO determina esse limite etário para o cálculo da taxa de analfabetismo, pois segundo este órgão, a não alfabetização entre crianças até 14 anos de idade é problema mais fácil de ser corrigido porque há um investimento crescente por parte do poder público quanto ao acesso à escola nessa faixa etária. Somando-se a este alto índice de excluídos do letramento, tem-se no Brasil um número elevado de analfabetos funcionais ou aqueles que, segundo a UNESCO, são pessoas que possuem menos de quatro anos de estudo completos, incapazes de interpretar o que leram.

Em 2002, o País apresenta um total de 32,1 milhões de analfabetos funcionais ou 26% da população de 15 anos ou mais de idade. Os dados sobre alfabetização no País demonstram a necessidade urgente de implementação de ações voltadas para corrigir a grave distorção social.

As campanhas de alfabetização levadas a cabo no País pouco têm contribuído para a efetiva elevação do número de letrados que se concentram na classe pobre. Reverter este quadro significa superar o estágio de ignorância e atraso de grande parcela do povo brasileiro.

A aquisição do código escrito pode promover a ruptura com a situação de miséria em que muitos se encontram e a conquista da habilidade de ler é o primeiro passo para assimilação múltipla dos valores da sociedade (ZILBERMAN, 1993, p.12).

Para compreender esse processo técnico (do aparelhamento com a leitura) e social (do acesso ao mundo igualmente) é necessário conhecer alguns princípios que estão na base do acesso ao mundo da leitura. Trata-se da reflexão sobre os conceitos do que vem a ser alfabetização e letramento.

É importante destacar que escola e leitura estão associadas para promover os primeiros passos do sujeito ao mundo da leitura e pode-se afirmar que é por intermédio da ação da primeira que o sujeito se habilita à segunda. No entanto, a apropriação da leitura não ocorre de forma simples e linear, porque desta forma não haveria problema de alfabetização e letramento.

A universalidade do ato de ler provém do fato de que todo indivíduo está intrinsecamente capacitado a ele, a partir de estímulos da sociedade e da vigência de códigos que se transmitem preferencialmente por intermédio de um alfabeto, como coloca Zilberman (1993, p.11), e acrescenta que tais estímulos, historicamente, passam a ocorrer com grande intensidade a partir do século XVIII, quando a leitura se revela como fenômeno com delimitações históricas e circunscrito a um modelo de sociedade que se vale dela para sua expansão.

Sabendo-se que a apropriação da leitura pelo sujeito determina, em grande parte, a possibilidade de mudança social. Ressalta-se que a habilitação para a leitura é individual e se insere na agenda social como ação coletiva, ou seja, o ingresso na escola é individual, mas os conteúdos são coletivos.

É importante realçar o ciclo interativo que funciona entre indivíduo e sociedade rumo ao mundo letrado. A sociedade necessita funcionar sua engrenagem, fornece os instrumentos: prédios, professores, livros para a transformação coletiva e o indivíduo, por outro lado, motivado para desvendar esse novo mundo e alcançar melhores espaços sociais, se inclui nesse meio, a fim de apreender os conteúdos desde a infância.

No entanto, esta engrenagem apresenta falhas em diversos pontos. Desde a formação dos professores, as arquiteturas dos prédios, os salários de professores, bibliotecários, funcionários, a escolha dos livros, as bibliotecas, a participação da família, os conteúdos inadequados, enfim, distorções de vários lados que promovem conseqüências desastrosas no resultado final do ensino/aprendizagem dos brasileiros, principalmente das classes mais populares.

A condição idealizada para o acesso à alfabetização e ao desvelamento do mundo da escrita não ocorre de forma linear e sua engrenagem está atrelada a uma série de outros fatores que a sociedade nem sempre consegue atender.

A importância de aprender a ler é também obter acesso a um mundo distinto daquele em que a oralidade se instala e organiza: o mundo da escrita, que não é simples registro das manifestações orais, institui, para os falantes de uma mesma comunidade, territórios privilegiados (OSAKABE, 1995, p.17). Nesse contexto, se insere a discussão em torno do que significa o conceito de alfabetização. Tfouni (2004, p.9) diz que alfabetização está relacionada à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para a leitura. Escrita e as chamadas práticas de linguagem estão associadas à questão da educação formal, portanto, alfabetização pertence ao âmbito do individual. A autora (2004, p.10-11) afirma que letramento, de forma preliminar, está ligado aos aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada. Assim, o letramento tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, abandona o individual e centraliza as atenções no social.

Portanto, a alfabetização e o letramento são conceitos que se encontram ligados à questão da escrita-leitura-interpretação e é importante entender como a escrita se insere na sociedade.

A escrita é produto cultural e como exemplar de uma atividade humana sobre o mundo encontra no livro seu subproduto, e seu instrumento de difusão. É comum pensar que a escrita tem por finalidade difundir as idéias, porém Tfouni lembra que em muitos casos ela funciona com o objetivo inverso:

Ocultar, para garantir o poder aqueles que a ela têm acesso [...] o caso da Índia, onde a escrita esteve intimamente ligada aos textos sagrados, que só eram acessíveis aos sacerdotes, e aos "iniciados", isto é, aqueles que passavam por um longo processo de "preparação" [...] o caráter hermético de algumas religiões, seus segredos, poderes, está relacionado com o maior ou menor controle sobre os textos escritos. (TFOUNI, 2004, p. 11).

Assim, pode ocorrer a associação da leitura ao mesmo tempo desde sua origem, ao jogo de dominação e poder e, conseqüentemente, à questão inclusão-exclusão social dos sujeitos. Além disso, essa forma de apropriação da leitura-escrita remete ao poder que ela exerce institucionalmente e que Barthes (1987) ressalta como *a leitura como forma de sabedoria*.

Tfouni (2004, p. 15), ao ressaltar que o registro físico do conhecimento proporciona à humanidade o desenvolvimento científico, filosófico e social, ao mesmo tempo, destaca, também, que esse registro pode promover um distanciamento entre as pessoas, isto é, separa aqueles que detém e os que não detém o domínio do código. Este pensamento sugere que se compreenda a alfabetização por um viés sóciointeracionista; constante e incompleto, em nível individual, haja vista a constante necessidade de atualização e esforço para acompanhar as mudanças.

Entretanto, as políticas públicas priorizam um modelo de alfabetização orientado a um grande volume demográfico pouco diferenciado, cujas práticas desconsideram as suas especificidades e idiosincrasias internas, isto é, como se comporta, o que espera, quais os horizontes de cada indivíduo ou grupos de indivíduos contidos neste volume expressivo que se convém chamar de "massa". Infere-se que tal postura não promove satisfatoriamente uma "democratização" da leitura, nem crie espaço para o desenvolvimento pelo gosto pela leitura. Infere-se ainda que tais iniciativas aumentam para este significativo volume demográfico ("as massas") as dificuldades para adentrar o mundo da escrita, ou seja, o do conhecimento formal continua embargado.

Por outro lado, a alfabetização, conforme concepção do autor, pode ser compreendida de duas maneiras. A primeira preconiza alfabetização ou como um

processo de aquisição individual de habilidades requeridas para a leitura e escrita; e a segunda, como um processo de representação de objetos diversos, de naturezas diferentes.

Uma constatação levantada por Soares (2004, p.14) registra que a perda de especificidade da alfabetização é fator explicativo, não o único, mas talvez um dos mais relevantes – da falta de sucesso na aprendizagem e, portanto, também no ensino da língua escrita nas escolas brasileiras, questão muito frisada e amplamente denunciada pelas autoridades competentes na sociedade.

A autora destaca a mudança dos paradigmas teóricos no campo da alfabetização no contexto norte-americano, mas que podem ser localizados aqui no Brasil também: o behaviorista, dominante nos anos 60 e 70, substituído pelo paradigma cognitivista que avança nos anos 90, para um paradigma sociocultural; no entanto, tais conceitos não são o centro da discussão, porque o objetivo da abordagem é rever conceitos em torno das questões da escrita, alfabetização e letramento para entender os resultados da leitura no Brasil como foco da discussão.

Soares (2004, p. 16) lembra que, segundo o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, analfabetismo é o estado ou condição de analfabeto, e analfabeto é o que vive no estado ou condição de quem não sabe ler e escrever; ela continua dizendo que a ação de alfabetizar, é *ensinar a ler* [...], e alfabetizado é *aquele que sabe ler*.

Um dado importante mostrado por Soares em seu livro intitulado *Letramento: um tema em três gêneros* é o que diz respeito às transformações que o próprio Brasil vem dando ao significado da palavra alfabetização, de forma a apontar que há uma questão a ser tratada socialmente, muito mais ampla do que o termo alfabetização pode dar conta. O critério utilizado pelo Censo para verificar o número de analfabetos e de alfabetizados mudou:

Durante muito tempo considerava-se analfabeto o indivíduo incapaz de escrever o próprio nome; nas últimas décadas, é a resposta à pergunta “saber ler e escrever um bilhete simples?” que define se o indivíduo é analfabeto ou alfabetizado. (SOARES, 2004, p. 21).

Na verdade, ler é um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente escrever o próprio nome até escrever um romance,

ou uma tese, donde se conclui que há diferentes tipos e níveis de letramento, dependendo das necessidades, das demandas do indivíduo, do ambiente, do contexto social e cultural em que ele esteja inserido.

Diante do exposto é que se pode iniciar a reflexão em torno do conceito sobre *letramento*, sabendo-se que os novos paradigmas da sociedade indicam que além de saber ler e escrever é necessário também saber fazer usos desses instrumentos, ou seja, ler e escrever para saber responder às exigências da leitura e da escrita, isto é, que a sociedade pede o tempo todo.

Sendo uma palavra recém incorporada ao vocabulário da área de Educação e das Ciências Lingüísticas, sua inserção nesse universo data de meados dos anos 80. Etimologicamente, a palavra *literacy* vem do latim *littera* (letra), com sufixo *-cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser. No *Webster's Dictionary*, *literacy* tem a acepção de *the condition of being literate*, a condição de ser *literate*, e *literate* é definido como *educated; especially able to read and write*, educado, especialmente, capaz de ler e escrever. Ou seja: *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Nesse conceito está a idéia de que a escrita traz conseqüências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, lingüísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la.

Soares (2004, p.18) afirma que o sentido que tem *letramento*, “ao pé da letra” do inglês *literacy*: letramento do latim *littera* e o sufixo “mento” denota o resultado de uma ação. Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou indivíduo como conseqüência da apropriação da escrita.

Vale lembrar a questão do analfabetismo funcional, termo freqüentemente utilizado pela mídia para divulgar notícias sobre a alfabetização no Brasil.

Tfouni (2004, p. 20) contribui com essa discussão por meio de três questões relacionadas à compreensão do que vem a ser letramento:

- Quais mudanças sociais e discursivas ocorrem em uma sociedade quando ela se torna letrada?;
- Grupos sociais não-alfabetizados, que vivem em uma sociedade letrada, podem ser caracterizados do mesmo modo que aqueles que vivem em sociedades *iletradas*?;

- Como estudar e caracterizar grupos não-alfabetizados cujo conhecimento, modos de produção e cultura estão perpassados pelos valores de uma sociedade letrada?

A autora explica que os estudos sobre letramento não se restringem às pessoas que adquiriram a escrita, isto é, aos alfabetizados. Buscam investigar também as conseqüências da ausência da escrita no nível individual, remetendo ao social mais amplo:

A ausência tanto quanto a presença da escrita em uma sociedade são fatores importantes que atuam ao mesmo tempo como causa e conseqüência de transformações sociais, culturais e psicológicas às vezes radicais [...] Em termos sociais mais amplos, o letramento é apontado como sendo produto do desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e complexidade crescente da agricultura. Ao mesmo tempo, dentro da visão dialética, torna-se uma causa de transformações históricas profundas, como o aparecimento da máquina a vapor, da imprensa, do telescópio, e da sociedade industrial como um todo. (TFOUNI, 2004, p.35)

Pode-se verificar que há duas naturezas distintas e complexas ao se tratar a questão letramento. A primeira diz respeito à dimensão individual, e a segunda, social do letramento. Não importa qual das duas escolher para um conceito fechado, o que se pode destacar é que o Brasil necessita atingir índices mais baixos em relação ao número de iletrados. Nesse sentido, o acesso à informação e ao conhecimento exigem mecanismos de disseminação da informação mais ágeis.

3.3 LER, DISSEMINAR INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

A leitura é vital no processo de disseminar informação e conhecimento, é instrumento de emancipação. Trata-se de uma maneira simultânea do leitor se atualizar e se libertar, isto é, ser capaz de se movimentar em um espaço relacional com o livro que é contingente: ora oscila em direção a *ler para o exercício profissional*, uma leitura como exercício pragmático, portanto; ora em direção a *ler por distração*, o chamado entretenimento, ou seja, a leitura prazerosa.

Duas questões merecem destaque, trata-se do acesso à informação e o excesso de informação. A primeira está ligada aos espaços físicos ou virtuais onde a

informação circula e, ainda, ligada diretamente ao letramento dos sujeitos na sociedade, pois sem a capacidade de ler e interpretar uma informação o conteúdo de nada servirá. A segunda está diretamente ligada à primeira, no entanto, pressupõe que o sujeito dispõe de técnicas apreendidas em áreas distintas durante a formação acadêmica, especificamente nos cursos da área de Ciência da Informação que se dedica ao fluxo de informação e da produção do conhecimento:

De acordo com a Constituição Brasileira e outros documentos oficiais, todo cidadão brasileiro tem direito à informação, à cultura, à memória. (BARROS, 2003, p. 24).

O acesso não pode significar apenas portas abertas. De que adianta uma biblioteca aberta se o usuário da comunidade próxima não está apropriado do código escrito, ou não se identifica com os ideais daquela unidade de informação?

Sabe-se que é através da leitura que o sujeito se torna capaz de participar da sociedade, exercendo o seu direito de cidadão. A leitura é um exercício possível de se realizar e cada comunidade leitora possui uma base informacional e um gosto próprio.

A biblioteca, denominada por alguns autores, a *casa do saber* ou a *casa da invenção* para Milanesi (1997) também está se reestruturando e ganhando um espaço na virtualidade. A biblioteca tradicional inicialmente conservava apenas livros. Na sociedade atual, cede lugar para a biblioteca que reúne acervos muito mais diversificados, tanto por seus suportes como por sua origem: imagens, sons, textos transformou-se em midiateca (Le COADIC, 1996, p. 15).

Hoje em dia as formas de acesso à informação e ao conhecimento exigem novas ações que influenciam e motivam as pessoas para a leitura, absorvendo as novas tecnologias e tendo em vista a modernização possível dos espaços onde ela é gerada, processada e disseminada, promovendo a dinamização e aceleração das tecnologias da informação e do conhecimento.

A conquista da cidadania passa pela questão do acesso à informação e a disseminação da informação é um instrumento poderoso que as unidades de informação dispõem para contribuir na formação do sujeito.

Para desenvolver a abordagem do tema contextualiza-se o leitor da atualidade diretamente associado à forma com que ele recebe, processa e assimila a informação:

[...] permitir que esse ciclo se complete e se renove infinitamente (informação => conhecimento => desenvolvimento => informação) e, ainda,

para que seu direcionamento esteja correto, sua velocidade compatível e seus espaços adequados. (BARRETO, 1998).

Quando um sujeito busca a informação de forma a transformá-la e dar suporte à tomada de decisão, significa que ele passou a conhecer mais sobre algum tema. Este processo de busca por informação tão simples e, ao mesmo tempo, tão importante para a construção do conhecimento humano, produz uma reação em cadeia afetando toda a sociedade, cada vez mais interligada. A informação produz conhecimento que por sua vez promove o desenvolvimento, seja do sujeito ou da sociedade, como se pode observar na figura 3.



Figura 4: Ciclo Informacional
Fonte: www.informacaoesociedade.ufpb.br/12/10/2003.

Assim, as unidades de informação devem promover ações que abram seus acervos, que sejam atraentes aos usuários, e mesmo os não alfabetizados ou alfabetizados funcionais encontrem nesses espaços a informação utilitária:

Se disseminação pode ser definida, em termos gerais, como divulgação ou propagação, quando ela se associa e se complementa com informação – apresentando-se como disseminação da informação, especificamente – passa a relacionar-se com dados, informes, notícia, envolvendo conhecimento. Mas, é preciso considerar que o que representa conhecimento para a área educacional, por exemplo, pode não representar conhecimento para a área especializada, e assim por diante (BARROS, 2003 p.56)

Não obstante, pode-se encontrar outros ambientes de leitura – não institucionais e que oferecem leituras através de uma prática social. Esses

ambientes, que aqui neste trabalho denominam-se Espaços Alternativos de Leitura – EAL – promovem a leitura de forma paralela às organizações oficiais, constituindo-se por um conjunto de práticas e de condições singulares (iniciativas individuais ou conjuntas), e que será objeto de observação desta pesquisa, contribuindo para que o leitor realize suas leituras.

As práticas desses leitores que utilizam os EAL podem demonstrar um comportamento diferenciado dos leitores da Biblioteca Pública como coloca Carvalho (1999, p.36): “[...] novos espaços de sociabilidade sugerem novos comportamentos”, afirmação que direciona o objeto da pesquisa, investigando o espaço tradicional da biblioteca pública e os possíveis espaços alternativos, ambos voltados para a leitura.

4 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE LEITURA: A BIBLIOTECA PÚBLICA

O universo (que outros chamam a Biblioteca) compõe-se de um número indefinido, e talvez infinito, de galerias hexagonais, com vastos postos de ventilação no centro, cercadas por balaustradas baixíssimas. [...] A Biblioteca existe *Ad aeterno*. Dessa verdade cujo corolário imediato é eternidade futura do mundo, nenhuma mente razoável pode duvidar. (Jorge Luis Borges, 1999)

4.1 PRIMÓRDIOS

Na antiguidade, a idéia de cidadão associa-se aos homens livres, excluindo desse conceito mulheres e crianças, além disso, poucos dominam a prática da escrita e leitura. Surgem as primeiras bibliotecas no Egito, graças à descoberta do papiro que permite a sua utilização massiva para a escrita, e, mais tarde, o uso de papel de trapo que vai dar origem ao comércio do livro e promover o desenvolvimento da instituição biblioteca.

Em 290 a.C. a Biblioteca de Alexandria apresenta um acervo com uma coleção de 700.000 rolos de papiro laboriosamente organizados pelo poeta-bibliotecário Calímaco e pelos arquivistas que lhe sucedem. Manguel (1997, p.216) lembra que a cidade de Alexandria, no Egito, foi fundada por Alexandre, O Grande, em 331 a.C., que depois de visitar o santuário do deus egípcio Amon teve a idéia de fundar a referida cidade que, por seguir os gostos do seu fundador, torna-se uma cidade livresca. Naquele momento,

Gente de muitos países realmente acorreu à nova capital, mas foi um tipo diferente de imigração que acabou tornando Alexandria famosa. Na época da morte de Alexandre, em 323 a.C, a cidade já se tornara o que chamaríamos hoje de uma "sociedade multicultural", dividida em *polisteumatas*, ou corporações baseadas na nacionalidade, sob cetro da dinastia ptolomaica. Desses grupos, depois dos nativos egípcios o mais importante era o dos gregos, para quem a palavra escrita se tornara um símbolo de sabedoria e poder. (MANGUEL, 1997, p. 215-16).

Fundada por Ptolomeu I, a biblioteca de Alexandria apresenta uma proposta de colecionar e abrigar todo conhecimento humano, o que pode remeter a um texto de Jorge Luís Borges (1999, p.516), *A biblioteca de Babel*, em que o autor imagina uma biblioteca tão vasta quanto o universo, a se formar constantemente.

A coleção de livros de Aristóteles, passa por vários de seus discípulos até chegar a Ptolomeu II que a adquire para a biblioteca de Alexandria, sendo o acervo da biblioteca tão grande que não havia condição de lê-la por inteiro.

Dada a importância da biblioteca como acervo bibliográfico representativo, ficou definido, por decreto real que:

[...] todos os navios que parassem em Alexandria tinham de entregar todos os livros que estivessem levando; esses livros eram copiados e os originais (às vezes, as cópias) eram devolvidos aos seus donos, enquanto as duplicatas (às vezes, os originais) eram mantidos na biblioteca. (MANGUEL, p. 217)

Manguel (1997, p.220) destaca o trabalho laborioso de Calímaco para recuperar o numeroso acervo de livros distribuídos pela biblioteca de Alexandria, criando um código de catalogação próprio.

A coleção se perdeu nas cinzas por volta do ano 650, mas, segundo Ventura (2002, p.49), resta a lição sintetizada no axioma borgesiano de que o livro é, simultaneamente, a *parte e o todo do conhecimento universal*.

Ao longo da história humana, a prática da leitura perpassa espaços múltiplos, tais como arenas, saraus, e reclusão às residências. Fez-se oralizada e, em seguida, silenciosa e também intencional. A partir da imprensa de Gutemberg, no século XV, a leitura se amplia gradativamente na sociedade.

Com a revolução da imprensa de Gutenberg, a produção da informação ganha uma nova dimensão dentro da sociedade e os documentos passam a circular com maior rapidez entre as comunidades científicas. A partir de então, as bibliotecas começam a representar um novo papel, pois os documentos deixam de ser produzidos sob o processo caligráfico, volume por volume, e passam a ser produzido em série. Nesse sentido, a coleção se amplia e duplica com mais rapidez.

O novo modo de produzir e disseminar a informação fez com que as bibliotecas se adaptem a um novo paradigma de produção da informação promovendo aumento na procura por tais informações e, ampliação das reivindicações por acesso público ao livro e à leitura.

A revolução liberal ocorrida na França no século XVIII apresenta os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade para que reunidos reforcem o acesso à informação, direito – síntese da humanidade. As bibliotecas, como propriedade privada de pessoas ou instituições (como as congregações), exigem para sua

abertura ao público acordos recíprocos, inclusive no caso da biblioteca do rei. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 121). Neste século XVIII, os adeptos do Iluminismo defendem que o caminho para a cultura passa, necessariamente, pela leitura, e os que se opõem a esse pensamento combatem a prática de leitura, alegando que ler pode ser um ato subversivo.

Disponibilizar os acervos ao público não é uma decisão espontânea, esses acervos contêm todos os livros do Antigo Regime, cujos valores e verdades não estão em circulação. Sabe-se que tais acervos dispõem de numerosos exemplares de livros filosóficos, breviários, obras ascéticas e tratados de direito canônico:

Os livros estavam entre os restos mais copiosos deixados para trás pela Revolução. As bibliotecas particulares da França no século XVIII eram tesouros familiares que a nobreza preservava e ampliava de geração em geração, e os livros que continham eram tanto símbolos de posição social, quanto de refinamento e postura. (MANGUEL, 1997, p. 271).

Durante esse período, as bibliotecas particulares francesas, passaram a ser concebidas como inimigas da República por estarem associadas às coleções particulares da nobreza. Nesse sentido, tais bibliotecas passam a ser alvo dos rebeldes que confiscam as coleções e, mais tarde, os livros foram transferidos para as bibliotecas francesas como: Paris, Lyon, Dijon, dentre outras cidades.

Os documentos confiscados, enquanto aguardavam seu destino, ao invés de serem consultados por pessoas, passaram a sofrer o ataque da umidade, da poeira, de insetos e outras pragas, de acordo com Manguel (1999, p.272). Após questionamentos pertinentes à questão, os acervos foram divididos e parte deles distribuídos ao exterior e outra vendida; sendo que a maioria dos livros foi adquirida por bibliófilos alemães e ingleses, que detinham mais recursos. Outros documentos que não foram nem vendidos, nem enviados para o exterior ficaram disponíveis ao povo nas bibliotecas públicas.

Por volta de 1761, os livreiros ingleses e alemães, principalmente com o intuito de popularizar o uso das livrarias, resolvem criar as *salas de leitura* ou *gabinetes de leitura*, dando oportunidade ao público para ter acesso aos livros, em troca de uma pequena mensalidade:

Frente a este quadro é reconhecida a necessidade de se criar bibliotecas para sustentarem a obra educativa do novo regime (idéia que está presente desde o primeiro relatório sobre educação lido à Assembléia, o de Talleyrand, em setembro de 1791), mas os deputados da Legislativa ou da Convenção não se apressam em passar à ação concreta, conscientes de que são depositários de um patrimônio inestimável, do qual contudo não se podiam servir para “esclarecer” a nação. Desse paradoxo nasce a leitura pública francesa, herdeira da excepcionalidade da situação revolucionária (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 121).

É a partir do surgimento dessa idéia de publicização da leitura que nasce o conceito de biblioteca pública; primeiro na Inglaterra, em plena Revolução Industrial e, posteriormente, nos Estados Unidos, onde é concebido que o acesso aos livros é direito do cidadão e dever do Estado.

Vale ressaltar que, com o surgimento de uma nova classe social, a classe operária, as cidades se redimensionam e se expandem com as migrações e, conseqüentemente, novos equipamentos sociais são requeridos por esse grupo de pessoas, tais como hospitais, moradias, escolas, espaços de lazer e cultura.

A partir do século XIX, o mundo ocidental busca a alfabetização em massa. Surgem novos leitores, sobretudo de jornais e de ficção. Todavia, há consideráveis variações entre a cidade e o campo, entre as capitais altamente alfabetizadas e interior dos países.

A necessidade de desenvolver o gosto pela leitura, conduz ao resgate da biblioteca como a casa do livro, notadamente, a biblioteca pública que tem a função de aprofundar a informação cidadã, desenvolvendo o contato habitual com a prática da leitura.

O conceito de *espaço comum* que diz respeito à circulação e à expressão; e o de *espaço público*, relativo à discussão e o de *espaço político* ligado à decisão, podem ser associados à biblioteca pública em sua essência de permitir o acesso à informação e disseminá-la, respeitando os sujeitos e as suas singularidades.

Ventura (2002, p.2) destaca que o enorme potencial de influência pública e social das bibliotecas públicas exige uma abordagem que vá além dos problemas técnicos ou administrativos. Ao analisá-las no quadro da sua *construção social* sentido é possível compreender o papel da biblioteca pública no processo de democratização do acesso ao saber e à formação de uma opinião.

A biblioteca pública está carregada de representação social, aproxima-se das igualdades e das desigualdades sociais, ressaltando-se o alfabetizado como

sendo aquele com amplo acesso; e o iletrado, que apesar de ver a porta aberta, como aquele que não sabe porque entrar.

A leitura pública, por outro lado, pode ser entendida como uma atividade cultural possível para todos, em diferentes espaços: lugares onde há vida, trânsito, trabalho, lazer e que podem tornar-se locais de depósito e de empréstimo de livros. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p.234).

As bibliotecas públicas se inserem neste quadro como um equipamento sociocultural inscrito na agenda pública como um lugar democrático de acesso a informação, cultura e lazer.

A partir do século XX até os dias atuais a função da biblioteca pública tem sido ampliada de forma a atender às demandas sociais, conforme destaca publicação da Fundação Biblioteca Nacional que inscreve elementos importantes sobre as bibliotecas públicas em 2000:

- A revolução industrial: conceito inicial era vinculado à classe trabalhadora e às funções educativas e moralizantes;
- Crise econômica dos anos trinta e a Segunda Guerra Mundial: a imagem da biblioteca pública incorpora o conceito de atuar como instrumento para a paz e a democracia e identifica-se com a classe média e a população estudantil, cada vez mais numerosa;
- Publicação do manifesto da UNESCO, em 1949, da 1ª versão do Manifesto da Biblioteca Pública: destacando sua função em relação ao ensino e caracterizando-a como centro de educação popular;
- Década de 50: início de questionamentos crescentes por parte da classe bibliotecária, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, sobre o papel da biblioteca pública e sua permanente identificação com os valores da classe média e a cultura de elite;
- Décadas de 60 e 70: os movimentos culturais contestatórios desencadeiam novos questionamentos sobre o papel da biblioteca pública. Procura-se uma nova função – voltada para as classes mais desfavorecidas da sociedade – de caráter mais social.

- Publicação pela UNESCO, em 1972, da segunda versão do Manifesto da Biblioteca Pública; sintetizando como suas funções educação, cultura, lazer e informação;
- Década de 80: informação e comunicação são vinculadas ao desenvolvimento das sociedades. Inicia-se o uso generalizado dos computadores e das novas tecnologias de comunicação nas bibliotecas, desencadeando o aparecimento das redes de bibliotecas, o que se reflete em suas funções e conceito;
- Década de 90: Sociedade da Informação/ Conhecimento, a revolução digital afeta o trabalho e a vida cotidiana. Necessidade dos indivíduos e das sociedades de adaptarem-se às rápidas e crescentes mudanças;
- Publicação pela UNESCO, em 1994, da terceira versão do Manifesto da Biblioteca Pública: seu texto enfatiza o comprometimento da biblioteca pública com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação.

A biblioteca tem mudado de função, passando de espaço onde se armazenam os patrimônios filosóficos e científicos da sociedade para as futuras gerações, preservando-os do perecimento, para se transformar em local de convívio, inspiração, apoio e formação dos que desejam o mundo, a ciência e as artes.

A partir da nova ambientação que a microeletrônica promove, a biblioteca ganha uma nova configuração, deve estar na agenda pública das cidades e adquirem, cada vez mais, um caráter popular, que contempla o acesso a todos os tipos de usuários, sem distinção de idade, raça, gênero e classe social. O acesso pode ser físico ou virtual, através dos catálogos eletrônicos ou dos novos serviços possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

É importante destacar que a Internet, uma rede que tece nós eletrônicos entre os usuários, permite que a coleta e a concentração de informação sejam, em frações de segundos, acessadas por um número imprevisível de usuário de forma simultânea.

A biblioteca digital e a biblioteca virtual ampliam a possibilidade de acesso dos sujeitos, ao mundo do conhecimento ou do lazer. A desterritorialização, em voga

na contemporaneidade, alcança a *casa do saber*, criando a *biblioteca do futuro* e a possibilidade de democratizar a informação.

É importante compreender que, a exemplo da biblioteca tradicional, a prática leitora deve ser conquistada pelos sujeitos e no caso da virtualidade, incluindo um custo dos equipamentos a serem manipulados e o pré-requisito fundamental é saber ler. A biblioteca que o futuro reserva abrange o virtual e o digital, ao mesmo tempo em que, não possui um espaço físico, um local de funcionamento. Nessa sociedade a biblioteca passa a ter denominações, virtuais, digitais, físicas.

O que vem a ser a biblioteca digital? De acordo com o glossário do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia – IBICT –, Biblioteca Digital é uma coleção de serviços e objetos de informação que disponibiliza o seu acervo direta ou indiretamente via meio digital:

Entende-se por *biblioteca digital* aquela que tem como base informacional conteúdos em texto completo em formatos digitais – livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros – que estão armazenados e disponíveis para acesso, segundo processos padronizados, em servidores próprios ou distribuídos e acessados via rede de computadores em outras bibliotecas ou redes de bibliotecas da mesma natureza. (MARCONDES et al, 2005, p. 16).

As bibliotecas digitais preservam os conteúdos e através dos *links* que se apresentam nos textos, pode ser a hipertextualização da informação. Para compreender tais peculiaridades, Arellano (1998) relaciona produtos e serviços das bibliotecas digitais:

SERVIÇOS	PRODUTOS
Intercomunicação de bibliotecas.	Redes de links; ferramentas de busca.
Criação e manutenção automática de coleções de informação de alta qualidade.	Bibliografias; Index de recuperação de texto completo Coleções de informação do domínio público.
Acesso ao fundo bibliográfico antigo.	Base de dados sobre fundo bibliográfico
Acesso público aos dados da NASA.	Sistemas de <i>software</i> e <i>hardware</i>
Recuperação e armazenamento do conhecimento em instituições de ensino superior.	Base de dados multimídia; cd-roms; Sistema eletrônico de entrega de documentos.
Distribuição ilimitada de textos de domínio público.	Enciclopédia eletrônica; Material educativo.
Recuperação e disponibilização das coleções das bibliotecas.	Arquivo eletrônico interativo.

Conversão de números antigos e correntes de periódicos para o formato eletrônico	Periódicos digitalizados taxados através de assinatura.
Gerenciamento de direitos autorais; Transformação das bibliotecas em bibliotecas virtuais	Index e recuperação de textos, imagem e som. Tecnologia de entendimento de linguagem natural.
Acessos por assinaturas a revistas, livros, jornais, fotos, imagens e mapas	Programa de instruções para o usuário e de suporte técnico.

Quadro 3 – Exemplos de serviços e produtos das bibliotecas digitais

Fonte: ARELLANO, 1998

A biblioteca virtual está associada aos acervos. Ela busca o diálogo com o usuário. Contudo, o conceito ainda não está totalmente elaborado. Para estabelecer as diferenças entre bibliotecas digitais e virtuais ainda há polêmica, e Tomaél define como sendo:

O termo biblioteca virtual é um bom exemplo da dificuldade de conceituação de novas fontes. Basta consultar a literatura a respeito para verificar as várias acepções que o termo tem assumido. Na lista de discussão sobre bibliotecas virtuais [...] um dos integrantes argumenta sobre o que seria biblioteca virtual. (TOMAÉL, 2004, p. 12)

Segundo Rodrigues, essa polêmica ainda é evidente, mas tenta argumentar na tentativa de conceituar o que é a biblioteca digital:

Para alguns é uma biblioteca tradicional que disponibiliza seu catálogo on-line, para outros uma biblioteca que tem seu acervo digitalizado, para outros uma coleção de links, e para outros uma coleção de links comentada e tratada sob a luz da ciência da informação. (RODRIGUES, 1997)

A forma de recuperar a informação nos *sites* de busca tende a se aprimorar a cada dia, mas o quadro que se verifica no momento é da inexistência de mecanismos capazes de filtrar a informação de forma a proporcionar a seleção restrita dos temas de interesse.

4.2 O PAPEL DA BIBLIOTECA PÚBLICA NO CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, as primeiras bibliotecas eram religiosas, e se instalaram nos lugares onde eles apontavam suas armas para conversão do gentio, conforme Milanesi (1986, p. 65). Essas bibliotecas não nascem públicas, até porque naquela época o conceito de biblioteca pública não está elaborado nem posto em prática.

Tais bibliotecas servem ao ensino privado e com direção dirigida à catequese, ao aprimoramento do espírito missionário, tendo como acervo obras litúrgicas ou de amparo doutrinário ao trabalho apostólico, sempre sob o respaldo colonizador:

A população vinda da Corte, degradados inclusive, era analfabeta. Mesmo em Portugal, não existia uma população majoritariamente letrada na época. Os poderes, como exigência da formação, eram os que necessariamente detinham a habilidade da leitura e da escrita, que os fazia hábeis para a difusão de crenças. E entenderam os livros como instrumentos de propagação da fé. (MILANESI, 1986, p. 66).

Os livros chegam ao Brasil de forma tímida e muito controlada, uma vez que Portugal não via com bons olhos a circulação de livros em suas colônias, como coloca Carvalho (1999, p. 45). A autora acrescenta a dificuldade de pesquisar o que chega ao Brasil naquela ocasião. À exceção das bibliotecas dos mosteiros, construídas pelos jesuítas e frades: franciscanos, beneditinos, carmelitas, capuchinos, exemplo deste tipo de biblioteca é a pertencente à Companhia de Jesus, na Bahia:

A imprensa, desde 1520, era supervisionada pela Coroa. Em 1540, apareceu, pela primeira vez, uma notificação da Inquisição endereçada aos impressores, que proibia qualquer impressão que não fosse vista com antecedência pelos censores, seguida de ameaça de penas severas. Assim eram examinados pelos “visitadores das naus”, quase sempre analfabetos (CARVALHO, 1999, p. 59).

Além disso, a autora acrescenta que a educação no Brasil passa por várias mudanças. Entre 1750 a 1777, período em que Marquês de Pombal foi primeiro-ministro de Portugal, cria a Mesa Censória assumindo o controle da produção escrita. Não se permite a publicação de obras que contenham idéias contra o catolicismo, sobre práticas mágicas e astrológicas, contra o governo ou que descrevessem cenas obscenas. Deste modo, as bibliotecas particulares estavam sujeitas à fiscalização. (CARVALHO, 1999 p. 60).

Sabe-se que a Biblioteca Real e a Imprensa Régia chegam ao país com a vinda da Família Real em 1808, e, conforme Suaiden (2000, p. 52), isso não representou indicadores efetivos de acesso e de disponibilidade de informação para toda sociedade. A Biblioteca Real, mais tarde, se transforma em Biblioteca Nacional.

Com o progresso, fruto da organização social e do crescimento da educação na época moderna ocorre, conseqüentemente, um aumento e diversificação dos usuários da biblioteca. Paralelamente, ocorre um aumento rápido

da disponibilização e busca de informação e o surgimento de novas técnicas que permitem tratá-la de forma cada vez mais sofisticada.

Assim nasce a primeira biblioteca pública brasileira criada em 1811, na cidade do Salvador, Bahia. Contudo, não se trata de uma iniciativa governamental, a criação dessa biblioteca ocorre em função de um documento elaborado por Pedro Ferrão Castello Branco, que redige um documento solicitando ao governador da capitania da Bahia a construção de uma biblioteca, concebida como uma instituição para promover a instrução do povo.

O plano para o funcionamento desta biblioteca, contendo as idéias de Castello Branco foi intitulado *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca pública na cidade de S. Salvador Bahia de todos os Santos, oferecidos à aprovação do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão desta Capitania*. Fernão Castello Branco solicita ao governador apenas a aprovação do projeto, pois a biblioteca pretende ser mantida através da cooperação de todos os cidadãos que desejem fazer parte dela (SUAIDEN, 1980, p. 5).

Além de sua luta por implantar a biblioteca, Fernão Castello Branco doou muitos livros de sua propriedade para compor o acervo.

O documento, que historicamente é o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro foi aprovado, e a Biblioteca foi inaugurada no antigo Colégio dos Jesuítas em 4 de agosto de 1811. Funcionando diariamente, de manhã e à tarde, salvo às quartas-feiras. Rubem Borba de Moraes destaca um anúncio que aparece no *Jornal Idade D'Ouro do Brasil*, que traduz como a biblioteca pretende se introduzir no cotidiano dos baianos:

Todas as pessoas que por patriotismo quiserem subscrever para a Livraria pública desta cidade poderão fazer na casa da mesma Livraria no livro para esse fim destinado. Quem quiser vender livros novos ou em bom estado, fale ao bibliotecário da mesma livraria no Colégio desta cidade. (MORAES, 1979, p. 148).

O autor comenta que tal publicidade não proporciona grandes resultados, e a biblioteca para se estabelecer conta com o apoio do Príncipe Regente que autoriza a realização de três loterias em benefício da livraria pública.

Posteriormente, tem-se a fundação da biblioteca pública do Maranhão, de Sergipe, Pernambuco e demais estados brasileiros. A maioria dessas bibliotecas

públicas é criada sem possuir sede própria e, ao longo da existência, alojam-se em locais diferentes. Na década de 1970 muitas bibliotecas constroem edifícios apropriados ao funcionamento dos seus serviços. (SUAIDEN,1980, p.8)

No início do século XX, a Biblioteca Nacional passou a ministrar cursos para a formação especial de bibliotecários, com o objetivo de qualificar os serviços oferecidos pela biblioteca.

Percebe-se que, nessa ocasião, algumas políticas voltadas para a o livro, a leitura e a biblioteca começam a surgir e reafirmam a intenção de minimizar o analfabetismo no país que culmina com a criação do primeiro Ministério da Educação, tendo como seu responsável o ministro Gustavo Capanema, que exerce o cargo entre 1934 e 1942, com o primeiro projeto pedagógico de educação no Brasil.

Em 1937, período em que o país começa a se industrializar, e desponta uma nova classe social, a dos operários, é criado o Instituto Nacional do Livro – INL –, que tem a finalidade de proporcionar meios para a produção, aprimoramento do livro e melhoria dos serviços no âmbito da biblioteconomia.

O INL, órgão do Ministério da Educação e Saúde, em seguida passando ser um órgão do Ministério da Educação e Cultura, onde a prioridade foi de formar bibliotecas públicas em todo o território nacional, seguindo de distribuição anual de cotas anuais de livros.

A criação do INL se dá em função de: em primeiro lugar; dar resposta aos intelectuais que participaram da Semana de Arte Moderna e que criticavam a falta de políticas na área da cultura e, em segundo lugar, para atender a demanda de uma nova classe social que surge com a crescente industrialização do país, ou seja, a classe operária.

Uma relevante defesa em favor das bibliotecas públicas é feita pelo escritor Mario de Andrade em 1939, conforme destaca (SUAIDEN, 2000, p.53):

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores do ensino secundário, por exemplo [...] Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana, mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de

uma entidade racial, que, coitada, se acha tão desprovida de outras forças de unificação (ANDRADE, 1957, p. 7, apud SUAIDEN, 2000).

Em relação ao que Mário de Andrade coloca, é importante destacar a visão do autor no que se refere aos novos paradigmas que a biblioteca deve assumir na sociedade com o passar dos anos. Mário de Andrade destaca a limitação ao acesso ao livro à leitura o fato de existir um número grande de pessoas analfabetas, o que, de certa forma, tem diminuído, mas permanece como uma barreira para a efetiva inclusão das pessoas no mundo da leitura e do livro.

Sabe-se que a grande maioria do público que frequenta a BP é o usuário em busca da pesquisa escolar. Os que freqüentam a biblioteca para ter acesso à informação estão incluídos naquela parcela dos 25% dos leitores proficientes do Brasil:

Teríamos em síntese, uma pequena parcela quase que insignificante da população com condições e disposição de fazer uso da biblioteca. Seriam seus "usuários reais". Isso implica afirmar que a biblioteca, pretensamente aberta a toda a população, presta serviços a um número quase que exclusivamente a determinadas classes sociais. Dessa forma, a biblioteca pública estaria ampliando o fosso entre aqueles que têm e aqueles que não têm informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p. 21).

É importante não perder de vista que convivem no Brasil os iletrados e os letrados, e que isso é reflexo do grande conflito social travado diariamente no país rumo ao desenvolvimento e freado pelo atraso, que, conforme destaca Barros (2003, p. 44), se contrapõem: o da sociedade alfabetizada e o da sociedade da informação.

A convivência entre os múltiplos saberes, tão recorrente nos discursos da atualidade, permite refletir sobre a questão da disseminação da informação, porque a informação, esteja no suporte que for, necessita do ser humano para realizar a tarefa complexa de traduzi-la. Por sua vez vive-se uma era em que a explosão informacional é fato. Nesse sentido, é importante citar a definição sobre disseminação da informação da autora Maria Helena Barros:

[...] como divulgação ou propagação, quando ela (a disseminação) se associa e se complementa com informação.[...] passa a relacionar-se com dados, informes, notícia, envolvendo conhecimento [...]. Além disso, a disseminação da informação, como processo, tem funcionamento particular que, de uma certa forma define, até, por antecipação suas características de especialidade. (BARROS, 2003, p. 56).

A biblioteca pública tem a obrigação de inserir o indivíduo na sociedade, promovendo o desenvolvimento intelectual, cultural e social, conforme propaga o manifesto da UNESCO (1994), mas sabe-se que este propósito está longe de ser alcançado, por diversas razões, uma delas é o descaso do poder público frente a questão da leitura e seus modos de acesso.

Em sua história, a biblioteca pública preocupa-se com a preservação do material, esquecendo-se, ou relegando a outros planos, da disseminação, o que explica a mudança de foco de privilegiar a leitura para atender as atividades escolares.

A preservação é importante e deve ser a base de ações desenvolvidas visando à conservação dos materiais existentes, mesmo porque reconhece que:

[...] no Brasil as verbas destinadas para a ampliação e a manutenção do acervo são escassas ou, na maioria dos casos, inexistentes [...] não pode ser a preocupação com a preservação superior à disseminação, sob pena de nos atermos a uma concepção ultrapassada e retrógrada da biblioteca pública, traduzida no apego exacerbado ao acervo. (ALMEIDA JÚNIOR, 2003)

É possível justificar o quadro em que o acesso à leitura e à informação é tratado no Brasil, mas não se pode perder de vista quanto uma unidade de informação tem potencial para oferecer alternativas interdisciplinares, no âmbito de sua atuação. Cada texto, cada material colecionado nesses ambientes, pode servir à comunidade como um instrumento para a liberdade.

Embora as novas tecnologias tenham criado infinidades de *softwares* para as bibliotecas, esses instrumentos têm facilitado a busca, a recuperação e a disseminação da informação; é relevante registrar que poucas bibliotecas públicas brasileiras utilizam os computadores e os recursos da informática. Nesse campo, também é possível verificar que existem dois *brasis*: o das bibliotecas digitais e virtuais e das bibliotecas com serviços totalmente manuais. Considerando a extensão territorial brasileira é comum encontrar uma biblioteca pública que funcione precariamente, não é comum encontrar uma que esteja na era digital. Por isso, ainda está muito distante o oferecimento de serviços no campo da leitura pública para a maioria dos seus habitantes.

E mesmo nas poucas bibliotecas espalhadas pelo Brasil há uma deficiência grande nos seus acervos, nos seus serviços e na informação utilitária. Suaiden (2000), estudando as

necessidades informacionais da população, propôs prioridades para a coleta e disseminação nas bibliotecas públicas de informação utilitária que ajudariam as pessoas a resolver os problemas cotidianos. Os estudos realizados demonstram que, para as populações carentes, a informação oral é até mais importante que a informação bibliográfica.

Esse estudo coincide com as conclusões da pesquisa de Soares (1995, p. 48), destacando a necessidade que a população carente tem de informação utilitária. Isso se justifica porque um país com graves distorções sociais há carência por espaços que representem um apoio informacional.

À medida que a biblioteca aumenta o grau de interação com a comunidade, estando direcionada para atender a demanda do seu público leitor, ou seus usuários e até mesmo os usuários potenciais, a BP se fortalece e se insere na memória coletiva local.

A realidade contemporânea não mais comporta e nem concebe uma biblioteca voltada para as tarefas de colecionar e conservar acervos, uma estrutura hierárquica, que impede a visualização de suas principais funções. Pelo contrário, atualmente, o interesse é de uma biblioteca pública que estabeleça seus objetivos e funções conforme as necessidades dos seus usuários, “dentro de um processo contínuo de ajustamento de interesses, que justifique sua existência” (MÜLLER, 1999).

A BP se desvirtua com o atendimento à pesquisa escolar e não se insere na comunidade local, deixando de promover o gosto pela leitura, que fica relegado ao esquecimento social, tanto das autoridades, quanto da coletividade. Novos espaços de leitura surgem para suprir a necessidade deixada pela BP. Esses novos espaços de leituras que vem se inserindo nas periferias das cidades denominam-se *bibliotecas comunitárias*. O Ministério da Cultura criou, em setembro de 2002, o Cadastro Nacional de Bibliotecas, e, conforme sua função, a *biblioteca comunitária* pode ser:

- Tipo A – aquelas bibliotecas escolares, vinculadas, portanto, a escolas, e que prestam atendimento às comunidades;
- Tipo B – são as bibliotecas de organização de terceiro setor, espaço de leitura e disponibilização de informações oriundas de acervos próprios ou fontes diversas, priorizando aquelas voltadas para a promoção cultural e intelectual

dos seus filiados, para subsidiar as ações próprias da organização e favorecimento do desenvolvimento social e comunitário.

Esta pesquisa observou que alguns ambientes de leitura criados nas comunidades, não se enquadram no conceito de *biblioteca comunitária* apresentado pelo MINC, sendo mais adequado nomeá-los de Espaços Alternativos de Leitura – EALs – que são espaços constituídos como verdadeiras redes humanas e nesse novo mundo, cheio de novos contornos, vão ganhando forma.

5 REDES HUMANAS: NOVAS ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O conceito de redes sociais tem sido estudado por várias áreas do conhecimento humano, a exemplo da geografia, biologia, antropologia, engenharia, sociologia, comunicação e ciência da informação.

É interessante resgatar alguns elementos que contribuem para a criação de um campo específico de estudo das redes sociais, condensando-os em dimensões analíticas relevantes no sócio-espaco-temporal das redes na sociedade da informação (SCHERE-WARREN, 2005, p.29).

Nesse sentido, Dias (2005, p.12) reforça a idéia de que a noção de rede e a promessa de transformação da sociedade não constituem uma forma atual ou singular para representar a realidade, e sim, uma forma reatualizada por inovações técnicas, inicialmente com a forte influência da engenharia na construção das estradas de ferro, eletricidade e telefone, responsáveis pelas bases das redes comunicação.

Contudo, o conceito de rede nasce da Biologia. Entre as décadas de 1920 e 1930, ao estudar as teias alimentares e os ciclos da vida, os ecologistas propõem que rede é o único padrão de organização comum a todos os sistemas vivos. Etimologicamente, a palavra rede vem do latim *retis* que significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido.

Por se tratar de um conceito interdisciplinar, a concepção de redes sociais se mistura e se confunde com idéias, porém, dentro deste emaranhado, pode-se destacar duas vertentes principais, em seus primórdios:

Uma que buscava na noção de rede uma explicação para a estrutura social a qual era caracterizada como sendo uma rede de relações realmente existente; e outra que encontrava nesta noção uma forma para descrever as relações sociais primárias do cotidiano, tipificando essas relações em fechadas ou abertas, elos fortes ou fracos. (SCHERER-WARREN, 2005, p. 35).

Destaca-se que no cenário contemporâneo, de acordo com Scherer-Warren (2005), as relações sociais podem ser divididas, analiticamente, em primárias ou secundárias – locais ou globalizadas. As relações sociais primárias são aquelas advindas do cotidiano e da convivência espaço-temporal (física) bem delimitada, a exemplo do parentesco, amizades, vizinhança, religião; já as relações secundárias são aquelas que se fundamentam nas redes politicamente construídas, em geral, provenientes de movimentos sociais, partidos políticos.

Moll e Fisher (2002, p. 16) acrescentam uma explicação para esse fenômeno em que tais iniciativas podem ser apresentadas sob duas perspectivas: de um lado, aquelas produzidas por ações vindas de fora, por agentes de mediação como Organizações Não-Governamentais – ONGs, universidades, igrejas e, de outro, aquelas que se constituem internamente, com forte presença da população local. Nessa dupla convergência encontram-se projetos de cunho popular e participativo, configuram em um novo modelo de responder às demandas emergentes.

O caráter solidário e democrático das redes sociais pretende, a partir da sociedade civil, atender ao pleito das camadas periféricas da população no que tange o oferecimento de bens e serviços, na maioria das vezes essenciais, e não disponibilizado pelo Estado neoliberal.

Os indicadores oficiais revelam dados que apontam para a ausência do Estado no suprimento de políticas públicas que atendam as demandas sociais no campo da educação, cultura, saúde e segurança. No entanto, pode se verificar que por iniciativas da sociedade organizada, algumas realidades complexas da população mais carente têm mudado para melhor:

Fluxos de toda ordem tornaram-se mais espessos, ampliando as necessidades de circulação e exigindo técnicas cada vez mais eficazes. Isso explica em parte o fato de a representação de o mundo social integrar crescentemente a noção de rede, numa perspectiva que procura chamar a atenção sobre as relações e a complexidade e os nós. (DIAS, 2005, p. 12).

Os espaços urbanos no Brasil e, em especial, na periferia das grandes cidades, revelam um pulsar de vida que vai além dos registros oficiais que controlam o ir e vir do cotidiano da urbe. E, nesse sentido, pode-se afirmar que a estrutura do Estado contemporâneo, no qual a economia regimenta todas as ações políticas e sociais das nações, suprime as necessidades básicas dos menos favorecidos economicamente.

Essas comunidades se caracterizam por sua organização em forma de redes sociais humanas ou solidárias, ou seja, indivíduos organizados em pares, com interesses comuns. As interações promovidas por essas redes contemplam as áreas de saúde, educação, economia, cultura.

Dias (2005, p.13) afirma que a rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos e grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. Portanto, em sua origem o conceito de rede está associado ao humano, e falar em redes sociais ou humanas trata-se de uma tentativa de evidenciar o próprio conceito.

Por outro lado, para refletir sobre as redes sociais é importante destacar o que Marteleto fala sobre a questão e as ciências sociais:

O conceito de *redes* é tributário de um conflito permanente entre diferentes correntes nas ciências sociais, que criam os pares dicotômicos – indivíduo/sociedade; ator/estrutura; abordagens subjetivistas; enfoques micro ou macro da realidade social – colocando cada qual a ênfase analítica em uma das partes. Por exemplo, a antropologia estrutural entende as redes como descritivas, servindo para identificar o caráter perene das organizações e dos comportamentos sociais. Já a linha do individualismo metodológico desconstrói essa concepção, privilegiando o ponto de vista do agente que produz sentido, e as relações sociais na formação do seu agir. As redes surgem como um novo instrumento face aos determinismos institucionais. (MARTELETO, 2001, p. 72).

A forma de olhar a vida e organizar o mundo como rede têm sido nas últimas décadas, uma prática de organização das pessoas que viabilizam processos

capazes de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social.

Nas redes sociais há a valorização dos elos informais e das relações em detrimento das estruturas hierárquicas, como afirma Marteleto (2001, p.74). A autora acrescenta que o estudo das redes coloca em evidência um dado da realidade social contemporânea, que ainda está sendo pouco explorado: a forma como os indivíduos tramam suas ações nas próprias comunidades em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento da rede:

A lógica territorial também deve ser resultado de mecanismos endógenos [...] Isto quer dizer que à tradicional combinação das escalas da organização espacial, segundo o modelo da boneca russa – do apartamento ao prédio, do prédio, ao quarteirão, do quarteirão ao bairro, do bairro à cidade, da cidade à região, da região à nação –, somam-se novos arranjos institucionais e espaciais que nos desafiam a redefinir as categorias analíticas que utilizamos para representar o mundo. (DIAS, 2005, p. 21).

Por seu caráter participativo, as redes sociais promovem a articulação dos agentes em torno de prioridades comuns, evitando, assim, que as ações colidam entre si ou que se desenvolvam em cursos paralelos. Articulando esforços dos vários setores, a rede aumenta a capacidade da comunidade de enfrentar problemas que atingem crianças, adolescentes, jovens e idosos. Através da cooperação, a rede fortalece o capital social da comunidade e estimula o desenvolvimento local de forma sustentável.

Segundo Mance (2002, p. 23), em uma rede, há a colaboração solidária que pode constituir-se em estratégia adequada à organização de sociedades pós-capitalistas, através da implantação de redes que conectam unidades de produção e unidades de consumo.

Nesse contexto, pode-se lembrar o que Castells afirma, em linhas gerais, sobre redes:

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. (CASTELLS, 1999, p. 497).

Castells trava uma discussão em torno do tema, preocupando-se com o fluxo dos conteúdos das redes. O autor levanta uma série de possibilidades organizacionais como sendo redes tais como: mercado de bolsa de valores, a circulação de drogas, as redes de televisão, as coberturas jornalísticas,

equipamentos móveis, gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia. No entanto, deve-se questionar se é possível colocar no mesmo nível de análise as redes que globalizam capital e redes que globalizam cultura.

Em contraponto ao modelo de Castells sobre redes, a Rede de Informação para o Terceiro Setor – RITS –, apresenta outros modelos de organização em rede:

As redes de educação ambiental, redes de liderança, redes de trabalho e renda. Por mais diversas que sejam as organizações e suas causas, elas têm em comum o propósito de estender suas ações e idéias a um universo sempre mais amplo de interlocutores: beneficiários, parceiros, financiadores, voluntários, colaboradores. Para isto precisam contar com o desenvolvimento de fluxos de informação, gerenciamento organizacional e comunicação institucional. (RITS)

Estar em rede é uma espécie de pré-requisito para sobreviver na sociedade atual, e é provável que, por essa razão, se erijam as redes humanas colaborativas para combater o modelo excludente que as redes do modelo hegemônico e neoliberal promovem aos menos favorecidos.

Nesse sentido percebe-se que nas redes humanas se configuram o espaço da resistência social a caminho da construção da cidadania, o que vem a ser, efetivamente, uma rede social.

As redes humanas são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ ou temas comuns. Na prática, as redes humanas podem ser definidas como comunidades, virtual ou física:

Uma comunidade é uma estrutura social estabelecida de forma orgânica, ou seja, se constitui a partir de dinâmicas coletivas e historicamente únicas. Sua própria história e sua cultura definem uma identidade comunitária. Esse reconhecimento deve ser coletivo e será fundamental para os sentidos de pertencimento dos seus cidadãos e desenvolvimento comunitário. (RITS).

Portanto, na convivência entre os integrantes de uma comunidade, é possível se estabelecer os laços de afinidade entre os pares, o que pode dar origem ao trabalho coletivo, de forma articulada, para implantação de projetos comuns.

Segundo Villasante (2002, p. 30), a qualidade de vida de uma comunidade é relativa, é ecologia política antes de técnica, pois a sustentabilidade de um projeto depende das capacidades e implicações da população com a solução proposta.

Assim, para que uma rede humana se estabeleça, é importante que os interesses comuns estejam bem definidos e que os membros das redes estejam dispostos a manter o projeto.

Segundo a RITS, as redes se classificam em:

- **Temáticas:** aquelas que se organizam em torno de um tema, segmento ou área de atuação das entidades e indivíduos participantes. A temática abordada é o fundamento desse tipo de rede, seja ela genérica (meio ambiente, infância) ou específica (reciclagem, desnutrição infantil);
- **Regionais:** as redes regionais têm em uma determinada região ou sub-região o ponto comum de aglutinação dos parceiros – um Estado, um conjunto de municípios, um bioma, uma cidade ou um conjunto de bairros;
- **Organizacionais:** são, em geral, aquelas vinculadas a uma entidade supra-institucional, isto é, que congrega instituições autônomas filiadas (federações, confederações, associações de entidades, fóruns), ou a organizações complexas, compostas, por exemplo, de várias unidades autônomas e/ ou dispersas territorialmente.

Nos últimos 40 anos, segundo Moll e Fisher (2002, p.16), em diversas regiões do Brasil, um conjunto de iniciativas direcionadas à alteração do quadro adverso em que vivem mergulhadas são produzidas através da combinação de várias atividades. Tais ações apontam para o deslocamento daqueles projetos de cunho prescritivo para os de formatação mais dialógica e participativa. Os autores afirmam que:

Trata-se, portanto, da constituição de redes de vida que, fazendo-se através de interesses comuns, interseccionam ações de diferentes esferas do poder público com ações civis, movidas pela solidariedade e pela necessidade de produzir cenários sociais quais todos possam viver. (MOLL; FISHER, 2002, p. 18).

A combinação das ações e relações político-sociais das redes está além do poder público, e se organizam em redes criativas que tecem teias, desde as necessidades humanas, nas periferias das cidades, em formação profissional,

geração de emprego e renda, escolarização, culturas populares, disseminação da informação, dentre outras.

6 ESPAÇOS DE LEITURA

Embora a forma de organização social em rede tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social.

(CASTELLS, 2000)

Ler o texto escrito é possível e permitido a todos aqueles que sabem decifrar o código escrito e têm capacidade de interpretar o texto lido. Lê-se em qualquer lugar, seja em ambientes públicos ou privados. Lê-se nas praças, nos ônibus, nos shoppings, nas filas, nas praias, e em outros tantos que sejam aconchegantes, no entanto, o lugar público convencionado para a prática leitora é a biblioteca.

6.1 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

Em Salvador, as BPs são poucas, com uma distorção muito grande entre o número de habitantes e a quantidade de BP.

As duas bibliotecas pertencentes ao governo municipal estão fechadas, e as cinco BPs mantidas pelo governo do Estado estão assim distribuídas:

- A Biblioteca Central dos Barris – é órgão centralizador do sistema de bibliotecas públicas da cidade do Salvador e subordina-se a ela quatro bibliotecas fisicamente instaladas e uma de extensão (BIBEX). Todas essas bibliotecas estão subordinadas à Secretaria da Cultura e Turismo;
- Três bibliotecas públicas estão localizadas na zona central da cidade, sendo que uma delas é uma biblioteca infantil. As outras duas bibliotecas estão em bairros próximos à orla marítima, sendo mais acessível para a classe média;
- Os bairros periféricos são atendidos pela biblioteca de extensão. Este serviço de biblioteca é resultado de um modelo antigo e conhecido como *Caixas-estantes*.

Criado em 1967, o Projeto de um Carro-biblioteca se integrou ao cotidiano de comunidades de Salvador.

Em 1975, onze Carros-Biblioteca foram adquiridos e adaptados em São Paulo, com a capacidade de 1000 livros devidamente preparados tecnicamente para empréstimo. Sob a coordenação da professora Kátia de Carvalho esse serviço, representou um importante instrumento de pesquisa, tendo os resultados publicados em periódicos especializados. Entretanto, a falta de políticas adequadas, os onze Carros-Bibliotecas foram desativados e os veículos transformados em transporte de carga da Secretaria da Educação. Isto ilustra a falta de compromisso público na relação Estado e Sociedade.

Atualmente, o projeto conta com vans adaptadas, livros e vídeos circulam pela cidade, levando à população carente material bibliográfico. Sob a coordenação da Diretoria de Bibliotecas Públicas, subordinada à Fundação Pedro Calmon, órgão do governo estadual da Bahia, os carros saem do prédio da Biblioteca Pública, localizada no bairro dos Barris, centro de Salvador, para os bairros periféricos da cidade.

Quanto à proporção existente entre o número de habitantes da cidade de Salvador e o número de bibliotecas públicas mantidas pelo Estado, tem-se o seguinte resultado:

$$\frac{2.500.000}{5} \text{ (habitantes)} = 500.000 \text{ hab/bib.}$$

5 (bibliotecas públicas)

Para cada quinhentos mil habitantes há uma biblioteca pública, portanto cada biblioteca fica responsável pela assistência de, em média, 20% da população. Este dado revela uma condição bastante desconfortável, com um agravante: a concentração da população nas periferias dificulta ainda mais o alcance das BP.

Associado ao número reduzido de bibliotecas públicas, um fator contribui para afastar o leitor do espaço de leitura. Trata-se da forma distante com que a BP se relaciona com a comunidade que a frequenta ou do seu público virtual.

Isso ocorre em função da estrutura sob a qual ela desempenha suas funções. A burocracia dos serviços e a hierarquia existente entre os mediadores da leitura, impedem que o fluxo dos serviços afaste o BP dos seus usuários.

Diante desse quadro em que é clara a ausência de políticas públicas na área da promoção do acesso à leitura podem ser encontrados os militantes fiéis à leitura. Aqueles que buscam a inclusão dos seus pares no mundo informacional.

Por sua vez, os EALs possuem estrutura muito simples, até porque seus membros, na maioria, são voluntários e desempenham seus papéis em prol de uma causa comum.

6.2 NOVOS ESPAÇOS

Enquanto o Estado se apresenta distante das camadas mais populares, justificando-se pelo tamanho e entraves burocráticos, as políticas culturais dos movimentos populares buscam alternativas na *política do próximo*, ou seja, na solidariedade.

Pouco interessados nas macroquestões, embora voltadas para o atendimento das necessidades básicas e imediatas, nascem os movimentos locais, organizados em grupos. E na *urbe* contemporânea, um conjunto dos fragmentos (bairro, ruas, ladeiras) emerge as redes humanas que produzem formas de socializar o acesso ao mundo da informação.

A configuração, estrutura e funcionamento dessas redes humanas trazem ao debate uma importante questão: a informação utilitária com valor agregado – a informação que serve de instrumento regulador das ações e estratégias adotadas na esfera do Estado e na esfera dessas redes comunitárias; a informação que pretende transformações sociais.

Visando a compreender melhor o que são essas redes sociais aqui discutidas, é importante pensar nas formas organizativas da sociedade que Ferreira (2003) destaca como sendo as ONGs, movimentos sociais, sindicatos, associações de bairro, dentre outros, que podem contribuir para que cidadãos exerçam sua cidadania mediante provisão de informações relacionadas aos seus direitos e deveres.

No caso do acesso à leitura, redes similares vêm se multiplicando, buscando suprir uma demanda imediata de informação da comunidade local.

O objetivo principal desses voluntários, animadores culturais ou mediadores da leitura que se dedicam a desenvolver um trabalho comunitário na

área da promoção da leitura é diminuir as distâncias entre os que têm e os que não têm um espaço capaz de oferecer informação aos seus parentes e amigos.

A intenção pode levar uma comunidade a se apropriar, instalar ou construir um espaço que funcione como uma *biblioteca* ou que promova o acesso ao livro, ou ainda, à informação utilitária. Essas são algumas das possíveis razões que promovem a formação dos Espaços Alternativos de Leitura – EALs:

Identificamos aí pessoas que têm afinidade com a leitura, com a idéia de colecionar, com a escrita e a literatura, ou mesmo com a organização de documentos, e desejam participar da criação de uma biblioteca que seja significativa para elas. (FERREIRA, 2003).

Os EALs são redes sociais complexas que transcendem organizações delimitadas, como é o caso da BP, e que por meio das redes humanas, se conectam de forma solidária para conquistar espaços de promoção da leitura. Sua gênese ocorre face às interligações entre os sujeitos individuais ou coletivos, ou seja, emergem das relações sociais primárias defendidas por Scherer-Warren (2005).

Esses espaços criam um território no sentido tradicional do termo, isto é, geograficamente instalado, portanto, *local*; enquanto os desterritorializados possuem alcance *global*, transcendendo as fronteiras espaciais das redes físicas. Ambos, porém, são conseqüências de ações *internas*, com forte presença da população local. (MOLL; FISHER, 2002).

As adesões aos EALs ocorrem por uma causa em comum e afinidades entre os sujeitos, relacionadas ao acesso à biblioteca.

Os moradores da periferia não detêm o conhecimento vivo ou real sobre o que é uma BP, mas motivados pelo o acesso à leitura, constroem alternativas para romper as barreiras existentes. Na constituição de um EAL físico, seus responsáveis pretendem *imitar* o modelo da biblioteca a partir do que imaginam ser uma biblioteca, nesse sentido, o que se constitui é um arremedo.

O estudo aponta a forma antagônica das ações entre os dois espaços promotores da leitura. Enquanto os EALs se estruturam em Rede, as bibliotecas públicas permanecem constituídas como Sistemas. Dessa forma, o Quadro 4 a seguir realça as duas abordagens:

Sistemas (bibliotecas)	Redes (EAL)
<ul style="list-style-type: none"> • elementos integrados – contratos de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • elementos interligados – mesma classe social, mesmo bairro, sem vínculo empregatício
<ul style="list-style-type: none"> • objetivos específicos: – atender aos pressupostos da área biblioteconômica 	<ul style="list-style-type: none"> • objetivos comuns – promover a inclusão de seus pares na vida social
<ul style="list-style-type: none"> • componentes interdependentes – divisão em setores e serviços, desde a seleção até a disseminação 	<ul style="list-style-type: none"> • componentes autônomos – cada membro contribui conforme a sua conveniência e competência
<ul style="list-style-type: none"> • padronização – normas, regras pré-estabelecidas 	<ul style="list-style-type: none"> • características individuais – cada EAL institui as suas regras conforme as suas necessidades
<ul style="list-style-type: none"> • complementação – hierarquia 	<ul style="list-style-type: none"> • cooperação – os membros atuam de forma linear
<ul style="list-style-type: none"> • ausência de um componente – compromete a realização dos objetivos do sistema como um todo 	<ul style="list-style-type: none"> • ausência de um componente não - compromete a realização dos objetivos do sistema como um todo

Quadro 4 – Estrutura organizacional da biblioteca e a estrutura organizacional dos EALs
Fonte: JARDIM, J. M. 1995

Segundo a RITS existem alguns fundamentos e paradigmas das redes, porque uma atuação em rede supõe valores (missão) e a declaração dos propósitos do coletivo que norteiam a interação, e devem ser considerados por quem queira trabalhar solidariamente, o que pode ser perfeitamente enquadrado em um modelo de EAL fisicamente instalado. São eles:

- Pactos e padrões de rede: sem intencionalidade uma rede não consegue ser um sistema vivo, mas apenas um amontoado de possibilidades. A comunicação e a interatividade se desenvolvem a partir dos pactos e dos padrões estabelecidos em comunidade. Uma rede é uma comunidade e, como tal, pressupõe identidades e padrões a serem acordados pelo coletivo responsável. É a própria rede que vai gerar os padrões a partir dos quais os envolvidos deverão conviver. É a história da comunidade e seus contratos sociais;
- Valores e objetivos compartilhados: o que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns, interconectando ações e projetos;

- Participação: a participação dos integrantes de uma rede é que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir. Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer em uma rede. O alicerce da rede é, fundamentalmente, a vontade de seus integrantes;
- Colaboração: a colaboração entre os integrantes deve ser uma premissa do trabalho. A participação deve ser colaborativa;
- Multiliderança e horizontalidade: uma rede não possui hierarquia, nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas;
- Conectividade: uma rede é uma costura dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros e interagindo é que indivíduos e organizações mantêm uma rede;
- Realimentação e informação: em uma rede, a informação circula livremente, emitida de pontos diversos, sendo encaminhada de maneira não-linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores de informação. O importante nesses fluxos é a realimentação do sistema – retorno, *feedback*, consideração e legitimidade das fontes são essenciais para a participação colaborativa e até mesmo para avaliação de resultados e pesquisas;
- Descentralização e capitalização: uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto é um centro em potencial. Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou circunstância. Sub-redes têm o mesmo valor de rede que a estrutura maior à qual se vinculam.

Outrossim, Martins (1980, p.17) caracteriza sistema bibliotecário como sendo um conjunto de bibliotecas, instituições similares ou uma unidade, que se dispõem a seguir um plano comum, a partir da orientação de normas pré-estabelecidas mantendo interação regular, interdependendo entre si, para atender objetivos institucionais, no intuito de permanecer ativo na sociedade. Isto o diferencia dos pressupostos de uma rede.

Dentro das características de uma rede, a pesquisa que aqui se descortina pôde identificar na cidade do Salvador treze EALs, cada um com singularidades e semelhanças. Os EALs funcionam em ambientes que vão desde uma garagem improvisada até chácaras com espaços bem dimensionados para o funcionamento e a virtualidade.

6.3 MAPEAMENTO DAS BPS E EALS

A Figura 5 mostra os EALs identificados pela pesquisa e plotados no mapa da cidade do Salvador:

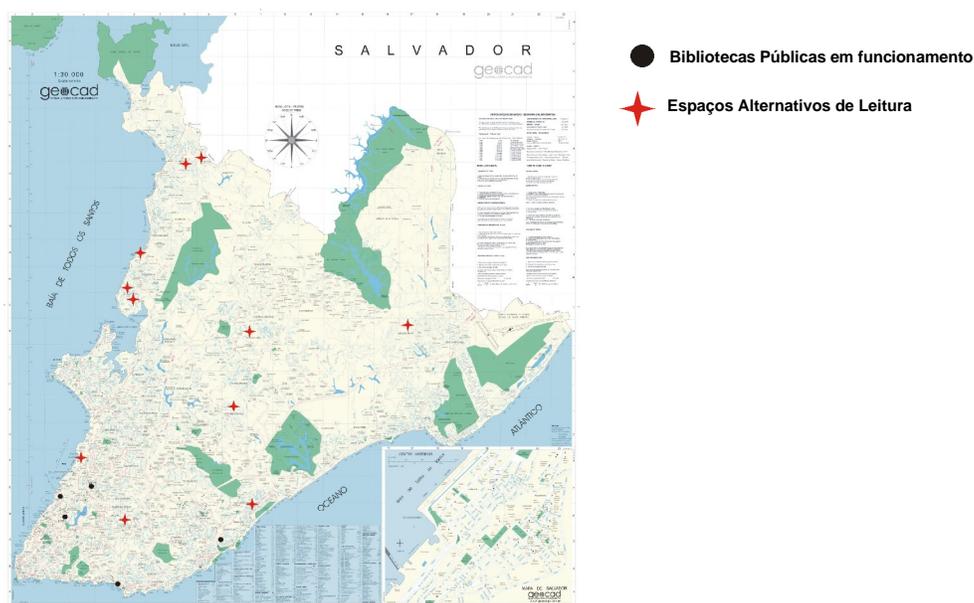


Figura 5 – Mapa de distribuição espacial dos EALs e bibliotecas públicas em funcionamento
Fonte: Autora.

6.4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

O que é um EAL? Pode-se definir como ambiente de leitura fisicamente instalado ou desterritorializado que desenvolve ações públicas seguindo o modelo de bibliotecas públicas, funcionando de forma mais flexível do que a BP por possuir uma estrutura em forma de rede. Contudo, muitos se autodenominam casos *bibliotecas comunitárias*. É preciso enfatizar que a instituição biblioteca é bem mais complexa do que os EALs, embora tenham objetivos similares.

Ao todo foram pesquisados onze EALs, sendo dez EALs tradicionais e um considerado desterritorializados porque tem outras características.

É possível separar os EALs nas seguintes categorias: fisicamente instalados (a partir de agora denominados EAL-T como sendo um Espaço Alternativo de Leitura Tradicional) e os desterritorializados (EAL-D). O EAL-T é aquele em que as pessoas podem visitar o ambiente, encontrar um acervo colecionado e organizado de forma empírica, disponibilizado nas estantes, sendo possível contactar presencialmente com o responsável pelos serviços oferecidos; o EAL-D é virtual, sem sede própria, não possui acervo colecionado em um ambiente único e o encontro com o responsável geralmente é marcado com antecedência por telefone, e-mail ou previamente marcado em pontos já estabelecidos por seus membros.

EAL	ENDEREÇO	TELEFONE	ACERVO	ATIVIDADES	FUNCIONAMENTO
Bairiri	Rua Pirani, 94-E, Largo do Bairiri - Plataforma	3398-8865	3,4 mil títulos de uso escolar e clássicos da literatura	Palestras, oficinas de reciclagem e contação de histórias	Segunda a sexta-feira 8h às 12h e 13h às 17h
Professor Milton Santos	Rua Santo Antonio, Ladeira do Mocotó, 28-E Plataforma	3521-3384	4,5 mil títulos, técnicos, literatura e periódicos	Prevenção de DST e AIDS, defesa dos direitos humanos, curso pré-vestibular	Segunda a sexta-feira 8h30 às 17h e 18h às 21h
Leo Brackmans	Rua do Congo, s/nº - Alto de Coutos	3521-3384	5 mil títulos, entre didáticos e clássicos da literatura brasileira	Abrija uma creche	Segunda a sexta-feira 8h às 12h e 13h às 17h
Jorge Amado	Rua da Caixa D'água, 5, Fazenda Coutos I	3397-5496	2,9 mil títulos, didáticos, clássicos da literatura brasileira e infantil	Palestras sobre história, exibição de vídeos, oficinas de reciclagem	Segunda a sexta-feira 8h às 12h e 13h às 17h
Paulo Freire	Rua da Estação, 77 – Escada	3398-4336	4,9 mil títulos, entre didáticos, clássicos da literatura nacional e estrangeira, técnicos, obras de referência, mantém a assinatura de periódicos	Recitais de poesia, capoeira, dança, oficinas profissionalizantes seminários e palestras	Segunda a sexta-feira 8h às 12h e 14h às 18h Sábado 8h às 12h
Prometeu Itinerante/ Betty Coelho	Rua Tenente Gustavo dos Santos, 38 - Boca do Rio	3362-0374	4 mil títulos de literatura, especificamente poesia	Recitais de poesia	Terça a sábado 15h às 19 horas
Quilombo do Beiru	Rua Paraiba, 555, 1º andar – Final de Linha de Tancredo	3232-8511	Não realiza este levantamento. Livros didáticos, enciclopédias,	Oficinas de jornalismo e produção/criação textual	Segunda a sexta-feira 9h às 12h e 14h às 17h30

	Neves		literatura e revistas antigas		Sábado 14h às 17h
Sete de Abril	Rua Nossa Senhora do Carmo, no subsolo da igreja – Sete de Abril	9922-2607	500 títulos para atender a pesquisa escolar, clássicos da literatura brasileira e estrangeira	Grupo de estudos pré-vestibular, exibição de filmes infantis	Segunda a sexta-feira 8h às 12h e 14h às 18h Sábado 8h às 12h
Quilombo Cecília	Rua do Passo, 40 – Santo Antônio Além do Carmo	8101-7320	1,2 mil títulos de literatura nacional e internacional e técnicos, com hemeroteca especializada em feminismo, cultura negra, alimentação natural e ecologia	Saraus literários, palestras e oficinas	Segunda a sexta-feira 8h às 12h das 14 às 18h.
Vanda Angélica	Setor A, rua A Lote 04 Casa n°. 15 Mussurunga I	3376-3746	6.500 exemplares de literatura nacional e estrangeira, literatura infanto-juvenil, livros didáticos.	A hora do conto, concurso de redação, exposição de livros literários.	Segunda a sexta-feira 8h às 12 e das 13:30 às 17h
Brotas	Rua Teixeira de Barros, 12 – Brotas	-	10 mil exemplares módulos de vestibular, didáticos, literatura universal e infanto-juvenil	Leitura na praça	Segunda a sexta-feira 8h às 12h das 14 as 17h

Quadro 5 – Relação dos EALs pesquisados
Fonte: Autora

6.4.1 EAL-T: Modelo tradicional

O EAL-T possui as seguintes características: buscam a semelhança com as bibliotecas públicas no que se refere aos serviços e em geral e ao atendimento à pesquisa escolar; EALs que buscam a semelhança com as bibliotecas públicas no que diz respeito às ações culturais e o incentivo à leitura.

Para compreender os EALs realizamos visitas programadas e entrevistas para obter informações, e por meio de um questionário previamente configurado e aplicado aos responsáveis foi possível realizar um estudo sobre tais espaços. O questionário feito entre os responsáveis pelo EAL contém onze perguntas para elucidar o surgimento do EAL, seu público, objetivos e acervo. Antes das perguntas há um campo no questionário para registrar o endereço, informações sobre o

acervo, mecanismos de controle de empréstimo e recuperação de informação, além de observação sobre as instalações físicas.

O EAL-T se autodenomina *biblioteca comunitária*. Nesses EALs encontram-se mesas, cadeiras, estantes com livros, livro de visita para o controle da circulação dos usuários.

Destaca-se que esses EALs perseguem o arquétipo de biblioteca, inclusive copiam o modelo desvirtuado da BP, no que diz respeito ao atendimento da pesquisa escolar em detrimento à promoção da leitura. Nesse EALs, os livros de literatura que fazem parte do acervo estão mais voltados para o jovem que vai prestar vestibular.

O acervo está organizado por áreas do conhecimento, sem que haja sistematização baseada em sistemas de classificação dos documentos, sua política de crescimento é baseada em doações dos vizinhos, e em muitos casos o estado de conservação das publicações é ruim.

Os EALs fisicamente instalados, que durante a pesquisa de campo foram visitados, sugerem diferenças e semelhanças entre si, por isso, é importante destacar que essas características devem ser conhecidas para uma melhor compreensão do fenômeno do surgimento de um EAL.

As peculiaridades contidas na forma como nascem, nas estruturas e como são administrados, estão basicamente associados às especificidades de cada comunidade, ou de seu idealizador, que busca instalar um equipamento cultural, a biblioteca, nas proximidades de sua residência.

Apresenta-se a seguir a descrição dos EALs-T visitados:

6.4.1.1 EAL 1 – *Prometeu itinerante e Betty Coelho*

Histórico

Este EAL nasceu a partir da iniciativa individual do seu responsável, Jorge Douglas Reis de Almeida, que estudou, sem, contudo, concluir, os cursos de Filosofia e Letras na Universidade Federal da Bahia – UFBA, e, durante a década de 1980, integrou um grupo de poetas denominado *Poetas na Praça* que realizava intervenções/ações culturais nas praças do centro da cidade do Salvador:

declamavam poesias, vendiam livros de autoria própria, porém o objetivo principal deles era levar poesia para as pessoas que circulam pelo centro da cidade.

A investida no campo da poesia permitiu uma interação entre Douglas e os demais integrantes do grupo de poetas com escritores e editores, e, em decorrência disso, ganharam um significativo número de livros.

O desejo por parte do poeta urbano advindo das ações e intervenções culturais se ampliou após a composição do acervo, haja vista que mais uma possibilidade de ação cultural emergiu e uma ação maior poderia dar suporte às outras já desenvolvidas pelo grupo: compartilhar o acervo com a comunidade e disponibilizar um espaço físico adequado à prática leitora. Em 1994, surge a *Biblioteca Prometeu Itinerante* com o objetivo de realizar uma ação mais efetiva no campo da leitura e do livro.

Nos primeiros momentos de sua existência, a *Prometeu Itinerante* funcionou em uma banca de revista instalada na Praça do Campo Grande, centro de Salvador e, segundo o próprio Douglas, “fomos convidados a nos retiramos, da praça pela prefeitura, em 199-, o que não fizemos, até que fomos expulsos.”

Com o despejo da Praça do Campo Grande, a *Prometeu Itinerante* foi instalada em uma pequena casa, no bairro da Boca do Rio, na Rua Lavinia Magalhães n.º 8F. No ano de 2005, este espaço de leitura mudou-se para a Rua Gustavo Santos, n.º. 38, do mesmo bairro, em uma casa maior.

A *Prometeu Itinerante* é uma biblioteca que tem seu acervo fixo e um acervo de extensão, que é utilizado para visitas às escolas do município ou de localidades próximas de Salvador. No mesmo endereço em que funciona a *Prometeu*, encontra-se funcionando a Biblioteca Infanto-juvenil *Betty Coelho*, em homenagem a uma conhecida contadora de história baiana. A iniciativa passa a ser apoiada pela Petrobrás através da sua regional na cidade do Salvador.

Estrutura

O EAL-1 funciona em um espaço alugado, possui uma sala para acervo infanto-juvenil outra para literatura em geral e amplo espaço para realização de ações culturais, como recitais de poesia e contação de história. Neste EAL existe o cadastro de usuários, controle de empréstimos e estatística diária de circulação de

usuários. O acervo não é catalogado e as obras são classificadas pelas grandes áreas do conhecimento.

O volume de livros registrados é de aproximadamente 5.000 exemplares, organizados pelas grandes áreas do conhecimento.

Não possui um acervo de livros didáticos, apenas de literatura brasileira e universal, literatura infanto-juvenil e alguns títulos na área de Ciências Sociais. Não possui assinatura de periódicos e poucas obras de referência.

Possui telefone, computador, Internet, mas ainda não disponibiliza acesso desse equipamento aos usuários.

Douglas Almeida, por ser o mais antigo coordenador dos EALs em Salvador, está enfrentando o desafio de criar uma associação que congregue todos os ambientes alternativos de leitura existentes na cidade. O nome dessa entidade é *Coletivo de Bibliotecas* e busca conseguir recursos financeiros por meio da elaboração de projetos, a fim de que cada EAL tenha computador e se mantenha funcionando com suas despesas pagas.

As ações culturais desenvolvidas são recital de poesia; lançamento de livros; contação de história; palestras.

6.4.1.2 EAL 2 – Léo Braeckmans

Histórico

Este espaço de leitura, a exemplo dos outros três apresentados na seqüência, fazem parte da *Associação Esperança* – coordenada pela Dra. Dora –, entidade que atua no subúrbio de Salvador. Essa associação foi fundada por um padre de origem belga chamado Leo Braeckmans, tendo realizado muitas ações na área social entre os moradores daquela região da cidade.

Em 1995, por iniciativa do padre belga, é instalado o Congo Posto Médico Social. Vale ressaltar que não houve apoio do poder público para o posto de saúde funcionasse, este equipamento social ganhou o apoio da comunidade circunvizinha que, em seguida, conseguiu instalar no mesmo local a Biblioteca do Congo, e em julho de 2005 passa a se chamar Leo Braeckmans, em homenagem ao seu idealizador já falecido.

A responsável, Edilsa Bispo Costa, possui o ensino básico completo, reside próximo ao espaço de leitura em que atua, é remunerada pela Associação Esperança e trabalha com mais três voluntários que fazem atendimento ao usuário e ações culturais.

Estrutura

O EAL-2 está instalado em uma sede própria em rua de barro; possui um salão de leitura compartilhado com o acervo. Encontram-se quatro mesas de madeira com oito lugares cada uma; as estantes são de madeira e tijolinho, construídas nas paredes.

O acervo de aproximadamente 5.000 volumes é composto, na maioria, por livros didáticos e obras de referência, portanto, atende à pesquisa escolar e os livros de literatura existentes no acervo. São de títulos voltados para o atendimento aos estudantes que irão prestar o exame vestibular.

Sem catalogação, as publicações do acervo são tombadas e distribuídas nas estantes por grandes áreas, isto porque Edilsa participou do curso de auxiliar de biblioteca oferecido pela BIBEX.

Não possui cadastro de usuários e não faz empréstimos; realiza estatística diária da circulação dos usuários, registrando uma média de circulações é de 120 leitores por dia.

Não possui assinatura de periódicos e o acervo é montado a partir das doações da comunidade próxima ou de pessoas que conhecem a iniciativa e se sensibilizam com o projeto. Possui telefone e não possui computador. Faz parte do *Coletivo de Bibliotecas*.

As ações culturais desenvolvidas são: hora do conto e palestras.

6.4.1.3 EAL-3 : *Biblioteca Jorge Amado*

Histórico

Este EAL integra a *Associação Esperança*, e foi fundada em 2003. A responsável por este espaço de leitura é Tatiana Bina da Anunciação que possui o

ensino básico completo. Ela é remunerada pela *Associação Esperança* e trabalha com mais dois voluntários, jovens que residem próximo ao EAL e realizam peças de teatro e contação de história no jardim lateral do espaço.

Estrutura

Possui sede própria e a rua onde funciona é asfaltada. Há um jardim na entrada e um outro na lateral do EAL, com árvores frutíferas.

O salão de leitura compartilha o espaço com as estantes semelhantes às de Leo Brackmans (madeira e tijolinho). Este espaço é maior do que o anterior. Neste EAL encontra-se um mezanino e o total de dez mesas instaladas com capacidade para seis leitores em cada uma.

O acervo é composto por livros didáticos e obras de referência, portanto, atende à pesquisa escolar e os livros de literatura existentes no acervo são de títulos voltados para o atendimento aos estudantes que irão prestar o exame vestibular.

O público que frequenta o espaço em sua maioria é composto por jovens do sexo feminino. Possui cadastro de usuários e realiza empréstimos apenas das obras literárias; realiza estatística diária da circulação dos usuários e o acervo não está catalogado, mas há classificação por grandes áreas, possui um livro de registro das obras que fazem parte do acervo, isto porque a responsável fez curso para auxiliar de bibliotecas, oferecido pela Biblioteca de Extensão da Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BIBEX.

O volume total de livros do acervo é de 3075 exemplares e o número de leitores inscritos é de 383.

Não possui assinatura de periódicos e o acervo é montado a partir das doações da comunidade próxima ou de pessoas que conhecem a iniciativa e se sensibilizam com o projeto.

Possui telefone e computador, no entanto, o equipamento não está funcionando. Faz parte do *Coletivo de Bibliotecas*.

As ações culturais desenvolvidas são a hora do conto; apresentação de grupos de teatro; palestras; cine-vídeo.

6.4.1.4 EAL- 4 Bairiri

Histórico

Fundada em 1999, funciona em espaço próprio, e a exemplo da Jorge Amado e Leo Braeckamans, também faz parte da *Associação Esperança*, isso permite que a responsável Luciana Ribeiro, que tem o ensino básico completo, seja remunerada.

A parceria estabelecida entre esses espaços de leitura permite que elas tirem suas dúvidas em relação a determinados procedimentos e busquem trabalhar em sintonia, já que o público que frequenta os três espaços é parecido: crianças, adolescentes e jovens carentes.

Estrutura

Além de Luciana, no espaço atuam mais dois voluntários que realizam ações culturais de contação de história e teatro.

O espaço é arejado, está instalado em uma rua asfaltada e tem o mobiliário semelhante aos outros dois EALs integrantes da *Associação Esperança*. São quatro mesas de madeira com seis lugares cada uma e estantes de tijolinho e madeira, construídas na parede.

O acervo é registrado em livro próprio e totaliza um número de 3.400 volumes, organizados pelas grandes áreas do conhecimento. Os livros do acervo são, em sua maioria, para atender a pesquisa escolar.

Este EAL realiza empréstimo de livros de literatura e possui cadastro de leitores que registra um número de 376 inscritos. Luciana afirma que os 100 leitores que frequentam diariamente este espaço de leitura são crianças e adolescente e, em sua maioria, são do sexo feminino.

Possui telefone e não possui computador. Faz parte do Coletivo de Bibliotecas.

As suas ações desenvolvidas são hora do conto; oficinas de reciclagem de materiais; palestras.

6.4.1.5 EAL-5 Prof. Milton Santos

Histórico

Fundada há 4 anos este EAL compartilha o espaço onde está instalada com um centro de saúde.

Seguindo o modelo de outras bibliotecas instaladas no subúrbio ferroviário de Salvador, o EAL Milton Santos, também contou com o apoio do padre Leo Braeckmans.

O responsável é Leandro Bispo que tem o segundo grau completo e atua no espaço há dois anos. Ele é remunerado e conta com o apoio de mais três voluntários que desempenham ações culturais no espaço.

Estrutura

Possui um acervo de 4.500 volumes de livros didáticos, literatura e periódicos e atende basicamente a pesquisa escolar.

Os livros são organizados por grandes áreas do conhecimento. Há controle estatístico dos usuários que circulam pelo espaço que registra uma média de 230 leitores por mês. Promove um curso de pré-vestibular.

Possui telefone, mas ainda não dispõe de computador. Não faz parte do Coletivo de biblioteca.

As ações culturais desenvolvidas são Contação de história; Palestras na área de saúde e direitos humanos.

6.4.1.6 EAL 6 – Paulo Freire

Histórico

Este EAL foi fundado em 2/05/2001, está juridicamente ligada à Associação Cultural Sophia, uma organização sem fins lucrativos que mantém o espaço e seus funcionários. Nasceu da iniciativa do padre belga Leo Braeckmans e conta, atualmente, com apoio efetivo de um outro belga que desenvolve ações no campo da assistência social às pessoas carentes do subúrbio ferroviário de Salvador.

Estrutura

Localizada em uma chácara com aproximadamente 300 m² de terreno e funcionando em uma casa com dois pavimentos, este EAL atende a comunidade carente, principalmente crianças e adolescentes, porque no espaço funciona uma creche e um posto de saúde.

O responsável pelo espaço é José Edmilson de Souza, possui o 3º grau completo e sua habilitação é em teologia. Juntamente com Edmilson trabalham mais quatro pessoas, todas remuneradas pela associação.

O acervo é composto por livros didáticos, literatura brasileira e universal e um número grande de livros de literatura infanto-juvenil.

Este foi o único EAL que tem o controle do número de título e exemplares do acervo, sendo que se encontram 4.924 títulos e 5.932 volumes.

O espaço do acervo e salão de leitura é compartilhado, são doze mesas com seis lugares.

Realiza estatística mensal da circulação diária dos usuários sendo que até o mês de outubro de 2005 freqüentaram o espaço 10.800 leitores, e a maioria é do sexo feminino.

Na área externa da *Paulo Freire* encontra-se um pomar com árvores frutíferas e um espaço para realização de ações culturais.

Possui telefone, e possui computador, este equipamento ainda não está disponível aos seus leitores, mas em um curto período de tempo será implantado um projeto de inclusão digital. Pertence ao *Coletivo de Bibliotecas*.

As ações culturais desenvolvidas são clube da leitura; hora do conto; cine-clube (com discussão do tema após a exibição da história); palestras.

6.4.1.7 EAL-7 Sete de Abril

Histórico

Fundado em 27/07/2002, este EAL nasce da iniciativa da sua responsável, Gicélia Maria de Melo Barros, que em 2002 foi informada por Douglas Almeida (da *Prometeu Itinerante*), a respeito de uma possível disponibilização do governo federal para aquisição de seis computadores, viabilizada pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST.

Este fundo prevê entre outros objetivos, a implantação de acessos individuais para prestação do serviço telefônico, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde, conforme estabelece a própria lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Interessada em instalar computadores na comunidade, Gicélia procurou apoio entre seus vizinhos e juntos elaboram um projeto que foi encaminhado para o Ministério da Cultura. O projeto deveria informar que a biblioteca, onde os computadores seriam instalados, possuía estrutura mínima de laje de concreto e um acervo com mais de 500 títulos.

Motivados pela possibilidade do acesso aos computadores, os membros do grupo entraram em contato com o padre da igreja local e solicitaram um espaço para instalarem a biblioteca comunitária do bairro, sendo que não houve objeção do religioso. Assim, foi instalada no porão da igreja do bairro de Sete de Abril a biblioteca comunitária. Quanto aos seis computadores que seriam disponibilizados pelo FUST, até o presente momento não foram enviados nem houve resposta por parte do ministério. Contudo, apesar dos computadores e o acesso às chamadas infovias não tenham chegado ao EAL do bairro de Sete de Abril, neste espaço a comunidade conquistou o acesso ao livro.

Estrutura

Filiada há pouco tempo à *Federação das Associações de Bairro de Salvador*, este EAL não funciona em sede própria, no entanto, a Associação que

congrega os amigos da biblioteca recebeu um terreno onde será construído o prédio e em seguida será definitivamente instalado o espaço de leitura do bairro.

O pequeno espaço onde a biblioteca funciona, partilha o acervo com o salão do usuário. Encontram-se quatro mesas com oito lugares cada uma, as estantes são de aço e não estão muito conservadas.

O acervo em torno de 5.000 exemplares é composto por doações dos vizinhos. São publicações voltadas para o atendimento à pesquisa escolar, concursos públicos e exame vestibular. O EAL recebeu, na época de sua fundação, uma doação de aproximadamente 500 volumes da BIBEX.

Não há catalogação das publicações e, graças ao serviço voluntário de uma estudante do curso de biblioteconomia da UFBA e moradora do bairro, os livros estão organizados por grandes áreas do conhecimento.

Possui cadastro de usuários que registra um total de 253 leitores inscritos, sendo que a estatística mensal que é realizada na biblioteca, aponta uma frequência de aproximadamente 800 usuários por mês.

Possui telefone e um computador que ainda não atende aos serviços da biblioteca e não está conectado à Internet.

As ações culturais desenvolvidas são leitura na praça (com a participação da comunidade local, registra uma frequência de 500 pessoas); realizam ações junto com as escolas; hora do conto.

6.4.1.8 EAL- 8: Quilombo do Beiru

Histórico

Fundada no início de 2003, este EAL nasce a partir da Associação Cultural Quilombo do Beiru, que trabalha a questão da etnia negra, grande maioria no bairro.

Primeiro havia a necessidade de se encontrar um lugar para abrigar a produção do jornal do bairro, que conta com voluntários, jovens de 18 a 25 anos de idade. Em seguida, surgiu a idéia de organizar um acervo temático para fundamentar os artigos do jornal.

A responsável por este EAL, Joelma da Silva, é professora do ensino básico e atua no espaço de leitura como voluntária, juntamente com ela atuam duas jovens voluntárias, uma a cada turno.

Estrutura

O espaço funciona em um local alugado e é mantido por uma associação com poucos recursos. Por ocasião da visita e entrevista desta pesquisa, o EAL estava procurando um outro lugar para instalar o mobiliário e acervo.

São duas mesas com quatro lugares e duas estantes distribuídos em um espaço de aproximadamente 40m². Possui um tímido acervo, 500 volumes, a maioria é romance e obra de referência. Encontra-se um acervo de autores negros e todos os livros são doados pela comunidade local.

São 50 leitores inscritos que possuem cartão de identificação. Os livros não são catalogados e o tombamento começou recentemente.

Possui telefone e não possui computador, pertence ao *Coletivo de Bibliotecas*.

Não realiza ação de incentivo à leitura.

6.4.1. 9 EAL– 09 Quilombo Cecília

Histórico

A Associação Cultural Quilombo Cecília nasce em 1999 com o objetivo de trabalhar questões de raça e etnia. Os membros fazem parte do movimento negro e logo em seguida à fundação da associação perceberam que uma biblioteca seria imprescindível para dar visibilidade às propostas do grupo.

A biblioteca é criada ainda em 1999 com o objetivo de construir um acervo temático de literatura e seus autores, pesquisas, informações de caráter direcionado à raça negra.

O responsável pela biblioteca chama-se Fábio Nascimento, estudante do curso de graduação em história pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL.

Estrutura

O acervo se constitui de livros de literatura, periódicos e hemeroteca especializada na etnia e gênero. São 1.200 volumes classificados pelas grandes áreas do conhecimento.

Não há profissional de biblioteconomia para dar suporte aos procedimentos técnicos, mas fazem o controle dos empréstimos e possuem cadastro de usuários, que registra um número de 302 leitores inscritos.

O acervo é doado pelos membros da associação, vizinhos ou pessoas que se interessam pela causa temática deste EAL. Quando realizam compras, fazem com recursos da própria associação.

Atendem a pesquisa escolar porque possuem livros didáticos em seu acervo, contudo, Fábio destacou que a grande procura dos estudantes ocorre próximo a datas ligadas ao negro no Brasil, a exemplo de 13 de maio (abolição da escravidão) e 20 de novembro (dia da consciência negra).

Não possui telefone fixo, apenas móvel e não possui computador. Pertence ao *Coletivo de Bibliotecas*.

As ações culturais desenvolvidas são contação de história; mostra de filmes; mostra de desenhos infantis; festas com palhaços; capoeira.

6.4.1.10 EAL – 10 Vanda Angélica

Histórico

Funcionando desde 2001, este EAL está filiado à *Associação de Ação Social e Cultural 22 de Dezembro*. Esta associação é reconhecida como de utilidade pública municipal e estadual e pelo Conselho de Assistência Municipal do Serviço Social – CAMSS.

Ressalta-se que este espaço de leitura está vinculado a um político do município de Salvador, Silvoney Sales, e no prédio onde a biblioteca funciona existem outras salas onde são prestados serviços à comunidade, a exemplo de atendimento médico.

Este EAL se destaca dos demais por algumas razões que apontam para uma modalidade de EAL distinta, porque se estabeleceu na sua comunidade e se articulou, por intermédio da política partidária, para se fortalecer, e se aproxima mais do que os outros ao modelo de funcionamento da BP.

A primeira razão está ligada ao fato de que este EAL possui um profissional da área biblioteconomia contratado para o atendimento dos serviços técnicos e administrativos do espaço. A responsável por estes serviços é a bibliotecária Juçara S. Rocha Ferreira.

Estrutura

Localizado na avenida principal, ao lado de uma escola particular e uma igreja evangélica, este EAL não possui placa indicando a existência de um ambiente de leitura naquele local.

Além da bibliotecária, atuam no espaço mais três pessoas, uma pela manhã e duas no turno vespertino, todas remuneradas pela associação. Nesse sentido, destaca-se que a *Vanda Angélica* conquistou um status diferenciado dos demais EALs porque nele não atuam voluntários.

Por outro lado, o acervo é formado por doações da comunidade vizinha, o que demonstra uma semelhança entre este e os demais EALs levantados, ou seja, não há política de compra de livros ou assinaturas de periódicos, o acervo é improvisado.

O atendimento à pesquisa escolar também é o forte desse espaço de leitura que registra uma média mensal de 2.900 usuários. É importante destacar que a grande procura dos usuários por este EAL deve-se em parte ao fato de que ele está localizado em uma região da cidade não atendida, nem por EAL próximo (como é o caso dos localizados no subúrbio ferroviário), nem por uma biblioteca pública, pois a mais próxima fica a 25 km, no Bairro do Costa Azul, a biblioteca Thales de Azevedo.

O acervo é de 6.500 volumes organizados de acordo com as normas da biblioteconomia, há o tombamento das publicações, porém, não há catálogo das publicações existentes nem cadastro de leitores, embora Juçara afirme que os usuários que freqüentam a *Vanda Angélica* são adolescentes e crianças, nesse

sentido os livros didáticos, as obras de referência e a literatura infantil são as publicações mais procuradas.

Possui telefone e o computador está no reparo, no entanto este equipamento nunca serviu de acesso à Internet e as informações da biblioteca foram perdidas após uma pane em seu sistema operacional.

Este EAL não faz parte e não conhece o *Coletivo de Bibliotecas*.

As ações culturais desenvolvidas são a hora do conto; concurso de redação; exposição de romances, poesias e literatura infanto-juvenil.

6.4.1.11 EAL 11 – Brotas

Este EAL-T possui dois anos de existência e seu responsável se chama Lázaro César. Ele recolhe livros há quatro anos e há cerca de dois anos fechou seu restaurante para dar lugar a um espaço de leitura.

Lázaro recolhe livros e módulos de vestibular para distribuir com a comunidade carente. Esta característica faz com que este espaço de leitura seja diferente dos demais, ele não pretende ser uma biblioteca, seu responsável apenas acredita que a distribuição de livros é uma forma de incentivar a leitura. Esta ação se chama *Ler na Praça*.

Por não pretender se constituir uma biblioteca, este EAL não possui um acervo organizado, nem realiza estatística dos frequentadores.

Não possui computador e não pertence ao coletivo de bibliotecas.

6.4.2 EAL-D: Desterritorializado

O EAL-D identifica-se pelos seguintes modelos de atuação: EALs que promovem a leitura são conduzidos por pessoas que gostam de ler, e na maioria das vezes não há profissionais da biblioteconomia dando apoio ao desenvolvimento na área técnica, embora na maioria deles existam pessoas treinadas pela Fundação Cultural da Bahia, através de seu programa de formação de auxiliares de biblioteca, ou ainda treinados por outras instituições.

A pesquisa se dedica a relatar o funcionamento de um EALs, destaca-se a formação da rede social em prol da leitura distinta, o EAL-D apresenta uma nova tendência de organização e estruturação de uma rede de leitores.

O EAL-D nasceu em 2001, por iniciativa de uma estudante do curso de biblioteconomia da UFBA. Ela narra que teve a idéia ao passar por uma banca de revistas e livros usados, localizada próxima à faculdade onde cursa graduação. Ao folhear um livro ali disponível, percebeu que no verso da última página havia um número de telefone e uma solicitação para os interessados em trocar livros. A experiência se restringia apenas a troca de títulos, posteriormente, além da troca de livros, eram realizados encontros para compartilhar experiências de leitura e de vida.

Devido ao caráter horizontal da rede e sua alta capacidade de penetração, por constituir-se em forma aberta, pessoas que tomam conhecimento da rede, se reconhecem com a proposta e se integram ao grupo.

As informações aqui apresentadas sobre esse espaço de leitura, foram recolhidas após alguns encontros com a responsável pela rede. Segundo ela, a rede conta com 26 integrantes, no entanto esse número é bem maior porque cada membro é um multiplicador da proposta da rede. Os números dos telefones de cada um deles, anotados nos versos das últimas páginas dos livros convidam outros tantos a participar da rede.

A metodologia de funcionamento da rede se baseia em encontros regularmente agendados. Os leitores marcam encontros previamente em cada reunião ou por telefone e se encontram em uma estação de transbordo localizada no centro da cidade de Salvador. Por meio desses encontros que ocorrem habitualmente na Estação da Lapa é possível permutar os livros e ainda discutir leituras realizadas e sugerir outras, dentro do gosto comum à rede.

Nos primeiros anos, a rede possuía uma linha comum de leituras. Todos os membros liam romances vendidos em bancas de revistas da coleção Sabrina, Bianca, Júlia e similares, com os livros da autora Bárbara Cartland todos publicados pela Editora Nova Cultural.

Para esse tipo de literatura, o próprio grupo classificou como pertencente a categoria “água-com-açúcar”. Esta categoria de livros faz parte da iniciação dos pares no mundo da leitura.

A responsável informa que busca provocar o gosto dos demais membros, tentando direcionar a leitura para esses romances que têm enredos descomplicados e retiram os leitores da dura realidade em que vivem. Na verdade, é a leitura de evasão que se pratica, mas que leva à prática de ler regularmente.

O EAL-D não possui uma sede, porém, seus 26 membros residem nas periferias, principalmente no subúrbio ferroviário de Salvador. Suas idades variam entre 19 e 35 anos, sendo alguns casados.

Há um inusitado fato, relatado pela responsável pelo EAL-D, a respeito de uma leitora, proibida de ler romances pelo esposo. Nesse caso, a rede busca meios para fazer chegar livros às mãos da companheira, sem que ele perceba. A proibição do marido em permitir o acesso da mulher à leitura é uma discussão misógina antiga quando não acreditava que a leitura trazia males ao feminino, por isso a proibição. *Felicidade clandestina*, de Clarice Lispector, traz uma vaga semelhança no que diz respeito ao comportamento proibitivo e cerceador do marido em impedir o acesso à leitura, pois a personagem infantil em confronto com uma outra criança, colega de sala, cujo pai é proprietário de uma livraria, também a impede de ler o livro mais procurado à época, *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato, e esse cerceamento era motivo de prazer: o prazer da personagem infantil e a do marido contrapõe no prazer da personagem e da esposa – o desejo do acesso à leitura.

Para a leitora cujo prazer de ler é censurado, a rede significa, antes de tudo, um espaço de libertação e de afirmação pessoal, capaz de promover uma felicidade também clandestina porque o contato com a leitura é uma subversão que a leitora, feliz, degusta nas horas ausentes do marido.

O Estado, na medida em que não oferece os espaços para leitura, também censura e impõe dificuldades, ora porque não instrumentaliza os sujeitos para o ato de ler, isto é, não alfabetiza, não ensina a ler, ora porque não incentiva, não estimula, não fomenta uma prática leitora nas escolas, ora porque não disponibiliza bibliotecas públicas em número representativo, seguindo as orientações da UNESCO, por exemplo. Isso, portanto, distancia as pessoas dos livros.

As redes promotoras de leitura, por sua vez, atuam, também no sentido metafórico, como a sábia mãe, criada por Lispector, que quebra as barreiras e permite o contato com o livro e a leitura, pelo tempo que fosse desejado.

Nos encontros realizados durante a pesquisa de campo, a responsável pela rede destacou ter percebido que alguns membros, com o passar do tempo, buscaram outras leituras, por considerarem que as leituras daquele gênero literário tornaram-se insatisfatórias.

Em seu depoimento, a responsável pelo EAL- D demonstra que depois de um certo período, aproximadamente um ano depois, a rede de leitura, sofre a sua primeira *crise*, que se infere não como crise e sim como um avanço. Leitores que migram para uma vertente literária mais complexa demonstraram que ocorreu mudança em seu plano intelectual.

Há leitores que buscaram leituras religiosas, leituras filosóficas, históricas, romances policiais, caracterizando que a leitura, de fato é uma prática social, e que por meio dela os sujeitos tendem a tornarem-se mais exigentes com relação aos conteúdos dos textos que lêem.

Nos encontros entre os membros do EAL-D os leitores praticam o exercício da crítica literária, no entanto, por falta de um direcionamento metodológico dos trabalhos da equipe, não há registro das opiniões, nem controle do que já foi lido e discutido entre eles.

Por se tratar de um EAL, desterritorializado, o acervo não está em um lugar fixo, embora a responsável, sendo uma grande leitora dos livros da coleção Bianca, Sabrina e Júlia e dos clássicos da literatura universal, possui em sua residência um número razoável de títulos para o empréstimo entre os membros da rede.

O acervo é formado por trocas, aquisição em sebos, bancas de revistas, livrarias e em feiras-livres, ou ainda um acervo pessoal que se fragmenta entre os integrantes da rede.

Os integrantes não utilizam computador como ferramenta de trabalho por se tratar de uma rede composta por pessoas de baixa renda, que não têm poder aquisitivo para comprar um aparelho e manter uma conexão à Internet.

A organização desta experiência admite ações por meio de projetos. Um exemplo é o *Abrindo espaços*, que no início teve apoio da UNESCO e da Secretaria de Educação da Bahia. Através desse projeto, os membros fazem oficinas para os moradores do bairro de Plataforma, tais como: cinearte, brinquedoteca e,

principalmente, através do Núcleo de Leitura foi possível reativar uma biblioteca escolar do Município, da Escola Bertoldo Cirilo dos Reis, no citado bairro.

A divulgação e crescimento da rede ocorrem por meio oral, boca-a-boca, principalmente quando os membros se encontram nos ônibus ou nas praças.

6.5 CONCLUSÕES

Os EALs pesquisados neste trabalho se caracterizam pelas relações sociais de caráter primário, como colocado por Dias (2005) com forte participação da população local, com o objetivo de responder às demandas no campo do acesso à biblioteca e à pesquisa escolar.

Os EALs surgem na cidade do Salvador nos últimos 10 anos, sendo que o mais antigo deles está assumindo um papel de orientador geral dos demais e de novos que venham ser criados.

A multiplicação dos EALs, está ligada à falta da biblioteca escolar e associada à inexistência de bibliotecas públicas nos bairros periféricos e, principalmente, à iniciativa das comunidades carentes de instalar equipamentos sociais nas proximidades de suas casas.

Sabendo-se que os recursos do Estado não chegam a essas populações, os EALs, na maioria das vezes, são montados com recursos que a comunidade consegue levantar entre seus pares. Com isso, eles funcionam em ambientes improvisados e possuem acervos compostos basicamente por doações dos vizinhos ou pessoas sensibilizadas pela iniciativa.

Grande parte dos EALs-T, embora não possuam profissionais de biblioteconomia, tem o controle mínimo do acervo e localiza os livros nas estantes, pelas grandes áreas do conhecimento. Eles realizam empréstimo domiciliar das obras literárias, possuem controle de usuários e estatísticas da circulação de livros.

Dos onze EALs-T pesquisados, nove fazem parte da *Associação Coletivo de Bibliotecas*, o que sinaliza para uma organização dos responsáveis por esse espaços de leitura, na perspectiva de juntos conquistarem mais recursos e o estabelecimento duradouro em suas comunidades.

O EAL Vanda Angélica e o EAL de Brotas não pertencem ao *Coletivo de Bibliotecas* e alegam desconhecer a existência dessa organização.

Observamos que em todos os EALs visitados, acesso ao livro é facilitado pelo ambiente. Em todos eles não há barreira entre o salão de leitura e as estantes, porém, os leitores que vão buscar a pesquisa escolar, a exemplo do comportamento que desempenham na BP, esperam que os mediadores de leitura entreguem em suas mãos, de preferência na página correta, a pesquisa que eles pretendem realizar.

Os responsáveis pelos EAL-T sabem da importância desses espaços para as comunidades onde eles estão inseridos, e buscam realizar ações culturais para dar visibilidade ao lugar. Em vários depoimentos, foi recorrente ver a preocupação dos que estão à frente do EAL em promover ações de incentivo à leitura, embora o forte da procura seja a pesquisa escolar.

Quanto à motivação de criar um EAL, é interessante ouvir o que disse Fábio Nascimento, responsável pelo EAL- 9:

[...] o fato de criarmos um espaço deste tipo, sinaliza que o Estado não contempla o povo com bibliotecas, não se preocupa com a informação para as pessoas. Sabemos que aqui eles sentem-se bem, do contrário eles não voltariam e a frequência não seria tão grande, principalmente entre uma população tão complexa como a do Centro Histórico. (EAL-T Quilombo Cecília).

A flexibilidade do acesso livre às estantes aproxima o leitor do livro, torna a procura pela uma ação sem preconceitos, sem constrangimentos. As descobertas acontecem a partir dessa relação, e os espaços de leitura ganham aliados.

Quanto ao empréstimo de livros, os responsáveis sabem que não é fácil controlar e fazer com que seus leitores tenham a responsabilidade de devolverem as publicações emprestadas. Perguntados em entrevista sobre esse assunto, todos expressaram saber que o importante é mostrar aos usuários que aquele espaço é de todos, que o acervo foi montado pelas doações de seus vizinhos, ou seja, pessoas que possuem condições sociais semelhantes às deles.

Os prazos de devolução variam, não são fechados entre 8 e 10 dias, como geralmente ocorre na BP, nesses espaços, os prazos são mais flexíveis, como no Quilombo do Beiru:

[...] negociamos o tempo para a leitura e para a devolução do livro, dessa maneira, buscamos incentivar a leitura. Não queremos que ninguém leia às pressas. Se demorem de devolver cobramos, como em qualquer biblioteca. (EAL-T do Quilombo do Beiru).

Quanto às questões organizacionais, nota-se que eles buscam ter um acervo organizado e informatizado, e nos EALs visitados, os responsáveis disseram estar aguardando a visita da BIBEX, já sinalizada anteriormente, para começarem a informatização do acervo, o que facilitaria muito a busca e recuperação das publicações.

Em todos os EALs visitados, percebe-se que os leitores e os responsáveis compreendem a importância daquele espaço para a sua comunidade, embora saibam que muito há de ser feito para que, de fato, eles possuam uma biblioteca pública. A maior queixa dos envolvidos é o serviço voluntário, os envolvidos esperam ser remunerados por suas atividades, o que permitirá uma maior dedicação ao trabalho.

Com relação ao acervo constituído e existente nos onze EALs fisicamente instalados pode-se ver o quantitativo de cada um deles no gráfico abaixo:

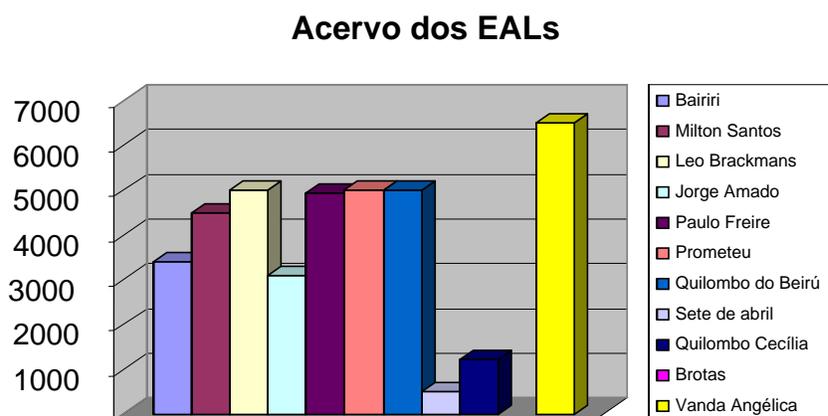


Figura 6 – Gráfico 2: Acervos dos EALs
Fonte: Autora

O acervo é composto basicamente por livros e alguns jornais e revistas que chegam por doação.

O público é composto por adolescentes, jovens e adultos. Isto é justificado em todos os EALs pesquisados, quando se destaca que a busca de livros e assuntos é muito grande pelos jovens que vão fazer vestibular.

Segundo o gênero, as mulheres são as maiores frequentadoras desses espaços, em detrimento do público masculino.

A grande queixa dos responsáveis pelos EALs está relacionada ao fato de que esses ambientes não possuem financiamento público para o funcionamento. Uma outra questão levantada na pesquisa é que os responsáveis sentem dificuldade de organizar o espaço, seguindo uma ordem clássica, da biblioteconomia. Isto porque eles não possuem grandes conhecimentos na área técnica.

Os responsáveis buscam apoio na área da biblioteconomia, porém não encontram ajudas satisfatórias. Os EALs que se espelham na biblioteca, se autodenominam, na maioria das vezes, de *bibliotecas comunitárias*, o que, segundo o Cadastro Nacional de Bibliotecas do MINC, não é uma realidade. Outros EALs se identificaram com o tratamento de *Espaços Alternativos de Leitura*, e tomaram conhecimento desta denominação na hora em que foram entrevistados, ou na entrega dos questionários.

Tratando-se de ambientes que buscam na biblioteca pública a inspiração de um modelo a ser seguido, e provavelmente alcançado, os EALs desenvolvem ações culturais de incentivo à leitura. Os animadores culturais realizam seus trabalhos de forma empírica, a maioria dos agentes culturais nunca participou de nenhum curso específico para contador de história, ou para a promoção de oficinas nessa linha. As suas ações são movidas pela vontade de atingir os objetivos inerentes à biblioteca pública.

Com relação ao questionário aplicado entre os leitores desses EALs, foi possível verificar que os usuários buscam o ambiente para realizarem pesquisas escolares, e a maioria desses leitores nunca esteve em uma biblioteca pública institucionalizada. Os usuários que já freqüentaram uma biblioteca pública afirmam que o atendimento nos EALs é melhor do que o dispensado pela BP, porém o acervo para o atendimento à pesquisa deixa a desejar, sendo necessário uma maior atualização das publicações.

A preferência em freqüentar um EAL ocorre basicamente em função da proximidade do bairro em que os usuários residem. Uma escolha, portanto, ligada à questão financeira, e não ao acervo.

As BPs de Salvador, estão localizadas na zona central da cidade e os EALs estão espalhados por bairros periféricos, esse distanciamento que há entre os espaços institucionalizados de leitura e a periferia é um dos fatores que promove o

nascimento de um EAL. As BPs, por sua vez, não possuem grandes atrativos para trazer leitores de bairros mais distantes para freqüentarem seus espaços.

As visitas aos EALs mostram que existem pessoas querendo contribuir para a transformação da suas condições de vida, trabalham voluntariamente, ou pouco remunerados na tentativa de promover o acesso à informação, e seja pela imitação a um modelo institucionalizado de biblioteca ou por um caminho de leitura não fomentado pelas elites literárias.

Nos depoimentos dos leitores encontra-se uma moldagem desse fenômeno chamado de EAL, que se integra vida dos moradores da periferia de Salvador.

7 A VOZ DOS LEITORES

Nos EALs pesquisados, as falas dos leitores apontaram para uma reflexão em torno das alternativas surgidas para oferecer acesso ao livro e à leitura, para uma grande parcela da população que está excluída do letramento e da biblioteca institucionalizada.

A iniciativa dos responsáveis pelos EALs remete a uma reflexão sobre a seguinte questão: o que leva esses responsáveis a prosseguirem em um trabalho incansável, que não representa *status* nem ascensão social?

A resposta, que pode ser muito complexa, e não é o objeto deste trabalho, provavelmente se respalda nos resultados obtidos, através das estatísticas diárias, feitas por cada espaço de leitura visitado durante a pesquisa. Esses EALs não são ambientes experimentais, nem testam modos e modelos de atuação, sendo essa uma forte razão para o seu estabelecimento.

Quando desvelamos algumas particularidades, contidas nas falas dos leitores envolvidos neste estudo, segue-se na perspectiva de externar opiniões e trazer mais elementos para a compreensão dos EALs.

Tratando da conveniência de poderem contar com um espaço de leitura, instalado nas proximidades de suas residências, os leitores reconhecem que é muito bom poder contar com uma biblioteca no bairro onde moram. As respostas reforçam a premissa de que as ações públicas devem ser urgentes para suprir a carência desses espaços na cidade de Salvador:

[...] eu moro no subúrbio, daqui pro centro da cidade é muito longe. Minha mãe trabalha o dia inteiro e ganha muito pouco, não tenho dinheiro pra pegar um ônibus até a Estação da Lapa, essa biblioteca, pra mim é ótima. (EAL-T).

[...] a gente aqui tem muitos livros, acontece muita coisa aqui [...] eu gosto, nunca fui em outra biblioteca, mas já vi num filme, elas são bem maiores do que essa. (EAL-T).

[...] eu venho aqui todos os dias se fosse longe, como que eu ia fazer meu dever de casa? aqui eu encontro quem me ajude. (EAL-T).

[...] o interessante foi saber que tinha gente aqui no mesmo bairro que gostava de ler as mesmas coisas que eu (EAL-D)

[...] conheci pessoas por causa do nosso grupo de leitura, agora conheci também pessoas de lugares que nem sei direito onde fica (EAL-D).

Os leitores do EAL-D se aproximam por causa da leitura de textos comuns. O fato de não haver um prédio com livros para os leitores freqüentarem e retirarem livros por empréstimo, não impede que os membros dessa rede leiam. Também é possível perceber que esses leitores acham interessante poder encontrar seus pares quanto se trata de partilhar textos.

Nos EALs-T encontra-se leitores que se identificam com outros a partir do acervo da biblioteca, a exemplo da Betty Coelho – que o acervo é infanto-juvenil e a Quilombo Cecília – que o acervo é voltado para temas étnicos.

É importante destacar que entre os EALs visitados, dois deles filiam sua identidade à causa étnica da raça negra, são eles: o Quilombo do Beiru e o Quilombo Cecília, dois espaços de leitura localizados em bairros com população de maioria negra:

[...] eu gosto de freqüentar esta biblioteca, porque encontro livros que me identifico, também encontro alguém pra trocar idéias e sempre tem uma atividade com a hora do conto [...] (EAL-T).

O papel de agregar os pares ou criar um ambiente de cumplicidade entre os usuários é missão da biblioteca e alguns EALs-T estão trilhando também nesse sentido, portanto, se deve valorizar as iniciativas das ações culturais realizadas nesse nesses espaços, pois ainda que de forma tímida, esses eventos dão visibilidade ao EAL e podem conquistar leitores.

No EAL-D, o grande evento cultural é o encontro dos seus membros em uma estação de transbordo de ônibus, ou em uma das praças de grande confluência de pessoas, no intuito de viabilizar a participação de um número grande de leitores:

[...] o nosso próximo encontro vai ser na próxima sexta-feira, vai ser 7 da noite, porque aí a maioria já saiu do trabalho. Vamos discutir a biografia de Nelson Ned. Ele é evangélico, mas tem muito a ensinar, já esteve pelo mundo das drogas e tudo mais. (EAL-D).

Ainda existem bibliotecas institucionalizadas que não permitem o livre acesso aos livros, e esse é um fator que pode afastar leitores dos livros, impedindo que “se toque no livro” como afirma um usuário entrevistado;

[...] freqüentei por muito tempo, uma biblioteca pública do Estado, mas me sentia muito distante do acervo. Lá não tinha livre acesso. Certa vez, queria ler um livro de Jorge Amado, não sabia exatamente o título, já havia lido alguns, mas estava querendo ler um outro. Ao chegar no balcão de atendimento, solicitei um livro de Jorge Amado, a atendente me perguntou qual o título, eu não sabia, mas convenci aquela senhora a me trazer um título qualquer, quando o livro chegou, percebi que não era aquele livro que eu queria ler, aí fiquei constrangida em pedir à atendente para pegar um outro livro dele. (EAL-D).

[...] no nosso grupo é bom, lemos um livro, colocamos o endereço no fundo do livro e depois levamos pra trocar, nessa hora, a gente toca no livro, fica aquele jogo [...] aí tem uns que a gente se apaixona e que levar logo. (EAL-D)

Quanto ao empréstimo de livros, os responsáveis sabem que não é tarefa fácil controlar e fazer com que seus leitores tenham a responsabilidade na data de devolução. Quando perguntados, em entrevista, sobre esse assunto, todos os responsáveis expressaram saber que é importante mostrar aos usuários que aquele espaço é de todos, que o acervo foi montado pelas doações de seus vizinhos, ou seja, pessoas que possuem condições sociais semelhantes às deles.

Os prazos de devolução variam, não são fechados, entre 8 e 10 dias, como geralmente ocorre na BP, nesses espaços os prazos são mais flexíveis, como no Quilombo do Beiru:

[...] negociamos o tempo para a leitura e para a devolução do livro, dessa maneira, buscamos incentivar a leitura. Não queremos que ninguém leia às pressas. Se demorarem de devolver cobramos, como em qualquer biblioteca. (EAL-T).

uma biblioteca pressupõe que o usuário já saiba o autor ou o título ou o assunto, não sabem dizer as novas aquisições, aqui os livros mais lidos ficam em destaque na estante. (EAL-T)

[...] toda vez que entro aqui na biblioteca, eu fico surpresa, a cada dia descubro um livro novo, mesmo que semana passada tenha olhado todos da estante. (EAL-T).

[...] não existe aquela distância entre o leitor e o livro, muito pelo contrário, não tem muro de contenção onde você não pode colher o que quer (EAL-T).

[...] eu pego um livro e trago pra mesa...leio , às vezes devolvo porque não é o que eu quero, posso escolher o livro que quero, é muito bom (EAL-T).

No item atendimento, os leitores foram unânimes em afirmar que estão satisfeitos com o tratamento que recebem no EAL-T que freqüentam, no EAL-D o atendimento é diferente do tradicional, está relacionado ao atendimento da

solicitação de algum livro e seu dono, e o tempo em que o pedido demora para chegar ao leitor, e mesmo assim, não houve queixa:

[...] acho bom o atendimento que me dão, eu conheço todo mundo que trabalha aqui, eles já sabem a pesquisa que eu venho fazer, aí é tranquilo. (EAL-T)

[...] não demora muito não para receber o livro que se quer. Quando um dos membros do grupo quer um livro, faz o seguinte: ou marca para passar na casa do dono do livro, ou marca um lugar pra se encontrar (EAL-D).

Em um EAL-D não há uma coleção concreta para ser visitada, nem se percorre corredores de livros, mas o acervo existe e é vivo, está nas casas dos leitores e no compartilhamento do estilo literário. Há uma cumplicidade entre os seus membros, uma parceira que se concretiza nos encontros previamente marcados. O acervo é conhecido por todos e, embora não seja muito vasto, permite discussões calorosas e prazerosas:

[...] o acervo é formado a partir dos nossos gostos, não compramos ou trocamos livros que não gostamos de ler. (EAL-D)

[...] só compro romance “água com açúcar” tem alguns que não troco de jeito nenhum eu tenho o maior ciúme para emprestar. EAL-D)

[...] eu acho que o acervo é diversificado sim, só na minha casa tem 133 títulos da Nova Cultural. (EAL-D).

[...] geralmente eu compro ou troco livros em uma banca que tem do bairro do Canela, perto do supermercado, a dona já sabe o que eu gosto de ler e me dá até recados dos companheiros, porque quase nenhum membro do grupo tem telefone. (EAL-D)

As trocas feitas com os livros no EAL-D possuem um aspecto interessante, a depender do autor, do título ou da série, um livro pode dobrar seu valor, ou seja, na troca não será um livro pelo outro, mas sim para um livro classificado como muito bom, deverá ser entregue dois livros. Essa forma de mercar os livros *usados* é comum nas bancas de revistas freqüentadas pelos membros da rede.

As leituras feitas pelos membros do EAL-D, são na sua maioria, compostas por autores estrangeiros, mas encontramos alguns autores nacionais citados, como: Maria Prado Lemos, Paulo Coelho e Jorge Amado:

[...] lemos muitos livros da literatura estrangeira e já conhecemos muito bem a forma como cada autor dos livros que gostamos, escreve. Foi aí que escrevemos para a editora reclamando que os de Bárbara Cartland não eram mais os mesmos. (EAL-D)

[...] os livros de Janet Dailey, escritora americana, são os meus preferidos, eu empresto, mas não troco (EAL-D).

A motivação para ler, e os interesses de leitura se entrecruzam; não obstante, alguns leitores do EAL-D descobriram o interesse por outras leituras tidas como mais exigentes na compreensão:

[...] eu comecei lendo os livros que a gente encontrava com os companheiros do grupo. Aí...eu li um livro chamado Operação Cavalo de Tróia, passei a me interessar por ficção científica, e gosto muito de ler filosofia. (EAL-D)

[...] eu não desprezo nunca um livro, mas não abro mão da leitura de romance “água com açúcar”, eu já até sei como é a história, toda, são parecidas, mas quando eu estou lendo acho que o autor escreveu como se fosse uma música. (EAL-D).

As motivações para a leitura e os interesses por ela diferem não só para os vários grupos de idade, mas também para cada tipo de leitor. As tipologias de leituras criadas pelos membros do EAL-D são baseadas nas preferências deles por determinadas espécies de leitura:

- Tipo “água com açúcar” – preferido pelos leitores que buscam o sonho, muito procurado pelas mulheres do grupo;
- Tipo “sangrento” – realista, preferido pelos leitores mais jovens do grupo;
- Tipo biografia – o leitor busca razões e explicações para sua vida, relatos sobre pessoas que mudaram suas vidas, seus negócios, sua fé, preferido pelos jovens ou evangélicos.

O grupo, que no início tinha 15 membros, chegou a 26 participantes nos encontros e discussões de leitura, mas quando alguns membros partiram para

outros tipos de leituras, alguns membros não ficaram muito contentes, com a *quebra* da coesão entre os companheiros:

[...] eu pensava que a cada dia o grupo só ia aumentar, mas o grupo foi se dividindo, conforme o gosto de cada um, têm os que lêem ficção, os de filosofia e os evangélicos(EAL-D).

Alguns leitores ficaram mais exigentes no que deveriam ler, muitos, antes de participar da rede, não tinham o gosto pela leitura, agora são leitores freqüentes, e mais *seletivos* com relação às suas escolhas literárias. Ao mesmo tempo, existe aquele membro da rede que não pretende abrir mão das suas leituras *leves*, classificada como sendo escapista.

A leitura escapista remonta à necessidade que o leitor tem de satisfazer desejos. Esse tipo de leitura tem sido o forte do EAL-D. Por meio desse tipo de leitura pode-se dizer que a pessoa deseja escapar da realidade, viver num mundo sem responsabilidades, nem limites. Considerada só pelo conteúdo, a leitura escapista é vista com um certo preconceito pelos acadêmicos e, assim, as revistas ilustradas e romances baratos devem sua existência à propensão para a leitura escapista:

[...] temos uma companheira que adora ler, ela é fã da autora Janet Dailey, mas o marido dela não gosta desse tipo de leitura, ou melhor: ele a proibiu de ler livros, mas nós damos um jeito de fazer com que ela leia o que gosta. Temos muitas estratégias. (EAL-D).

Quando partimos para observar os leitores mais jovens, nos deparamos com um volume razoável de livros de literatura infanto-juvenil existentes nos EALs-T.

A Literatura Infantil é importante para que as crianças tenham contato com a ficção e mitos, histórias, contos, poesias. Qualquer que seja a sua forma de expressão contribui para a formação do acervo informacional das pessoas. Nos EALs-T encontram-se várias ações culturais que se utilizam o livro de literatura infantil para atrair a criança para a literatura:

[...] a gente além de atender bem, tratar bem os leitores, explicamos a importância do livro e da leitura, mostramos que esse espaço é deles e que precisamos ler muito, e uma forma de trazer os meninos para a leitura é contar história para eles. (EAL-T)

Os depoimentos e relatos indicam que a motivação para a leitura existe, o que falta é o apoio do Estado para mediar uma parceira, na qual as vantagens seriam mútuas.

O que se percebeu com essas visitas, é que os EAL-T podem migrar, passar por fases e se aproximar muito das bibliotecas institucionalizadas, já encontramos EAL com bibliotecário trabalhando e remunerado.

É importante destacar que os EALs estão chamando a atenção da sociedade para um discurso silencioso, mas não mudo, que lentamente se fortalece nas periferias da cidade, onde as pessoas querem ter acesso ao livro e à leitura. É um discurso silencioso porque o Estado não quer ouvir, mas é evidente o grito que vem da periferia clamando por um apoio. A motivação é concreta, mesmo que nos espaços desterritorializados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Leitor, é tempo de a tua agitada navegação encontrar um cais. Que porto pode colher-te com maior segurança do que uma grande biblioteca?

(Ítalo Calvino)

Ao retomar os diversos aspectos em torno da leitura, do acesso à informação e ao conhecimento por meio dos espaços de leitura, sejam eles formais ou alternativos, constata-se, em princípio, a ausência de políticas públicas na área de bibliotecas, sobretudo na Biblioteca Pública, capazes de orientar e fomentar, criar e fidelizar um público leitor. Constata-se, ainda, que esta mesma ausência deixa em aberto as ações de caráter popular, como os Espaços Alternativos de Leitura.

A condução das agendas e das políticas públicas da área educacional e cultural – interface que compreende, gerencia e orienta as diretrizes e ações governamentais diante das questões da leitura – não atinge satisfatoriamente seus objetivos porque está relacionada, prioritariamente, a dimensão institucional da cultura e da educação, isto é, aos aspectos funcionalistas – uma vez que o que são pautados por normas –, o que já evidencia um distanciamento e um descuido diante da complexidade que estes dois fenômenos compreendem.

Por um lado, instituições como as escolas e universidades se encarregariam de formar e capacitar o sujeito para a leitura, e por outro, as bibliotecas deveriam oferecer serviços, ferramentas e dispositivos para dar suporte às práticas leitoras. No entanto, a formação do sujeito leitor, na escola, como se verificou a partir da análise do Relatório PISA, apresenta insuficiências; a questão cultural, por sua vez, se restringe ao conjunto de equipamentos, ou aparelhos, culturais específicos, que constituem o chamado circuito cultural: museus, bibliotecas, teatros, salas de exibição. Estas políticas são orientadas para este mercado e atuam como meras difusoras. Depreende-se ainda que, da maneira como elas são aplicadas, subjaz uma idéia falaciosa de que a formação pode se dar de maneira vertical, principalmente por meio do contato com uma “cultura” de matriz superior, detentora de um amplo capital simbólico, indicada como potente ferramenta na formação de públicos culturais.

Ao se institucionalizar a cultura, particularmente a leitura e o seu espaço essencial – a biblioteca – desconsidera-se questões sociológicas, em detrimento das funcionalistas, fundamentais para as práticas leitoras, aquelas relativas à sociabilidade, às relações intersubjetivas, ao cotidiano, aos costumes, aos regionalismos, e também, daquilo que diz respeito à informação.

Tais políticas ignoram o aspecto plural da cultura, elegendo uma modalidade como “sacra”, e, ao invés de atrair novos públicos, acaba por afastá-los, uma vez que se não há identificação dos interesses, não há como propor serviços nem atender às procuras dos leitores e possíveis leitores, e toda a “democratização” dos recursos culturais perde sua força.

Este raciocínio se aplica também às ações e eventos culturais gratuitos, inclusive, ou principalmente, àqueles promovidos em sintonia com as BP, como por exemplo os espetáculos apresentados nas instalações da Biblioteca Central, na cidade do Salvador ou de concursos e prêmios literários: por não se conhecer os anseios e as disposições, as necessidades e as procuras de determinada comunidade, ao invés de atraí-los e formar novos públicos, o ocorre é exatamente o inverso, este público latente é repelido, ao passo que aqueles que já conhecem e freqüentam o circuito cultural e já se constituem como público leitor tem sua freqüência elevada.

Portanto, para que esses espaços sejam de fatos “democráticos”, não basta o capital financeiro empregado, é preciso mediações e para além delas, é preciso que a base esteja motivada, é necessário contribuir com um quadro cultural que pressuponha engajamento civil, para que o capital cultural e intelectual seja construído de forma a diminuir as distâncias da eterna querela no que se convencionou sobre cultura erudita e popular.

Há ainda o fator determinante de que esses equipamentos: todos, encontram-se no centro da cidade, o que os torna ainda mais inatingíveis pelas camadas populares, uma vez que a cidade do Salvador não dispõe de um sistema de transporte adequado à realidade local. Em primeiro lugar, devido às elevadas tarifas de passagem, e em segundo, por conta dos itinerários e horários irregulares e dispersos.

Algumas considerações se impõem para uma reflexão sobre as questões da leitura, em face da necessidade de apoio e orientação aos EALs na sociedade

contemporânea, com características ligadas à *função*, *motivação*, *dependência* e *crise* que estabelecem um debate sobre o esse fenômeno.

Em primeiro lugar, as BPs necessitam de renovação no que tange ao direcionamento de suas *funções*, no aspecto informacional, no cultural, de facilidades de nova sociabilidade. A biblioteca pública deve contribuir para a democratização da leitura por se tratar de um papel importante a ser desenvolvido neste país para conectar quem quer que seja com algum tipo de informação que produza conhecimento.

Quanto à promoção de ações que incentivem o gosto pela leitura, é prioridade a ser perseguida em realidades como a nossa, cabendo a BP disponibilizar livros tendo em vista o baixo poder aquisitivo do brasileiro.

É cada vez mais constrangedor conviver com os índices de analfabetismo existentes no Brasil, com 26% da sua população de idade a partir de 15 anos na condição de analfabetos funcionais – aproximadamente 32,1 milhões dos habitantes.

A BP, não pode deixar de lado o papel de agência de informação e pesquisa, estando presente nas comunidades, oferecendo serviços e meios para a construção da cidadania.

A *motivação* que se percebe pela iniciativa das redes sociais, em instalar os EALs é evidente, e, apesar do baixo poder aquisitivo dos seus membros, a vontade de ler existe. É possível perceber a importância da leitura enquanto vetor de ascensão social e cultural, a exemplo do EAL-D. Esta experiência constata que a leitura, não importa por onde iniciada, se por publicações adquiridas em bancas de revistas a exemplo de Julia, Bianca ou pelos clássicos da literatura, ela está latente esperando por leitores. O que interessa é a criação da dependência pela leitura e a possibilidade de se despertar este gosto

Aquele leitor que abandona o estágio *primário*, porque pressupõe uma leitura mais superficial da obra ou a leitura de um texto menos denso ao partir para uma leitura mais complexa e elaborada, ou seja, um nível *secundário*, torna-se um leitor mais aparelhado, capaz de compreender o texto com clareza (ECO, 1994). É através do prazer proporcionado pelo texto que se torna possível para o leitor compartilhar as várias experiências intersubjetivas da sua comunidade interpretativa, e promover uma alteração de condutas, de ampliação de horizontes, de visão de

mundo e de expectativas. A disseminação da informação e do conhecimento perpassa o interesse pela busca pelo prazer literário.

A experiência encontrada no EAL-T demonstra que comunidades estão procurando instalar nos seus arredores um equipamento cultural – biblioteca, voltado para atender a pesquisa escolar. Todavia, o acervo ainda é muito tímido, tanto para a pesquisa escolar, quanto para outras iniciativas, a exemplo dos acervos étnicos e de gênero. Isto aponta para a *dependência* existente nos EALs de apoio das instituições governamentais para implantar políticas de formação e orientação de agentes culturais que reconhecem os pré-requisitos técnicos e financeiros, para promover o acesso dos sujeitos à informação.

O ideal seria que cada espaço de leitura contasse com um profissional da área de biblioteconomia, para contribuir para que se proceda as efetivas mudanças no indivíduo frente à leitura.

Por um lado, se o cidadão motivado busca seu crescimento intelectual, falta a presença do Estado para fazer o que lhe compete: articular políticas públicas adequadas para o acesso às informações necessárias à cada sujeito.

Não obstante, uma parcela significativa dos bibliotecários não se interessa pela promoção da leitura, tema negligenciado nos currículos dos Cursos de Biblioteconomia, o que prejudica o desempenho dos profissionais, que na maioria dos casos não se preocupa com a leitura e se dedica a exercer a profissão sob o ponto de vista daquele que classifica e organiza a informação, mas como aquele que promove a educação através da disseminação da informação.

A distorção na função das BPs que tem se direcionado para o atendimento escolar em detrimento da leitura, faz com que ela relegue, a segundo plano, o seu papel de agente cultural e promova apenas o atendimento e busca de conteúdos didáticos. A falta de parceria entre a área cultural – setor onde hierarquicamente as BPs se inserem nas esferas públicas e a área educacional voltada para o ensino, evidencia um distanciamento das ações a serem propostas, de forma conjugada às duas instituições. Assim, escola e biblioteca caminham ambas desconectadas, desapontando a sociedade que clama por inclusão social e mais recentemente pela inclusão digital.

Sabe-se que todas as áreas do conhecimento humano estão tentando se ajustar às exigências promovidas pelas novas tecnologias. Nesse contexto, as

bibliotecas públicas também passam por transformações. O seu desafio está relacionado ao novo ambiente tecnológico e informacional. Este fato coloca a BP em uma posição multidirecional e nesses vários caminhos a percorrer, a BP não pode perder de vista a sua responsabilidade social.

Com o crescente número de espaços para se acessar a informação virtual, a pesquisa escolar como tem sido realizada na biblioteca pública tende a diminuir, deslocando este tipo de busca informacional para os locais onde exista computador. A biblioteca para atender a pesquisa escolar pode ser a residência do aluno, a biblioteca pública ou a escola, o telecentro a *lanhouse* .

A BP poderá, a partir do deslocamento, da pesquisa escolar para outros ambientes, investir na ação pública, de forma efetiva. No entanto, é possível que neste momento a BP reverta esta tendência de afastamento dos seus objetivos primordiais e inicie a mudança de modelo dos serviços, inserindo-se na comunidade, compreendendo o que o usuário pretende encontrar em seu acervo, disponibilizando as informações utilitárias de forma fácil e rápida, além de desempenhar um dos seus papéis principais que é o de promover a leitura, buscando nas mais diversas linguagens comunicacionais e suportes informacionais, democratizar e disseminar a informação.

A cidade do Salvador possui apenas sete bibliotecas públicas, isto é, mantidas pelo poder público, e orientadas, *a priori*, às práticas leitoras (descartou-se deste mapeamento os centros informacionais mantidos por centros culturais, bibliotecas escolares e universitárias), sendo duas vinculadas à prefeitura municipal e o restante ao governo estadual; duas estão fechadas para uma população de mais de 2.500.000 (dois milhões e meio) de habitantes, todas localizadas na zona central da cidade. A pesquisa identifica 11 EALs-T e um EAL-D no perímetro urbano, ou seja, mais do que o dobro do número de BPs. Isto aponta para a ausência do Estado na instalação e manutenção de um equipamento social tão importante quanto é uma biblioteca pública.

Configura-se a necessidade do Estado voltar o seu olhar para questões ligadas à leitura e propor novos modelos de bibliotecas públicas localizadas em bairros periféricos sugeridos pelos EALs. Portanto, a interação entre Estado e sociedade civil passa pela percepção do que é solicitado pela população. As redes sociais que criaram os EALs sabem a importância da BP e buscam por meio desses

espaços encontrar uma biblioteca, no entanto, por falta de apoio público, o que existe é uma imitação de biblioteca.

A maioria dos EALs possui um acervo de livros didáticos e que pode ser transformado, se houver a iniciativa do Estado, em uma ação conjunta com a sociedade, onde as duas instâncias juntas traçam a política voltada para o acesso ao mundo da leitura, com a participação de educadores (escola), dos bibliotecários (biblioteca), da família (redes sociais), e assim a leitura tornar-se-á, de fato, uma política inscrita na vida dos brasileiros.

Os grupos que promovem a leitura através dos encontros entre seus pares já reforçam a tese de que a leitura é importante, e que mesmo nos recônditos da cidade, ler é uma felicidade, às vezes clandestina, e também promotora de mudança social, uma verdadeira revolução silenciosa. Mesmo nos lugares onde a exclusão pode ser o lugar comum, a leitura emerge, se insurge e resiste.

A diferença entre o EAL-T e o EAL-D consiste no tratamento que é dispensado à prática da leitura e ao público freqüentador. Enquanto nos tradicionais privilegia-se a pesquisa escolar, a formação de um acervo, a implantação de um espaço físico espelhado na biblioteca, nos desterritorializados, o foco está na atividade de leitura e em práticas sociais que dela pode decorrer.

Esses novos espaços de leitura, não possuem políticas rígidas no que tange à composição de acervos específicos e direcionados ao seu público porque o crescimento do acervo está associado às doações dos membros da comunidade e não à real necessidade de seus freqüentadores. Não obstante, este caráter participativo promove, conforme relatos de usuários e idealizadores destes espaços, uma significativa circulação, contudo, a presença de um profissional da área de informação se justifica pela necessidade de acompanhamento do perfil dos usuários, para então configurar o acervo, de acordo com reais necessidades para acompanhar o perfil dos usuários e montar um acervo adequado e prover um serviço.

Além disso, sem o apoio do Estado, que não percebe as sutilezas existentes nessa espécie de imitação do modelo institucionalizado, que permanece funcionando muitas vezes distante do educador, do profissional da informação, do bibliotecário.

No caso do EAL-D sabe-se que a prática da leitura se efetiva sem importar quem é o autor ou gênero literário, o fato é que os leitores sentem o prazer em ler e esses leitores, tornam-se mais exigentes quanto ao texto a ser lido.

A maioria da população brasileira, distanciada dos ambientes que favorecem a leitura, não tem condições materiais para alcançá-los. A experiência tem mostrado que, de fato, é uma questão de falta de oportunidade se chegar até o livro, que encastelado se torna inacessível, sem a possibilidade de se tornar uma opção.

A leitura ultrapassa as barreiras construídas por essa sociedade preocupada com o mercado e se manifesta em pequenas ações, que, somadas uma a uma, ultrapassam o que o poder oficial tem oferecido.

Constata-se também que os processos burocráticos próprios da BP são obstáculos à busca do livro e da leitura.

O mapeamento dos EALs e a proximidade com o modelo tradicional de acesso ao livro, proporcionam possibilidades de bem compreender a sua ação na sociedade.

Apesar da maioria dos EALs se espelharem na BP, o EAL-D propõe novas alternativas para essa nova realidade social que merece ser acompanhada, porque interage com os diferentes suportes acrescidos dos formatos eletrônicos.

Destaca-se que os EALs apresentam-se como um discurso de resistência da sociedade civil ao paradigma contemporâneo que exclui, cada vez mais, as pessoas do mundo da informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: EDUEL, 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, v.32, n.3, p.21-27 set./dez. 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1993.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1994.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, 1998, vol.27, no.2, p.nd-nd.

BARROS, Maria Helena T. C. **Disseminação da informação: entre a teoria e a prática**. Marília: [s.n.], 2003.

BARTHES, Roland. Leitura. In: **Enciclopédia Einaudi: oral/ escrito, argumentação**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1987.

BEIGUELMAN, Gisele. O leitor é um editor. **Istoé Gente**. São Paulo, n. 213, p.158, ago, 2003.

BORGES, Jorge Luis. O livro de areia. In: BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. São Paulo: Globo, 1999. p.79-83.

CALDIN, Clarisse Fortkamp. **A função social da leitura da literatura infantil**. Disponível em:
<http://www.encontrosbibli.ufsc.br/Edicao_15/caldin_funcaosocial.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2005.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CARVALHO, Kátia de. O complexo mundo da leitura. **Revista Informare: Caderno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: jan/jun n.1 v. 5, 1999, p. 30-41.

_____. **Travessia das letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.1

CAVALO, G., CHARTIER, R. **História da leitura no mundo ocidental**. 2. ed. São Paulo : Ática, 1998.

CERTAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura 1890-1990**. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. As práticas da escrita. In: ARIËS, Philippe e DUBY, Georges. **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3.

COMPANHIA BAHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER. Mapa de Salvador.

DAUSTER, Tânia. Espaço teórico (debate). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LEITURA. Rio de Janeiro: Proler, 1994. p. 57-62.

DIAS, Leila Cristina, SILVEIRA, Rogério Lima da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**. Brasília, v.32, n.1, jan./abr. 2003.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Os múltiplos aspectos e interfaces da leitura. **Datagramazero** Ver. de Ciência da Informação, v. 3, n. 6 dez. 2002.

ECO, HUMBERTO. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FELIPINI, Dailton. **E-leranig**: o ensino no novo milênio. Disponível em: www.e-commerce.org.br/Artigos/e-learning_ensino. Acesso em: 25/07/2005.

FERNANDES, Adriana Hoffman, PORTUGAL, Cristina. O texto e a leitura no mundo contemporâneo: reflexões a partir de Pierre Lévy. Disponível em: <<http://www.users.rdc.pucRio.br/Imago/site/virtualidade/ensaios/hoffman>>. Acesso em 14 maio 2003.

FERREIRA, Sandra Regina Melito. Bibliotecas comunitárias: acesso e paixão pelos livros. Disponível em: <<http://www.ofaj.com.br/textosprofissionais>>. Acesso em: 27 maio 2005.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1982. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Síntese de indicadores sociais /2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. p. 71-81.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. **Geografia da educação brasileira**. Brasília: INEP, 2002.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **3º indicador nacional de alfabetismo funcional**; um diagnóstico para a inclusão social pela educação – avaliação de leitura e escrita. São Paulo, 2003.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Ed. 34, 1996. v. 1.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

LACERDA, Lilian Maria. História da leitura no Brasil: formas de ver e maneiras de ler. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 611-623.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yeda F.S. Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 119p.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo : Ed. 34, 2000.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTELETO, Regina Maria. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

_____. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, n. 1, p.71-81, jan/abr. 2001.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS, Miriam Gusmão de. **Planejamento bibliotecário**. São Paulo: Pioneira, 1980.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção**. São Paulo, Siciliano, 1997.

MOLL, Jaqueline, FISCHER, Nilton Bueno. Redes de vida na cidade de Porto Alegre. In: VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas**: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Petrópolis: Vozes, 2002.

MÜLLER, Stela Mary, FORTES, Gutierrez. **Comunicação na biblioteca**: uma questão interdisciplinar. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/projetosdepesquisa/buscas.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2005.

OSAKABE, H. O. O mundo da escrita. In: Abreu. M.(Org.) **Leituras no Brasil**. São Paulo: ALB/Mercado das letras, 1995

Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm>> Acesso em: 28 maio 2005.

REDE DE INFORMAÇÃO PARA O TERCEIRO SETOR – RITS. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 28 ago. 2005.

REIMÃO, Sandra. Leitores e telespectadores: algumas observações gerais sobre adaptações da literatura para a televisão. **Leitura: teoria e prática**. Campinas, v.18, n. 33, jun/1999. p. 11-16.

RIBEIRO, Ana Elisa. **As margens da página no texto impresso e no texto digital: espaços virgens ou reservas especiais**. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., Rio de Janeiro: UFF, 2004.

SCHWANITZ, Dietrich. **Cultura: tudo o que é preciso saber**. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 2004.

Secretaria de Educação leva cultura às comunidades. Disponível em: <<http://www.salvador.ba.gov.br/noticias.php?codNot=888>>. Acesso em: 14 jul 2005 .

SERRA, Elisabeth D'Angelo Serra. **Perfil do leitor brasileiro**. In: CONGRESSO ESTADUAL DO LIVRO, 3., Rio de Janeiro, 1991, **Anais...** Livro e seus contextos: criação e leitura. p. 66- 76.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Biblioteca escolar: da gênese à gestão. In ZILBERMAN, Regina (Org.) **Leitura em crise na escola: alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993 p. 9-22.

_____. **Criticidade e leitura: ensaios**. Campinas: ALB,1998.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVEIRA, Rosa Hessel. Leitura, literatura e currículo. In: COSTA, Marisa Costa (Org.) **O currículo nos limites do contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.
_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe25/anped-n25-art01.pdf>. Acesso em: 30 set. 2004.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública e a formação e manutenção de um público leitor. **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**, Rio de Janeiro, p. 1-5, 2000.

_____. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2 mai/ago p. 52-60, 2000.

_____. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas.** São Paulo: LISA, 1980.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e leitura.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Avaliação de fontes de informação na Internet.** Londrina: Eduel, 2004.

VENTURA, João J. B. **Bibliotecas e esfera pública.** Oeiras: Celta Editora, 2002..

VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social.** Petrópolis: Vozes, 2002.

YUNES, Eliana. Leitura, a complexidade do simples: do mundo à letra e de volta ao mundo. In: YUNES, Eliana (Org.) **Pensar a leitura: complexidade.** Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio, 2002. p. 13-51.

_____. Para entender a proposta do PROLER. In: **Caderno de Leitura,** Rio de Janeiro: PROLER, 1994. p. 9-17.

ZILBERMAN, Regina. A leitura na escola. In: ZILBERMAN, Regina (Org.) **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor,** 1993.

_____. Leitura ou “lei-dura”? In: ABREU, Márcia (Org.) **Leituras no Brasil: antologia comemorativa pelo 10º.** Cole. Campinas, Mercado de Letras, 1995.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS

QUESTIONÁRIO 1

Responsáveis ou gestores:

1- Há quanto tempo funciona este EAL?

2- Está filiado a alguma entidade?

() sim () não

2- Em caso afirmativo, qual?

3- Qual o número de associados?

4- Qual o número de livros no acervo?

5- O acervo é composto por que tipo de publicações?

6- Como é formado o acervo?

() compra () doações () outros _____

7- O usuário conhece o acervo?

() sim () não

- 8- Caso a resposta seja afirmativa informar qual o instrumento utilizado para esta divulgação:

- 9- Qual o tipo de leitura mais realizado?

- Literatura infantil
 Romances
 Poesias
 Periódicos
 Livros didáticos/ enciclopédias

- 10- Classifique de 1 a 5 por freqüência da biblioteca em relação a faixa etária:

- crianças
 adolescentes
 jovens
 adultos
 idosos

- 11- Segundo o gênero, qual a maior freqüência desta biblioteca?

- feminino masculino

- 12- O leitor tem livre acesso ao acervo?

- sim não

- 13- Na sua opinião o leitor se sente satisfeito com o atendimento que recebe?

- sim não

Por que?

- 14- Aqui é realizada alguma ação de incentivo à leitura?

() sim () não

Se a resposta for afirmativa, qual(is):

QUESTIONÁRIO 2**Usuários/ leitores:**

Local:

Sexo: () masculino () feminino

Idade: _____

Grau de instrução: _____

Residência: _____

1- Você costuma freqüentar este espaço de leitura

() sim () não

2- Você é cadastrado aqui?

() sim () não

3- Você freqüenta outra biblioteca em Salvador?

() sim () não

4- Em caso afirmativo, qual?

5- Na sua opinião qual a diferença existente entre o atendimento da biblioteca e o atendimento que você recebe aqui?

6- Quais são os seus critérios para escolher freqüentar este espaço de leitura?

a localização (estar perto de sua casa)

o atendimento

o acervo

todos os anteriores

outros

7- O acervo deste EAL é atualizado?

sim não

8- Você está satisfeito com o acervo deste EAL?

sim não

9- Você está satisfeito com o atendimento que recebe neste EAL?

sim não

10- Qual o tipo de leitura que você realiza aqui?

romance

poesia

literatura infanto-juvenil

pesquisas escolares

periódicos

11- Você acha que este espaço de leitura melhorou o acesso a informação no seu bairro?

sim não

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sou aluna do curso de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – UFBA e estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada: *Redes Humanas Colaborativas: um estudo sobre o leitor e dialética entre espaços convencionais e alternativos de leitura na cidade do Salvador*. Nessa investigação científica busco compreender como ocorre a utilização dos espaços alternativos de leitura – EAL pelos leitores, e em que esses “EALs” se diferem dos espaços convencionais de leitura, aqui entendidos como Biblioteca Pública – BP.

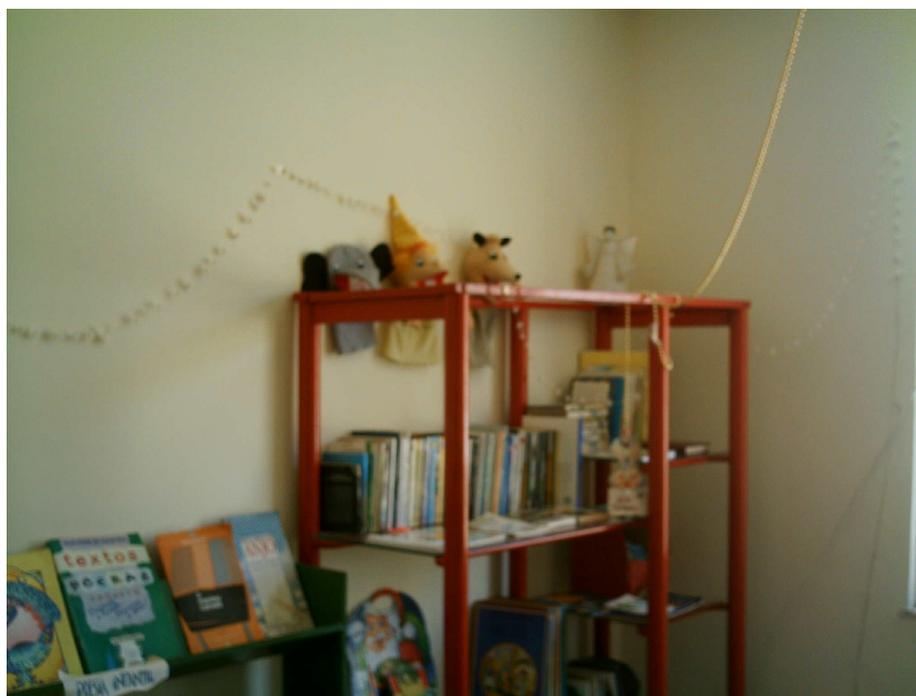
A fim de subsidiar a pesquisa serão aplicados questionários entre os coordenadores de “EALs”, BP, leitores freqüentadores dos EAL e da BP. Assim gostaria de contar com a sua colaboração, em fazer parte desta pesquisa permitindo entregar um questionário para levantamento de dados. Gostaria de informá-lo que dados e informações confidenciais serão mantidos em absoluto sigilo e que em hipótese alguma, em qualquer fase da pesquisa, o Sr(a) será identificado. No entanto, as informações prestadas pelo Sr(a) serão de grande importância para compreender como se dá o funcionamento do EAL em relação a BP. Esclareço que sua participação é decorrente de sua livre decisão e o Sr(a) poderá desistir de participar da pesquisa em qualquer momento, sem que isso traga qualquer dano ou constrangimento. Na qualidade de participante voluntário, o Sr(a) não receberá nenhuma espécie de pagamento por sua participação. Se necessário o(a) Sr(a) pode entrar em contato com a coordenadora da pesquisa, Ivana Aparecida Lins Gesteira, ou a responsável por ela, Profa. Dra. Kátia de Carvalho, no seguinte endereço Av. Reitor Miguel Calmon, Canela – ICI ou pelos telefones: (71) 336-6755/6174

Ivana Aparecida Lins Gesteira
CPF(_____)
Coordenadora da Pesquisa

Tendo sido devidamente informado sobre as características da pesquisa: *Redes Humanas Colaborativas: um estudo sobre o leitor e dialética entre espaços convencionais e alternativos de leitura na cidade do Salvador*, concordo em participar da mesma.

Em ____ de _____ de 2005

APÊNDICE C – FOTOGRAFIAS

Biblioteca Prometeu Itinerante e Betty Coelho

Sala Betty Coelho



Acervo Biblioteca Prometeu organizado pelas grandes áreas do conhecimento

Biblioteca Jorge Amado



Biblioteca Vanda Angélica



Acervo e salão de leitura

Leo Braeckmans



Entrada

ANEXO A – MANIFESTO DA UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (1995)

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. Este Manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres. Assim, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar ativamente e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas.

A biblioteca pública

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os generos. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais.

Missões da biblioteca pública

As missões da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura são as seguintes:

- Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças desde a primeira infância
- Apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;

- Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural, das artes e do espetáculo;
- Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural;
- Apoiar a tradição oral;
- Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
- Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Financiamento, legislação e redes

Os serviços da biblioteca pública devem, em princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação.

Para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados.

A rede de bibliotecas públicas deve ser concebida tendo em consideração as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como as bibliotecas escolares e universitárias.

Funcionamento e gestão

Deve ser formulada uma política clara, definindo objectivos, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades da comunidade local. A biblioteca Pública deve ser eficazmente organizada e mantidos padrões profissionais de funcionamento.

Deve ser assegurada a cooperação com parceiros relevantes, por exemplo, grupos de utilizadores e outros profissionais a nível local, regional, nacional e internacional.

Os serviços têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Tal supõe a existência de edifícios bem situados, boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologia adequada e horários convenientes para os utilizadores. Tal implica igualmente serviços destinados àqueles a quem é impossível frequentar a biblioteca.

Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais.

O bibliotecário é um intermediário activo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados.

Têm de ser levados a cabo programas de formação de potenciais utilizadores de forma a fazê-los beneficiar de todos os recursos.

Implementação do Manifesto

Todos os que em todo o mundo, ao nível nacional e local, têm poder de decisão e a comunidade de bibliotecários em geral são instados a implementar os princípios expressos.

ANEXO B – PORTARIA Nº 520, DE 11 DE SETEMBRO DE 2002

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 520, DE 11 DE SETEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica criado, o Cadastro Nacional de Bibliotecas no âmbito da Secretaria do Livro e Leitura.

Art. 2º Ao Cadastro Nacional de Bibliotecas caberá:

I - reunir e gerenciar o conhecimento sobre a realidade das bibliotecas brasileiras, base principal para o desenvolvimento de unidades de informação disponíveis a todos os segmentos sociais, independentemente de suas especificidades, para a identificação de demandas e criação de projetos e programas de atendimento eficaz e impulsionador do amplo desenvolvimento nacional.

II - cadastrar todas as categorias de bibliotecas de acordo com suas principais funções, a seguir definidas:

- a) bibliotecas infanto-juvenis destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes. Seu acervo é formado por livros de literatura infantil e infanto-juvenil. Possui, também, obras de referência como dicionários, enciclopédias, atlas, etc. Integram, ainda, o acervo jogos, materiais recreativos, impressos e multimídia, além de livros de informações gerais. Sua principal função é despertar o interesse de seus usuários para o livro e a leitura, passos iniciais para formação do leitor;
- b) bibliotecas escolares situadas em escolas de ensino fundamental e médio. Têm como função apoiar o desenvolvimento curricular, a promoção da leitura e a informação para alunos, professores e comunidade à qual a escola pertence;
- c) bibliotecas públicas (estaduais e municipais) - espaços públicos de leitura e informação dotados de infra-estrutura básica (espaço físico, mobiliário, equipamento e acervo mínimo de 500 livros organizado fisicamente para fins de circulação e/ou consulta), cujas funções de natureza educativa, cultural e social dão suporte à informação comunitária, à educação formal e informal, à educação continuada e a processos de ensino à distância, favorecendo a formação do cidadão crítico, criativo e independente, fortalecendo a cidadania.

- d) bibliotecas comunitárias (tipo A) são as bibliotecas escolares, vinculadas portanto a escolas, e que prestam atendimento às comunidades;
- e) bibliotecas comunitárias (tipo B): são as bibliotecas de organizações do terceiro setor, espaço de leitura e disponibilização de informações oriundas de acervos próprios ou fontes diversas, priorizando aquelas voltadas para a promoção cultural e intelectual dos seus filiados, para subsidiar as ações próprias da organização e favorecimento do desenvolvimento social e comunitário;
- f) bibliotecas universitárias- integradas a universidades/faculdades, apoiando cursos e estudos de terceiro grau e pós-graduação que nessas instituições acontecem;
- g) bibliotecas especializadas: são vinculadas a entidades que atuam em determinadas áreas de especialização, pesquisa, projetos, etc. O acervo é especializado, formado por documentos que atendem às demandas específicas da instituição mantenedora. Também têm estas características os serviços que prestam;
- h) bibliotecas especiais - são aquelas que se dedicam a um tipo especial de usuários. Como exemplo, temos a biblioteca para cegos cujo acervo é em Braille, livros sonoros ou impressos, com caracteres aumentados para pessoas com visão limitada. Os assuntos do acervo podem ser gerais ou de acordo com o grupo de usuários e seus interesses. Ex.: biblioteca especial de escolas para deficientes visuais;
- i) biblioteca nacional tem a principal função reunir e preservar toda a produção bibliográfica do país. Geralmente, em cada país existe apenas uma biblioteca nacional.

III - adotar, para o cadastramento, os seguintes códigos identificadores, de acordo com a categoria bibliotecária :

- BIJ/0000001 - biblioteca infanto-juvenil;
- BE/0000001 - biblioteca escolar;
- BPE/0000001 - biblioteca pública estadual;
- BPM/0000001 - biblioteca pública municipal;
- BC-ta/0000001 - biblioteca comunitária tipo A;
- BC-tb/0000001 - biblioteca comunitária tipo B;
- BU/0000001 - biblioteca universitária;
- BES/0000001 - biblioteca especializada;

BESP/0000001 - biblioteca especial.

IV - emitir, para todas as unidades bibliotecárias cadastradas que assim requererem à Secretaria do Livro e Leitura, o Certificado do Cadastro Nacional de Bibliotecas correspondente, conforme modelo anexo à presente portaria.

V - observar o período de validade do cadastramento, podendo, renova-lo mediante solicitação.

Parágrafo Único - A validade de certificação será de 03 anos para as bibliotecas vinculadas à esfera administrativa pública, de 02 anos para as bibliotecas de instituições privadas e de 01 ano para as bibliotecas de organizações do terceiro setor (ONGs, OSCIPs, etc.).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO WEFFORT

ANEXO C – LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000

Ministério das Comunicações: Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust

Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Art. 2º Caberá ao Ministério das Comunicações formular as políticas, as diretrizes gerais e as prioridades que orientarão as aplicações do Fust, bem como definir os programas, projetos e atividades financiados com recursos do Fundo, nos termos do art. 5º desta Lei.

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º Compete à Anatel:

I - implementar, acompanhar e fiscalizar os programas, projetos e atividades que aplicarem recursos do Fust;

II - elaborar e submeter, anualmente, ao Ministério das Comunicações a proposta orçamentária do Fust, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual a que se refere o § 5º do art. 165 da Constituição, levando em consideração o estabelecido no art. 5º desta Lei, o atendimento do interesse público e as desigualdades regionais, bem como as metas periódicas para progressiva universalização dos serviços de telecomunicações a que se refere o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

III - prestar contas da execução orçamentária e financeira do Fust.

Art. 5º Os recursos do Fust serão aplicados em programas, projetos e atividades que estejam em consonância com plano geral de metas para universalização de serviço de telecomunicações ou suas ampliações que contemplarão, entre outros, os seguintes objetivos:

I - atendimento a localidades com menos de cem habitantes;

II - (VETADO)

III - complementação de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização para atendimento de comunidades de baixo poder aquisitivo;

IV - implantação de acessos individuais para prestação do serviço telefônico, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde;

V - implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a instituições de saúde;

VI - implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino e bibliotecas, incluindo os equipamentos terminais para operação pelos usuários;

VII - redução das contas de serviços de telecomunicações de estabelecimentos de ensino e bibliotecas referentes à utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso do público, inclusive da internet, de forma a beneficiar em percentuais maiores os estabelecimentos freqüentados por população carente, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo;

VIII - instalação de redes de alta velocidade, destinadas ao intercâmbio de sinais e à implantação de serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas;

IX - atendimento a áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico;

X - implantação de acessos individuais para órgãos de segurança pública;

XI - implantação de serviços de telecomunicações em unidades do serviço público, civis ou militares, situadas em pontos remotos do território nacional;

XII - fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a instituições de assistência a deficientes;

XIII - fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes;

XIV - implantação da telefonia rural.

§ 1º Em cada exercício, pelo menos trinta por cento dos recursos do Fust serão aplicados em programas, projetos e atividades executados pelas concessionárias do Sistema Telefônico Fixo Comutado - STFC nas áreas abrangidas pela Sudam e Sudene.

§ 2º Do total dos recursos do Fust, dezoito por cento, no mínimo, serão aplicados em educação, para os estabelecimentos públicos de ensino.

§ 3º Na aplicação dos recursos do Fust será privilegiado o atendimento a deficientes.

Art. 6º Constituem receitas do Fundo:

I - dotações designadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais;

II - cinquenta por cento dos recursos a que se referem as alíneas c, d, e e j do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, até o limite máximo anual de setecentos milhões de reais;

III - preço público cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações, como condição para a transferência de concessão, de permissão ou de autorização de serviço de telecomunicações ou de uso de radiofrequência, a ser pago pela cessionária, na forma de quantia certa, em uma ou várias parcelas, ou de parcelas anuais, nos termos da regulamentação editada pela Agência;

IV - contribuição de um por cento sobre a receita operacional bruta, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado, excluindo-se o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins;

V - doações;

VI - outras que lhe vierem a ser destinadas.

Parágrafo único. Não haverá a incidência do Fust sobre as transferências feitas de uma prestadora de serviços de telecomunicações para outra e sobre as quais já tenha havido o recolhimento por parte da prestadora que emitiu a conta ao usuário, na forma do disposto no art. 10 desta Lei.

Art. 7º A Anatel publicará, no prazo de até sessenta dias do encerramento de cada ano, um demonstrativo das receitas e das aplicações do Fust, informando às entidades beneficiadas a finalidade das aplicações e outros dados esclarecedores.

Art. 8º Durante dez anos após o início dos serviços cuja implantação tenha sido feita com recursos do Fust, a prestadora de serviços de telecomunicações que os implantou deverá apresentar balancete anual, nos moldes estabelecidos pela Anatel, detalhando as receitas e despesas dos serviços.

Parágrafo único. A parcela da receita superior à estimada no projeto, para aquele ano, com as devidas correções e compensações, deverá ser recolhida ao Fundo.

Art. 9º As contribuições ao Fust das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações não ensejarão a revisão das tarifas e preços, devendo esta disposição constar das respectivas contas dos serviços.

Art. 10º As contas dos clientes das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão indicar, em separado, o valor da contribuição ao Fust

referente aos serviços faturados.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º As empresas prestadoras de serviços de telecomunicações encaminharão, mensalmente, à Anatel prestação de contas referente ao valor da contribuição, na forma da regulamentação.

Art. 11º O saldo positivo do Fust, apurado no balanço anual, será transferido como crédito do mesmo Fundo para o exercício seguinte.

Art. 12º (VETADO)

Art. 13º As contribuições ao Fust serão devidas trinta dias após a regulamentação desta Lei.

Art. 14º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias da sua publicação.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Pedro Malan

Alcides Lopes Tápias

Martus Tavares

Pimenta da Veiga

D.O.U., 18/08/2000

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.